



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

EVANIA MULLER DA ROSA

**A REPRESENTAÇÃO DO ABATE NO MEIO RURAL EM CHAPECÓ – SC,
(DÉCADAS DE 1960 E 1970) E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS SENSIBILIDADES EM
RELAÇÃO AOS ANIMAIS**

**CHAPECÓ, SC
2019**

EVANIA MULLER DA ROSA

**A REPRESENTAÇÃO DO ABATE NO MEIO RURAL EM CHAPECÓ – SC,
(DÉCADAS DE 1960 E 1970) E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS SENSIBILIDADES EM
RELAÇÃO AOS ANIMAIS**

Dissertação apresentada à banca de defesa como requisito final para obtenção do título de Mestre em História do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS sob a orientação do Prof. Pós-Doutor Miguel Mundstock Xavier Carvalho.

CHAPECÓ, SC
2019

Bibliotecas Da Universidade Federal Da Fronteira Sul – UFFS

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com

Rosa, Evania Muller da

A REPRESENTAÇÃO DO ABATE NO MEIO RURAL EM CHAPECÓ,
SC, (DÉCADAS DE 1960 E 1970) E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS
SENSIBILIDADES EM RELAÇÃO AOS ANIMAIS / Evania Muller da
Rosa. -- 2020.

107 f.:il.

Orientador: Pós-Doutor Miguel Mundstock Xavier
Carvalho.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em
História•PPGH, Chapecó, SC , 2020.

1. Abate animal. 2. Antropismo. 3. Representação. 4.
Sensibilidades. 5. Bem-estar animal. I. Carvalho,
Miguel Mundstock Xavier, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



EVANIA MULLER DA ROSA

**A REPRESENTAÇÃO DO ABATE NO MEIO RURAL EM CHAPECÓ - SC, DÉCADAS DE 1960
A 1970 E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS SENSIBILIDADES EM RELAÇÃO AOS ANIMAIS**

Dissertação apresentada à banca de defesa como requisito final para obtenção do título de Mestre em
História do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Aprovado em: 12/12/2019

Prof. Pós-Doutor Miguel Mundstock Xavier Carvalho- UFFS
Presidente da banca/orientador

Prof. Drº Fabio Pontarolo UFFS – Campus Laranjeiras do Sul
Membro externo

Prof. Drº Marlon Brandt – UFFS Campus de Chapecó
Membro interno

Chapecó/SC, dezembro de 2019

*Não é surpreendente que matar seres vivos
para se alimentar coloque aos humanos,
tenham eles consciência ou não desse fato,
um problema filosófico que todas as
sociedades tentaram resolver.
Claude Levi-Strauss (2009).*

AGRADECIMENTOS

Toda etapa no percurso de vida só é possível pelos laços de colaboração que se estabelecem ao longo da jornada, portanto o meu reconhecimento e agradecimento a força e enigma que promove a vida, a qual muitos chamam de Deus e tantos outros de biodiversidade.

Também, à minha apoiadora e ampliada família, como toda família de origem indígena, embora em memória pai Otaviano e irmãos Clebes e Eunice. Mas agregando-se no cuidado para com meus filhos a minha mãe Isabel, da qual herdei amor pelos livros e pelas pessoas, meus irmãos Edson, Eudes e Elizandra e minha cunhada Roziane.

Agradeço também aos tios, tias e professora Miguelina Branco Deboni que me abrigaram e deram suporte nas fases iniciais de minha escolarização. Meu eterno agradecimento a UFFS e a seus professores que se debruçaram para viabilização desta Universidade e do curso de mestrado, que possibilitou que pessoas comuns como eu, fruto de escola multisseriada rural, tivessem acesso à educação gratuita e de qualidade, bem como ao encantamento que nos despertam para a construção do conhecimento e de uma sociedade pautada em valores biocêntricos. Todo respeito, carinho e agradecimento ao orientador Miguel Mundstock Xavier Carvalho, por compartilhar generosamente comigo parte de seu tempo, atenção e conhecimento.

Sou muito grata aos colegas da Turma do mestrado, quanto ao aprendizado e à amizade. Ao CEOM, pela salvaguarda da história do Oeste Catarinense e pelo profissionalismo de seus colaboradores, Ademir, André, Aline e aos demais que não recordo o nome, mas na memória a gentileza que nos recebem. Muito obrigado ao profissionalismo e humanidade ao Joel.

Agradeço ao incentivo e colaboração de meu companheiro Claudiomiro, meus filhos Luan Otavio, Leticia Isabel e Lian Bruno, pois sem a compreensão, os cafés e a ajuda, não chegaria até aqui.

RESUMO

A representação do abate no meio rural em Chapecó-SC-, (décadas de 1960 e 1970) e a construção de novas sensibilidades em relação aos animais, carregam muito além do factual ato de tirar a vida de um indivíduo de outra espécie, mas sim suas marcas e suas intersecções naturais, temporais e processuais, nas quais o olhar da história ambiental garante a inserção de uma análise multifocal, por viés capaz de traduzir a complexidade intrínseca em temas tão elementares à territorialidade da fronteira sul do Brasil e ao mesmo tempo multiescalar aos desafios, problemáticas e prospecções mundiais. O meio rural de Chapecó, como toda a região oeste de Santa Catarina vivenciaram um contexto de reorganização espacial, com variáveis e transformações aceleradas nas décadas de 1960 e 1970, no bojo de projeto desenvolvimentista e de integração, num confronto entre o tradicional e o moderno, com forças atuantes para modular novo padrão de relação entre homem e natureza, mas conservando a mentalidade de predomínio humano. Vale lembrar que neste período as endógenas formas de relação antrópica desenvolvidas na floresta já estavam reduzidas a uma pequena fração frente à forma de ocupação e exploração do ambiente trazida pela colonização. A região oeste contava com um ambiente já bastante modificado pelos processos de colonização e exaustiva exploração madeireira da Floresta Ombrófila Mista, a qual atraiu e possibilitou a permanência e sobrevivência de grupos humanos e não-humanos. A reconfiguração espacial também do meio rural foi confluyente a transição do abate enquanto parte inerente ao cotidiano rural para a naturalização e aceitação do abate animal enquanto produto dinamizador de capital. Neste sentido, as obras de Thomas e Thompson, possibilitaram o paralelo de percepções da mobilidade e transitoriedade de conceitos e paradigmas para identificar os múltiplos fatores que impeliram as interações antrópicas e sustentaram a perspectiva de predomínio humano e sensibilidades em relação aos animais, em especial no antagonismo entre os usos e costumes de práticas e valores tradicionais com a modernização e racionalismo científico, marcando a memória cultural e a memória da natureza na personificação da paisagem. O tradicional, o ultrapassado e o moderno constituíram conceitos móveis, transitórios e repletos de simultaneamente. Com as reflexões de Dias e Adams foi possível identificar no abate tradicional no seio e cotidiano da família rural e no industrial, inúmeras relações, simbólicas e de poder, suas estratégias processuais, linguísticas e audiovisuais, para manutenção metafórica de dominação e o afastamento da ideia da morte com imperativo de referente ausente. A metodologia utilizada garantiu a coerência com segundo e terceiro níveis identificados por Worster na sistematização metodológica da História Ambiental, pois confrontou a pesquisa em jornal de circulação regional no período, Folha d'Oeste, com as entrevistas com oito pessoas que moraram no meio rural na época. Assim emerge uma amostra da representação do abate no meio rural de Chapecó e da construção histórica das sensibilidades em relação aos animais do período, já que estavam em meio a diversidade de interações que constituíam este espaço chamado rural em sua territorialização nos modos de vida dos diferentes sujeitos e grupos humanos que o compunha e o elevava enquanto campo plural. Assim o abate e as construções das sensibilidades em relação aos animais humanos firmaram-se nos processos de significação e ressignificação da natureza na história do antropismo em diferentes escalas.

Palavras-chave: Abate; Animal; Antropismo; Natureza; Sensibilidade.

ABSTRACT

The representation of rural slaughter in Chapecó-SC- 1960s and 1970s, and the construction of new sensitivities towards animals, carry far beyond the factual act of taking the life of an individual of another species, but rather its marks and its natural, temporal and procedural intersections, in which the look of environmental history guarantees the insertion of a multifocal analysis, through a bias capable of translating intrinsic complexity into themes so elementary to the territoriality of Brazil's southern frontier and at the same time multiscale. to global challenges, problems and prospects. The rural environment of Chapecó, as well as the entire western region of Santa Catarina, experienced a context of spatial reorganization, with variables and accelerated transformations in the 1960s and 1970s, as a developmental and integration project, in a confrontation between the traditional and the modern. With forces at work to modulate a new pattern of relationship between man and nature, but retaining the mentality of human predominance. It is worth remembering that in this period the endogenous forms of anthropic relationship developed in the forest were already reduced to a small fraction compared to the form of occupation and exploitation of the environment brought about by colonization. The western region had an environment already well modified by the colonization processes and exhaustive logging of the Mixed Ombrophilous Florest, which attracted and enabled the permanence and survival of human and non-human groups. The spatial reconfiguration of rural areas also confluent the transition from slaughter as an inherent part of rural daily life to the naturalization and acceptance of animal slaughter as a capital product. In this sense, the works of Thomas and Thompson, allowed the parallel of perceptions of mobility and transience of concepts and paradigms to identify the multiple factors that drove anthropic interactions and supported the perspective of human predominance and sensitivities in relation to animals, especially in antagonism between the uses and customs of traditional practices and values with modernization and scientific rationalism, marking the cultural memory and the memory of nature in the embodiment of the landscape. The traditional, the outdated and the modern constituted moving concepts, transient and full of simultaneously. With the reflections of Dias and Adams it was possible to identify in the traditional slaughter within the daily life of the rural and industrial families, innumerable relations, symbolic and power, their procedural, linguistic and audiovisual strategies, for metaphorical maintenance of domination and the removal of the idea. of death with imperative of absent referent. The methodology used ensured coherence with the second and third levels identified by Worster in the methodological systematization of Environmental History, as it compared the research in a regional newspaper of the period, *Folha d'Oeste*, with interviews with eight people who lived in rural areas in the region.. Thus emerges a sample of the representation of slaughter in the rural area of Chapecó and the historical construction of sensitivities regarding the animals of the period, as they were in the midst of the diversity of interactions that constituted this space called rural in its territorialization in the ways of life of different human subjects and groups that composed it and raised it as a plural field. Thus the slaughtering and construction of sensitivities towards human animals were grounded in the processes of meaning and resignification of nature in the history of anthropism at different scales.

Keywords: Slaughter; Animal; Atropism; Nature; Sensitivity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – Jornal Folha d’Oeste de 13 de abril de 1968.....	17
Gráfico 1 – Evolução da população brasileira total (urbana + rural)	22
Figura 1 – Mapa de relevo do estado de Santa Catarina	35
Figura 2 – Mapa da questão de Palmas	40
Figura 3 – Mapas políticos do Estado de Santa Catarina nos anos de 1920 e 1943.....	50
Figura 4 –Código QR para assistir propaganda da Sadia	93

LISTA DE SIGLAS

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina

AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

BNH – Banco Nacional de Habitação

BRF – Brasil Foods

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CODESA – Coordenação de Defesa Sanitária Animal

COOPERALFA – Cooperativa Regional Alfa

EFAPI – Exposição Feira Agropecuária Industrial

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FUNDESTE – Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste

GGN – Grupo Gente Nova

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INP – Instituto Nacional do Pinho

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

PDR – Plano Diretor de Regionalização

RADAMBRASIL – Projeto Radar da Amazônia

SAC – Sociedade Amigos de Chapecó

SDA/MAPA – Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura

SDR – *Sales Development Representative*

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 CAPÍTULO I – DO ABATE NA FLORESTA AO ABATE INDUSTRIAL, INTERAÇÕES E REPRESENTAÇÕES.....	34
2 CAPÍTULO II – O ABATE	59
3 CAPÍTULO III – NOVAS SENSIBILIDADES	76
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS.....	100
ANEXO I – QUESTÕES DA ENTREVISTA	109

INTRODUÇÃO

No oeste catarinense, Chapecó, uma cidade que a partir da metade do século XX, fomentou seu cotidiano, seu crescimento e urbanização com base no abate animal em grande escala, alicerçando e reorganizando vários setores da cidade e do meio rural, dinamizando-se na implementação e consolidação da agroindústria em sua relação íntima com os projetos e estratégias estatais a nível local e nacional. Neste período confrontaram-se na região a forma tradicional e a forma moderna de produção da carne e abate animal. “Chamo de forma moderna, pois se trata da estrutura produtiva institucionalizada e regulamentada pelo Estado, além de corresponder, nas sociedades modernas e industriais, ao modelo responsável pela maior parte da produção desse bem”. (PERROTA, 2016, p. 147).

Foram contrastados os contextos com as falas dos entrevistados, que denotam uma amostra da representação do abate no meio rural de Chapecó e da construção histórica das sensibilidades em relação aos animais, haja vista a diversidade de interações que constituíam este espaço, pois não podemos reduzi-lo ao rural no viés produtivo, mas nos diferentes sujeitos e grupos humanos que o compõe e o eleva enquanto campo plural. Assim, foram identificados elementos com abrangência mais generalizada, sem, contudo, ter a pretensão de uma história homogênea.

No final da década de 1950, esta cidade ainda se resignava na alcunha de cidade de bandidos, relacionado em grande medida a proporção a nível estadual e nacional ao episódio de linchamento¹ por populares de presos acusados da queima da igreja católica central. Em poucas décadas passa ser reconhecida como capital do oeste e capital da agroindústria, tanto pela capacidade produtiva e tamanho de sua área de influência econômica e política regional, bem como pela sua enorme contribuição para o papel de destaque nacional e internacional que Santa Catarina assumiu no mercado de carnes, setor que gradativamente foi construindo peso na balança comercial brasileira, adequando-se as demandas nacionais e internacionais de quantidade e padrões de abate, produção e consumo, os quais vem nacionalmente incorporando questões do bem estar animal, seja por um apelo popular, demonstrando uma nova sensibilidade em relações aos animais, a qual vem se materializando nos movimentos e juridicamente, ou por questões de mercado para assegurar destino à produção. Tal transição converge com o que afirma Arno (2015, p. 5), “era necessário apagar as marcas do passado

¹ Contexto político do fato relatado no livro “*O linchamento que muitos querem esquecer*”, de Monica Hass 2000

violento e construir uma nova imagem para Chapecó que estivesse dentro dos ideais de progresso e modernização”, e com diferentes vetores na constituição da sociedade.

Este percurso compreende em sua maior extensão as estruturas de interação material e ideológicas entre homem e demais elementos ecossistêmicos reconstruídos nas décadas de 1960 e 1970, onde abarca uma trajetória de reconstrução de ideário de progresso e desenvolvimento trazidos com a colonização e extração da madeira, agora ancorado no abate animal industrial e o clamor pela modernização. Nisto, e identificado os alicerces de uma cadeia produtiva circundante ao abate animal em grande escala que pela finalidade, altera as formas tradicionais não apenas de abate, e sim da seleção, a forma de produção, a logística, uma nova relação com o tempo e rotina de trabalho, em especial na interação homem e animal. Uma das preocupações dos historiadores ambientais foi a redução da biodiversidade da fauna e flora ocasionadas por interações antrópicas, sendo que estas ganharam velocidade com o advento técnico científico, no caso de Chapecó, voltado ao predomínio do animal de produção. Entender esse processo vistas a diversas escalas relacionais de transformações do abate, leva-nos tanto em Dean como Worster, representantes e constituintes da história ambiental. Vislumbramos que tal análise faz-se sob o encontro e não oposição entre história natural e social, num diálogo com tantas outras ciências e processos. Então, o abate industrial, que superou o tradicional e por vezes o familiar baseado em costumes, pode ser considerado um marco de fronteira na transição do que era ao que veio a ser, não apenas em Chapecó, mas no Oeste Catarinense, haja vista o potencial de realocar espaço e importância, bem como de estabelecer a ausência do referente no momento do abate, comercialização e consumo, pois na dinâmica da agroindústria se constrói a representação da carne enquanto objeto inerte, distanciando-se da ideia do animal ser vivo passível da subjetivação humana. É neste contexto das décadas de 1960 e 1970, momento de configurações ímpares, algumas identificadas no decorrer do texto, em vários setores desse e outros espaços, possibilita identificar e analisar se houveram transformações históricas quanto a representação do abate no meio rural de Chapecó – SC, nas décadas de 1960 e 1970, no âmbito da dimensão que a vida rural assumia na época, bem como concebermos que a história também se faz de permanências e resistências, por vezes intrínseco as transformações.

Para identificar e analisar tal processo, é necessário ponderar os termos fundamentais utilizados para a compreensão dos marcos conceituais que a orienta. Iniciamos com o que trata o termo abate, *locus* central da discussão. O abate, embora dotado de diferentes sinônimos na língua portuguesa e conceitos entre diferentes grupos sociais, o compreendemos

enquanto conceito de matar, sacrificar ou tirar a vida de um animal para o consumo humano, seja consumo de ordem fisiológica ou psicológica. Assim, a discussão presente transita de forma dialética, entre o que as ciências naturais em especial a biológica através dos preceitos darwinistas, que o visualizava em uma cadeia alimentar natural e as discussões filosóficas, antropológicas, sociológicas, econômicas, psicológicas, teológicas, jurídicas e outras ciências envolvidas no compreender os processos de interação, concepção, de distanciamento a reificação² animal que envolve a trajetória histórica do abate, suas representações e seus discursos em diferentes sociedades e tempos.

Na mesma lógica, animal humano e animal não humano também se apresentam enquanto termos importantes nas discussões, pois cada vez mais são utilizados no bojo de discussões filosóficas e jurídicas, contudo, optou-se nesta análise o uso do termo homem em referência ao animal humano e animal em referência ao animal não humano, com o objetivo de menor estranhamento ao leitor e alinhamento jurídico a partir dos pressupostos da constitucionalização do meio ambiente na federação brasileira. Embora, a ciências biológica defina e engloba o homem como parte em semelhança aos demais do reino animalia diferenciando-se dos demais quatro reinos dos seres vivos, na esfera jurídica brasileira, apesar de alguns avanços, ainda o *Homo sapiens* emana a herança antropocêntrica. O homem distinguindo-se e apropriando-se dos demais elementos do meio ambiente, legitimando-se legalmente no que Thomas (1996) enuncia como predomínio humano. No entanto há uma progressiva incorporação do animal não humano enquanto sujeito de direito despersonificado, convergindo com os processos que impulsionam as novas sensibilidades em relação aos animais. Estas novas sensibilidades destacadas panoramicamente no capítulo III, emergem também em relação com ressignificações do próprio conceito de carne e seu simbolismo.

A representação do abate, no contexto de implementação da agroindústria avançou no sentido da reificação animal, onde na cidade de Chapecó, o abate industrial apresentou nas últimas décadas do século XX, o âmago de uma relação estreita entre as configurações e desconfigurações políticas, socioeconômicas, espaciais e conceituais propulsoras da moderna dinâmica urbano-rural. Tal relação passa a ser sentida a partir da segunda metade da década de 1950, na qual se inicia uma remodelação dos caminhos da cidade Chapecó, avançando vertiginosamente nas décadas de 1960 e 1970, imbricados no processo de integração e

² Convergente a etimologia de transformar algo em coisa e a concepção marxista de alienação em transformar tudo em mercadoria.

industrialização catarinense num cenário brasileiro de expansão e reorganização política econômica, alinhada aos interesses das nações e grupos capitalistas internos e externos.

Desta forma, muito do interesse e empenho do capital particular e estatal na estruturação necessária para a organização do processo e destino do abate industrial e seus produtos em grande escala na forma de agroindústria, mais visualizados nas décadas de 1960 e 1970, estruturam também traços de identidade para o oeste catarinense, onde Chapecó firmou-se como referência de desenvolvimento, modernismo e progresso para as demais cidades oestinas, reafirmando-se nos símbolos e slogans de capital do oeste e capital da agroindústria², facilmente identificados nas matérias de jornais da época. No jornal Folha d'Oeste de 1968, quando na matéria “*Promoção da Comarca de Chapecó é homenagem a região*”, trechos do relatório do Corregedor Geral da justiça, quando a Comarca de Chapecó passa a Quarta entrância, e assim transcrito: “fato mais do que justo, porque não é só a mais importante comarca da região... é hoje das mais progressista do Estado, com grandes indústrias ”. Outro trecho do relatório na mesma matéria evidencia uma preocupação em legitimar o Oeste como parte do Estado catarinense e principalmente consolidar a política de integração regional do Estado de Santa Catarina – que segundo Goularti Filho (2002) foi iniciada de fato em 1962. No trecho do discurso tal constatação é bem perceptível, pois assim segue o relatório: “uma distinta homenagem àquela região que por mais de uma vez esteve seccionada de Santa Catarina, e traduziria em verdade, um gesto de boa política, no sentido de integrá-la ainda mais ao nosso Estado”.

Neste contexto, cidades do Oeste Catarinense vislumbravam nos passos da cidade de Chapecó com a implantação ou relação com frigoríficos, a chave para o ufaneio desenvolvimentista, superação da ideia de atraso e a notoriedade política capaz de canalizar para a região os órgãos, programas e projetos estatais ligados à infraestrutura e modernização. Ainda no ano de 1968, matérias do mesmo jornal Folha d'Oeste, acompanham e descrevem periódica e entusiasmadamente a construção de um frigorífico na cidade de São Carlos, na matéria de 1968, tal alusão que liga a ideia de desenvolvimento ao abate moderno em grande escala, está também marcada abaixo da imagem da construção com a enfática afirmação “O colosso do concreto armado que a – Iscasa – está construindo, será transformado na redenção econômica de uma vasta região do Oeste Catarinense.”, bem como no título da matéria de 30 de março de 1968 (p. 2) deste mesmo jornal: “*Uma indústria de profundo alcance Socio-Econômico*”.

Outro aspecto preponderante a gradativa diminuição das formas tradicionais de abate, incidiu também na criação e comercialização de animais, num processo de estruturação para a subordinação rural a indústria, e que também suscitou no oeste catarinense a constituição de um complexo agroindustrial, aqui entendido no conceito de Muller (1989, p. 41), enquanto “conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária”, é a possibilidade de armazenamento que passa a ser apresentada pelos frigoríficos locais, assim identificado na matéria de 1968 Folha d’Oeste sobre a obra do frigorífico de São Carlos, “as câmaras de congelamento com a capacidade de abrigar toda a produção de um mês, no total de 6.000 cabeças de suínos”. Esta nova realidade trouxe certo encorajamento para a especialização, aumento e canalização de recursos e esforços para criação de animais voltada ao abate industrial, pois seria um diferencial frente às péssimas condições das vias de escoamento e instabilidade do mercado consumidor. Na continuação desta matéria reforça a nova condição, “uma elevada faixa de segurança econômica, pois nos casos de falta de mercado, [...] pode o mesmo suspender transporte para os grandes centros do País, sem deixar de produzir”.

Outrora, tamanho armazenamento era praticamente impossível, tanto na propriedade do homem rural onde a criação de animais voltava-se para força de tração e de deslocamento condizente com as necessidades de seu cotidiano, bem como o abate configurava elemento da subsistência alimentar, a escassa comercialização de animais representava eventualmente uma entre outras atividades para fonte de recursos, quanto nos açougues ou primitivos abatedouros locais. Esta nova realidade de estocagem, ao mesmo tempo em que provoca uma ambígua relação entre produção e consumo dentro do espaço rural condicionado as necessidades das atividades urbanas, em especial as agroindustriais, também impele novas necessidades energéticas, estruturais e tecnológicas para a região como um todo, o que progressivamente foi se tornando meta, lema de campanha e promessa política, num contexto em que as forças políticas locais, tanto em Chapecó como na região eram também centralizadora do capital e ordenamento das atividades econômicas que representariam, de acordo com a construção do imaginário social da época, o desenvolvimento e progresso, ou seja, as irmãs siamesas do modernismo em detrimento ao que muitos viam sustentavam como atraso e marginalidade política e estrutural que a região dispunha em relação ao Estado catarinense e ao projeto de Estado Nação Brasil.

Neste processo residem reciprocamente dimensões de cunho político e econômico, quanto à política de integração e crescimento produtivo regional e nacional, e fundamentalmente dimensões ambientais, pois na medida em que as interações ecológicas, das quais o ser humano é integrante e não oposto, se alteram drasticamente pela mediação tecnológica pautada em princípios produtivos da racionalização e cientificismo técnico. Aproximam-se no que Buzzi (2002, p. 46) baliza o moderno: “o moderno julga que cresce e floresce na medida em que se efetua um sistema de apropriação da natureza, objetivamente sugerido pela tecnologia”. Analisando nesta perspectiva o abate e sua representação, há de se considerar distintos instrumentais entre as formas tradicionais do abate no meio rural e o abate industrial, o que aprofundou a ideia de predomínio e oposição humana para com a natureza, incidindo ao domínio técnico dos sujeitos envolvidos em ambos, sendo no primeiro muito mais pela tradição vinculada a todo processo global e mais próximo aos ciclos naturais de construção do referente, no caso do animal a ser abatido, já no segundo pela especialização profissional padronizada e segmentada no desmonte, tornando o referente ausente no processo. Como adverte Adams (2018, p. 94), “uma das coisas básicas que devem acontecer na linha de desmontagem de um matadouro, é que o animal deve ser tratado como um objeto inerte, e não como um ser vivo que respira”.

Considerando dimensões de cunho político e econômico, quanto à política de integração e crescimento produtivo regional e nacional, envolto ao ideário desenvolvimentista, foi comum nos veículos de comunicação regional da década de 1960, chamadas e conteúdos de materiais que se referiam as cidades do Oeste Catarinense, tanto as reivindicações e investimentos estruturais, técnicos e financeiros, quanto à proclamação dos municípios em pleno desenvolvimento industrial, integrado e participante do cultuado e propagandeado progresso brasileiro. De acordo com Tourine, 1994 (apud Moreira, 2013, p. 44), “a nação é uma forma política da modernidade, pois ela substitui as tradições, os costumes e os privilégios, por um espaço nacional integrado, reconstruído pela lei que se inspira em princípios da razão”.

Para tanto, utilizando os mecanismos de formação de opinião em massa, como o jornal de circulação regional Folha d'Oeste, era introduzido no imaginário social local a ideia de futuro industrial, de vocação produtiva e comprometimento da região com o progresso e crescimento nacional.

Tal alinhamento às perspectivas do país, pode ser observado no texto de título da imagem do jornal a baixo:

Fotografia 1 – Jornal Folha d’Oeste de 13 de abril de 1968.



Fonte: Acervo CEOM.

No jornal Folha d’Oeste de 13 de abril de 1968, mais do que anunciar, a matéria sobre a instalação no dia 29 do mês anterior do Banco de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina em São Miguel do Oeste, confirmava o compromisso político honrado, a atuação integradora da Secretaria dos Negócios do Oeste, cuja sede era em Chapecó desde 1963, bem como o título “*A industrial cidade de São Miguel do Oeste*”, no corpo da matéria, ao se referir à importância da agência, destaca “engrandece não apenas a cidade contemplada, mas todas as praças do país que mantém intercâmbio industrial e comercial com aquela próspera e progressista cidade fronteiriça”. Os títulos de matérias referentes aos municípios do Oeste seguiam-se firmando no engajamento com o progresso, como na matéria de 30 de agosto de 1969, “*Em Campo Erê existe administração e Progresso*”. Também, essa euforia desenvolvimentista atrelada à nova forma de produção e abate animal, é marcada na matéria de 30 de março de 1968, do mesmo jornal, cujo título, “*Membros do Consulado alemão impressionados com o desenvolvimento do Oeste*”, relatando no corpo do texto a passagem por Chapecó dos membros do Consulado alemão, para visita técnica ao futuro frigorífico Isscasa de São Carlos, cujo diretor-presidente do Isscasa era também prefeito da cidade de São Carlos, e na matéria de capa de 27 de abril de 1969 do mesmo jornal, demonstrava sua busca e sucesso pelo investimento financeiro do Estado neste empreendimento, e que o “Banco do Brasil, na palavra de seu diretor, Dr. Paulo Konder Bornhausem, que dentro de poucos dias o Isscasa receberá mais de 180 milhões de cruzeiros velhos, como financiamento através da Aliança para o Progresso”. Tal financiamento ficou condicionado pela abertura para compra de ações do frigorífico. Já na matéria de 16 de março de 1968, A Folha d’Oeste, “*Anchieta Progride pelo Trabalho de sua Gente*”, além de reivindicações para ampliação de rede elétricas, casas do BNH, sistema de telefonia, aquisição de sementes selecionadas para

distribuição entre outros, fica ressaltado a conotação do trabalho que legitima ideologicamente, pela forma de interação com o meio natural trazido pela colonização do Oeste, a qual gente pertence esse território. No mesmo texto, também fica marcado uma tríade econômica em transição, pautada na exploração dos recursos da flora natural, a agricultura e a relação com o abate industrial: “a indústria do município é totalmente voltada para a madeira, sendo sua maior riqueza a produção agropecuária, destacando-se o milho, o trigo, o soja, a mandioca e o fumo, ao lado da extraordinária produção de suínos para o abate”.

O Estado, convergente ao poderio local aspirante a industrial, canaliza investimentos para região, em especial nas relações circundantes a agroindústria, destaque em Chapecó, e a região mostrou-se alinhada aos propósitos estaduais e federais, trabalhando para o progresso da nação, explicitado nos discursos da época. Em 16 de março de 1968 no jornal Folha d'Oeste, (p. 2), o título da matéria, “*Cooperchapecó ajuda impulsionar o Brasil*”. Na matéria de capa de 18 de outubro de 1969, intitulada “*Industrialização é nova meta da SAC*”, além desta Sociedade Amigos de Chapecó fundamentar a ideia de que o desenvolvimento é “resultado da ação conjugada dos esforços das pessoas, das empresas e do governo. Santa Catarina pode e deve participar desse frenesi desenvolvimentista que acomete todo o Brasil”, marca o papel centralizador e dinamizador de Chapecó as demais cidades do Oeste, já que a SAC – Sociedade Amigos de Chapecó, desde sua criação em 13 de setembro de 1966, com a finalidade de organizar as comemorações dos 50 anos do município de Chapecó, através de eventos e iniciativas em diversas áreas buscava a promoção do desenvolvimento regional.

O ideário modernista industrial no Brasil no início do século XX, destaque no Estado Novo de Vargas, ganhou maiores contornos da política desenvolvimentista Cepalina³ amplamente argumentada por Celso Furtado⁴, nos “50 anos em 5” de Juscelino Kubistchek, influenciou substancialmente a inserção do abate industrial no oeste catarinense.

A política desenvolvimentista aprofundou mudanças nas tradicionais relações no âmbito dos biomas regionais em sua busca, pelo menos nos planos de interação, de ordenar e superar as diferenças de processos de industrialização que agiram anteriormente de forma mais centralizadas e circundantes a região do café, e que de certa maneira legou um distanciamento a regiões mais periféricas e fronteiriças, como a do Oeste catarinense, que até a metade do século XX estava consolidando seus contornos territoriais no processo de colonização e fulminante atividade extrativista, em especial da madeira de araucária e outras

³ No caso do Brasil, o termo “desenvolvimentismo” remete às teorias cepalinas (vindas da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, uma comissão regional das Nações Unidas, criada em 1948 com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros).

⁴ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2005.

madeiras nobres abundante em sua rica floresta, tendo sua comercialização facilitada com a estrada de ferro no meio oeste, e no oeste especialmente pela flutuação em balsas pelos rios, com destaque o rio Uruguai. Segundo Radin e Salini (2015, p. 24), “esta atividade ocorreu praticamente sem nenhuma vigilância governamental até meados de 1940”, situação que comunga com a criação em 1941 do Instituto Nacional do Pinho – INP. No entanto, pela monstruosidade do desmatamento, que segundo Valentini (2012), ultrapassou milhões de m³ de madeira comercializadas, esta atividade deu sinais de declínio a partir da segunda metade do século XX, dando margem a política de reflorestamento e a necessidade de uma reorganização produtiva. Este contexto ambiental que possibilitou o acúmulo de capital das empresas colonizadoras e madeireiras, bem como a pequena propriedade agrícola de subsistência do colono se constituir e prevalecer na região, proporcionou as condições ideais para o desenvolvimento do abate industrial, já que instaurou o acúmulo de capital, um plantel considerável de suínos e recursos humanos oriundos dos processos migratórios. Estes imigrantes no século XX, trouxeram a ideia de superioridade do trabalho do colono em detrimento a outras culturas que tinham na finalidade do trabalho diferente e de proporção menos impactante em sua forma de interação com os demais elementos da natureza.

Então, com as condições necessárias e como sinalizado por Goularti (2015), é pertinente perceber que no oeste catarinense a política econômica desenvolvimentista pulsou intensamente em meados de 1962 com o projeto de integração catarinense. Doravante pós 1964, em plena Ditadura se aprofunda o domínio da economia norte americana em plena Guerra Fria, com influência no processo de urbanização brasileira e modernização das atividades produtivas no meio rural. Com isso houve a imersão do país nas nuances da Grande Aceleração teorizada por McNeill e Engelke (2016), em sua esquizofrênica e acelerada tecnológica relação entre tempo, recursos e produção, entre técnica e resultado. Nacionalmente estrutura-se a concentração e subordinação, que na economia local forçou gradativamente o abate industrial a se sobrepor as formas tradicionais de produção e abate. Este processo desloca o local do abate para o meio urbano e o lugar que a criação e relações com animais de abate começaram assumir na organização econômica das propriedades rurais, reorganizando a própria rotina e o tempo destinado à criação de animais. Segundo Siqueira (2017, p. 94), “a aceleração é por um lado, a transposição de tempo natural e da técnica condicionada a natureza, para um tempo mecânico e racionalizado”.

Essa atmosfera de modernidade e desenvolvimento contagiante no Brasil e no oeste catarinense, mais especificamente em Chapecó nas décadas de 1960 e 1970 envolveu e modificou o processo de obtenção da carne para grande parte de sua população, influenciando

a forma, periodicidade e representação do abate no meio rural, deslocando espacial e situacionalmente o local do abate, que passou a ser em grande escala e no espaço urbano. No entanto, esse processo proliferou-se em meio a estratégias permanências do passado marcado em registros, símbolos, signos e eventos que se estabeleceram e se sucederam no cotidiano e imaginário da cidade.

O mais importante de lembrar o passado é lançar bases para o futuro. Portanto, a comemoração é um marco inicial de remodelação da modernidade, ou seja, o desbravador realizou ações e lutou para que existisse essa Chapecó, e agora este projeto deve ser levado avante. Não se exalta o passado apenas por saudosismo, mas sim por necessidade de implementar e legitimar historicamente um novo projeto que se está iniciando: de desenvolvimento industrial ligado à agroindústria. Ou seja, tem-se a necessidade de recuperar o passado (a partir da memória) e de mantê-la viva, pois se fez e se fará uso dela. (ROSALEN, 2012, p. 38).

Neste sentido, a memória aliou-se com a modernidade e desenvolvimentismo não para romper com a ideia colonizadora de predomínio humano frente aos demais elementos da natureza, mas com as inovações técnicas científicas que passaram a ser introduzidas e utilizadas em diversas dimensões do cotidiano chapecoense, principalmente nos processos produtivos da região, notadamente na agricultura, produções e abate animal. Esta representação do homem em oposição e domínio da natureza se aprofunda. Mesmo que séculos depois da Revolução industrial, décadas da introdução dos abatedouros frigoríficos moderno e distante³ das inovações científicas e dos movimentos sociais ecologistas e de bem-estar animal das décadas de 1960 e 1970, a agroindustrialização de Chapecó revigorou o imaginário antropocêntrico, assim como a sinopse do pensamento de Lutzenberger (1992), reflete: “a civilização industrial ignora as leis da natureza como se a espécie humana não estivesse sujeita a elas”. Ora, se no passado mais distante e na colonização do município a fertilidade natural do solo, a oferta de água e outros elementos e tempos naturais foram preponderantes espacialmente para fixação ou migração de grupos humanos, com o ufanismo científico, sua Revolução Verde, racionalização técnica, estatística e matematicamente aferida na produção, inclusive de animais, não seriam tão preponderantes, bastava ter recursos para investir, nisto residu processos de expropriação, descapitalização e êxodo do homem do campo, mas que não serão nesta dissertação discutidas explicitamente.

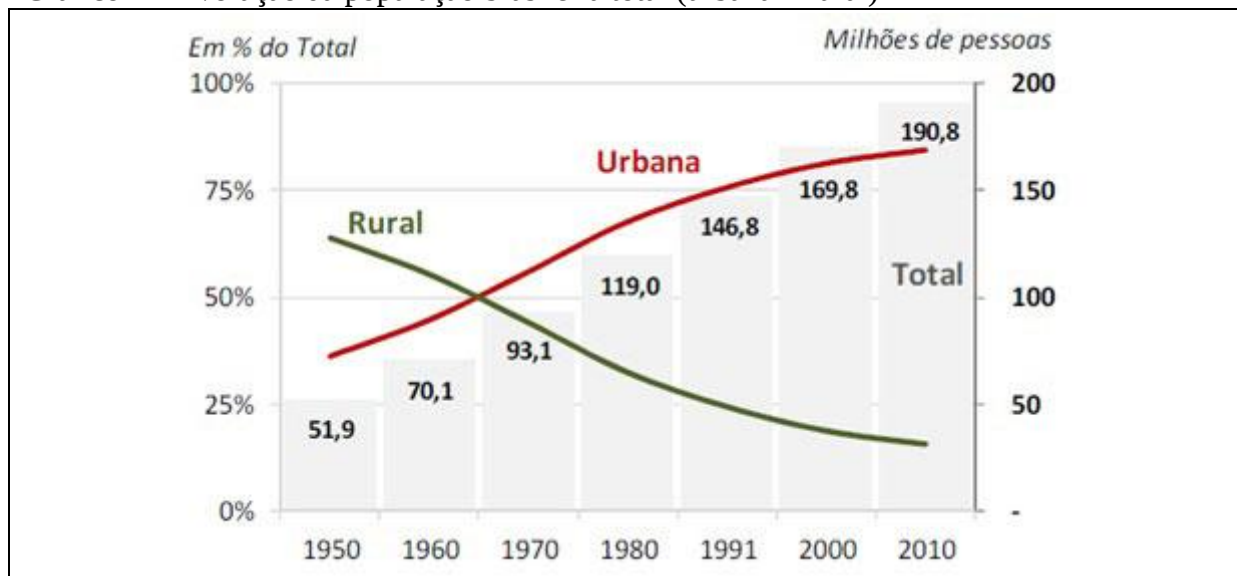
Mundialmente em paralelo aos movimentos sociais, produção científica, artigos e obras⁵ que denunciavam as consequências e os limites ambientais da aceleração e artificialização produtiva, em geral e considerando a restrição, manipulação e morosidade de

⁵ CARSON, Rachel. **Silent Spring**. Boston-USA: Houghton Mifflin Company, 1962.

acesso a informações na época, se promulgava um grande otimismo e crença que a ciência e suas técnicas, sintéticos e racionalidade resolveriam problemas de grandes dimensões socioeconômicas, como por exemplo a pobreza e fome mundial. No jornal Folha d'Oeste de 20 de abril de 1968, na matéria intitulada “*O mapa da fome no Mundo*”, apresentava em uma representação cartográfica da quantificação da fome no mundo através do consumo médio de calorias, a legitimação científica do problema e da necessidade de aceleração da produção, bem como exemplos de que a única solução seria, de acordo com a matéria, “a humanidade está a ponto de perder a corrida de produção de alimentos e do aumento da população, declara o presidente Johnson, assim com o professor Drº. von Weizsäcker, um dos cientistas alemães de maior projeção”. A matéria prossegue legando a ciência o papel de redentora, “há anos, cientistas de muitos países se esforçam para evitar a catástrofe eminente com a ajuda de alimentos sintéticos”. Também a matéria deixa bem claro os modelos de produção a ser seguido e a determinação de abandonar as formas tradicionais de produção, sustentando que “América do Norte, Nova Zelândia e alguns países europeus a agricultura é orientada por métodos científicos, servindo-se dos meios técnicos à disposição”, nisto compara e de certa forma culpa o produtor dos países pobres, por não terem um resultado que segundo a matéria seria necessário frente a realidade, pois na continuação do texto afirma: “em muitas outras áreas, os rudimentares utensílios e a falta de adubos, muitas vezes por grande ignorância e até mesmo a recusa”. Tal disposição técnica e científica, foi sendo também incorporada na produção e abate animal, legando transformações conceituais de sua finalidade e representação, em um momento em que o crescimento da população e urbanização brasileira se acelera, bem como as mazelas de sua herança histórica, mas que estrategicamente foram sendo justificadas pelas formas tradicionais de produção.

As décadas de 1960 e 1970 compreenderam muito mais do que o momento de intersecção entre a população rural e urbana no Brasil. Diferentemente do final do século XIX e início do século XX o incremento populacional de 1960 e 1970 não dependeu da imigração externa. Nestas décadas se aprofundou a artificialização na interação homem natureza, pautada num cientificismo técnico, sanitarista, num ideário de progresso e desenvolvimento, traduzida num acelerado e exaustivo uso dos solos, substituição progressiva de espécies nativas ou tradicionalmente incorporadas de longa data as culturas locais, e a exponencial aceleração e antecipação dos tempos de vida dos animais em um condicionamento racionalista. Coube então aos municípios brasileiros se engajarem neste amplo e árduo ideal com roupagem nacionalista.

Gráfico 1 – Evolução da população brasileira total (urbana + rural)



Fonte: IBGE, 2010 (www.beefpoint.com.br).

Parte dos países que faziam parte do chamado Terceiro Mundo⁶ se converteu a ideia de eliminar as formas tradicionais de produção e absorver os elementos e pacotes tecnológicos, sendo que muitos já condenados, superados e eliminados nos países de origem. O emblemático caso Rockefeller⁷ ilustra nuances deste processo.

No Brasil, a política desenvolvimentista viabilizou a disseminação desse processo com divulgação, linhas de financiamento, órgãos e programas de assistência e extensão técnica nos Estados. Em Santa Catarina tal disseminação técnica e científica ficou a cargo da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina, ACARESC, fundada em 1956, numa estratégia de ação e resultado, que no oeste catarinense teve seu maior êxito na implementação da suinocultura e mais tarde da avicultura, já que sua ação somada as características naturais e culturais próprias da região influenciaram na elevação de Santa Catarina por décadas como maior produtor de carne suína e de frango do Brasil. Na década de 1970, a EMBRAPA abre um departamento de pesquisa em Concórdia, cidade próxima a Chapecó e berço da agroindústria Sadia, voltada a suínos e frangos.

⁶ Termo originário da Teoria dos Mundos durante a Guerra Fria.

⁷ Grupo com sede em Nova Iorque que expandiu o mercado consumidor com a venda de pacotes de insumos agrícolas.

No jornal a Folha d'Oeste na década de 1960, em inúmeras edições era comum, entre outras solicitações, os municípios do Oeste catarinense pedirem a instalação de um escritório da Acaresc em seu território, para viabilização da modernização rural. O que também caracterizaria na construção da mentalidade social da época, a busca pelo desenvolvimento e progresso como toda a nação. Na edição de 31 de dezembro de 1967 (p. 3), foi anunciada a instalação de mais seis escritórios da Acaresc no Oeste Catarinense, sendo que ficou ressaltado que o então governador Ivo Silveira “interessado no desenvolvimento do trabalho racional do homem da lavoura, em entendimento mantido com o Engº Glauco Olinger”, estaria sendo atendida a reivindicação do secretário da Secretaria de Desenvolvimento Regional, senhor Serafin Bertaso. Três elementos que agiram nas décadas de 1960 e 1970 na representação do abate no Oeste podem ser facilmente identificados nesta matéria, a interferência e acordos políticos do Estado, o aval científico nacionalista e o novo sujeito que detém as técnicas racionais, mensuráveis e milimetricamente calculáveis para planejamento, execução e resultado de produção, seja vegetal ou animal, a figura do técnico engenheiro agrônomo e extensionistas.

No jornal Folha d'Oeste, em 23 de dezembro de 1967 (p. 3), foi publicado estudo do planejamento da ação da Acaresc no escritório Regional da Acaresc em São Miguel do Oeste e os locais da região para 1968, “procurando uma fórmula que permita medir com estatística objetiva os resultados de seu trabalho em favor da agropecuária regional”. Ao analisarem a ação em 1967 na suinocultura, a qual julgaram uma melhoria, mas insatisfatória e sem expressão objetiva, a matéria traz: “no ano de 67 a Acaresc fomentou a utilização na suinocultura, de mais de 400 toneladas de ração balanceada”. Já na matéria de 9 de março de 1968, (p. 6), referente a Chapecó e Oeste, reforça o potencial da produção de suínos do Oeste Catarinense, que segundo o jornal ultrapassava a casa dos milhões de cabeças, “abastecendo de matéria prima os nove grandes frigoríficos aqui existentes, como dezenas de outros”. Também legitima a ação e necessidade técnica no melhoramento da produção em substituição de raças e formas tradicionais, já que afirma: “ainda é imperioso e urgente fomentar a melhoria dos rebanhos, visando a especialização de produção de mais carne e menos gordura e o barateamento dos custos de produção”.

Nesta mesma matéria, evidencia-se um elemento que se tornou eficaz, na época, na divulgação de resultados e conversão às científicas e modernas técnicas de produção, as Feiras e Exposições, “e isto será possível com exposições periódicas, onde os produtores possam ver ao vivo os resultados da orientação dos técnicos”. Em Chapecó, segundo o jornal

Folha D' Oeste de 17 de fevereiro de 1968, (p. 6), o então prefeito municipal Sadi De Marco, através do ofício nº 316 de 16 de dezembro de 1967, solicita ao Ministro da agricultura a oficialização da EFAPI – Exposição Feira Agropecuária Industrial – como feira regional do Oeste Catarinense, entre os argumentos destaca o sucesso da primeira feira realizada pela SAC em 08 de outubro de 1967 em comemoração ao cinquentenário do município, mas acima de tudo a já então consolidada centralização da região produtora pela cidade de Chapecó.

Neste contexto, além de reafirmar continuamente o caráter desenvolvimentista das políticas estatais, o potencial produtivo em especial quantitativo na produção de suínos, os discursos, que também configuravam o jornal regional nas décadas de 1960 e 1970, fomentavam a necessidade de melhoramento genético dos rebanhos e sementes, superação de práticas tradicionais de produção e implicitamente legavam ao homem do meio rural os limites por metas não alcançadas. No caderno especial ao dia do Colono, componente do jornal Folha D'Oeste de 26 de julho de 1968, além de trazer dados de vários setores da economia do Estado, em que o setor madeireiro ainda correspondia a 70%, no entanto a produção rural do Oeste, já sob influência da extensão rural e inserção de sementes híbridas, destacava-se com a maior média de produção de milho por hectare do Brasil, o feijão que correspondia a 50% da produção do Estado, mas como constava “no entanto, a suinocultura ainda é a maior base econômica do Oeste e é neste campo que as estatísticas provam estarmos desperdiçando muito, pela falta de técnica na cultura do suíno”. Foi reforçado que a quantidade de crias fornecidas anualmente por criadeira e o tempo para o abate, deveria ser melhorado, ou seja, dobrar a produção e reduzir pela metade o tempo, já que segundo a matéria era de sete por criadeira e levava-se 10,5 meses o tempo para o abate. A matéria prossegue ressaltando, “vejam agricultores, que o Oeste é o maior produtor de suínos de Santa Catarina e põe fora a metade de seu potencial”.

E notório no decorrer do texto, o qual teve continuidade na página 6 do jornal, que legava e reconhecia ao Estado a eficiência como provedor das condições e a ACARESC o domínio técnico e científico doutrinador com soluções produtivas, mas ao homem rural o peso, o custo e a pressão pela absorção da modernização e a racionalização técnica, bem como o sucesso ou não na luta contra a fome da nação e do mundo, pois ainda na página 5 descreve sobre a necessidade de melhoramento leiteiro, “e os responsáveis pela ACARESC local tem a solução e estão aplicando. Resta aos criadores de gado leiteiro aceitarem as medidas”. Já na página 6, enfocava positivamente na assistência desprendida aos produtores de cereais a partir dos resultados, objetivamente sugeria como as próprias palavras da matéria um “exame de

consciência”, na qual o homem rural poderia deduzir o que era necessário ser feito para superar tal atraso na criação de suínos, então prossegue, “adiantam os técnicos que a suinocultura necessita mais carinho por parte dos produtores no manejo dos rebanhos”.

Sob o paradigma técnico científico racionalizante da interação do homem e natureza, a subordinação do campo aos interesses e tempos da industrialização urbana, percebe-se uma aura beirando “*Os estabelecidos e os outsiders*”⁸ do meio rural, contudo na direção inversa do ocorrido na fictícia cidade inglesa Winston Parva, já que em Chapecó, expulso, segregado e inviabilizado foram os modos de vida dos grupos sociais que já habitavam a região, tornando-se gradativamente marginalizados socialmente por resistirem ou não se enquadrarem ao novo perfil de antropismo.

Na capa do jornal Folha D’Oeste de 26 de julho de 1969, também em comemoração ao dia do Colono, a ACARESC de Chapecó, além de colocar a estimativa de cinco mil famílias no meio rural, já adjetivava o agricultor colono como progressista e entusiasmado, reforçando o crescente emprego de novas técnicas e racionalização na produção construindo o progresso, destacando a evolução da suinocultura que reduziu para quase um terço o tempo de desenvolvimento de 100kg de um porco, avanço esse oriundo de acordo com a matéria de “*Vacinação preventiva, profilaxia, alimentação e raças*”. Também apresentava a estimativa do rebanho suíno de 80 mil cabeças em Chapecó, destacando uma mudança de padrão de manejo e seleção em poucos anos, pois era afirmado que ao invés de 90% das raças comuns desconhecidas utilizadas antigamente, em 1969 caíram para 45%. Já os de raças de carne passaram a 33% e o cruzamento buscando um melhoramento genético chegou a 22%. O domínio sobre os tempos e sistemas naturais estava aos pés da ciência produtiva. Foi também enfatizado lavoura com maior produtividade já que segundo a Acaresc, “não são mais desconhecidas para o agricultor: sementes selecionadas, bom preparo e conservação de solo, emprego de adubos e fertilizantes, inoculação, corretivos”. Por fim, no decorrer desta matéria dados estatísticos e o uso de termos como otimista, entusiasmo, sede em conhecer, construíram um imaginário de um rural com lugar seletivo para um homem progressista adepto a novos métodos com perfil legitimado nas palavras do décimo terceiro parágrafo desta matéria, “o colono que está forjando o desenvolvimento de Chapecó, do Estado, do Brasil, se capacita – participando ativamente de cursos em agropecuária, associativismo, trabalha, objetivando produtividade, racionalização da produção.

⁸ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Então, no Oeste Catarinense liderado por Chapecó, proclamava novos tempos e homens que vislumbravam exponencialmente seu predomínio da natureza, na errônea ótica de ser uma via de mão única, e ainda se concebendo e se representando em oposição à natureza. Neste contexto o abate no meio rural e sua representação tornam-se produto e processo num universo interrelacional amplo e ao mesmo tempo restrito a regramentos e doutrinas advindas da técnica pretendente de independência dos ciclos naturais, em quais entre rupturas e abreviamentos eclodiam permanências. Na Chapecó do século XX, como na Inglaterra dos Tudor e Stuarts analisada por Keith Thomas, sem recorrer ao anacronismo, houve uma regulação moral construída historicamente na interação homem-natureza, mais profunda ainda em relação aos animais, justificada seja no ideário cristão europeu desenvolvido lá e aqui trazido pelo colonizador, seja pelo racionalismo científico presente em ambos, embora em tempos e processos distintos. Segundo Thomas (1996, p. 35), “o controle do homem sobre a natureza era o ideal conscientemente proclamado pelos cientistas modernos”. Nas décadas de 1960 e 1970, no Brasil e no mundo ainda a ciência firmava-se como portadora dos instrumentos e conhecimentos para avançar num maior domínio sobre a natureza.

Também como na Inglaterra moderna o abate para o consumo de carne ou para satisfação de desejos psicológicos, foram validados teológica e cientificamente, não diferente a seleção e cruzamento entre animais na tentativa de melhoramento produtivo. Se na Inglaterra dos séculos XVI ao XIX a quantidade de açougues e consumo de carne era maior que em toda a Europa e Ásia, segundo Thomas (1996), bem como o enorme contingente de animais de tração, constituía para aquela nação status de destaque entre os países da Europa, embora como no Império Romano da Antiguidade internamente o consumo da carne fosse desigual em quantidade e periodicidade entre seus grupos sociais, também como relatado no Antigo Testamento⁹ em povos da Antiguidade, o ato de abater um animal nem sempre se ligava a necessidade do alimentar. Em Chapecó, nas décadas de 1960 e 1970, o abate de animais foi realocado gradativamente para o espaço, técnicas e exigências sanitárias da agroindústria, passa a agregar a legitimação da construção do progresso local, da Nação e a finalidade científica de acabar com a fome mundo.

As décadas de 1960 e 1970, a nível global, tempos da corrida espacial e de construção de um novo homem no mundo ocidental, desvencilhado dos padrões tradicionais, são referências a este momento de configurações ímpares, pois esta afirmação se fundamenta nos processos de alcance de longa escala espacial e temporal que se desenvolveram no período,

⁹ Livros com as Escrituras Hebraicas, conhecidas pelos cristãos como Antigo Testamento.

bem como nos movimentos sociais que sinalizavam e refletiam sobre os perigosos caminhos destes processos. Entre esses processos destacam-se sobremaneira elementos de um racional moderno perfil tecnológico, político, produtivo e cultural, onde a construção de novos paradigmas se refletia também na especialização instrumental para interação homem-natureza, evidenciados e por vezes ancorados em pseudoexplicações e pseudossoluções para reais problemáticas advindas do próprio contexto. Na década de 1970, período de crise mundial do petróleo e endurecimento do regime militar no Brasil, configurou início do desenvolvimento da biotecnologia moderna¹⁰ a partir do DNA recombinante e hibridoma¹¹ configurando com base na engenharia genética, que possibilitou através da manipulação científica uma cadeia de transformações e reconfigurações ambientais, principalmente no universo da produção animal. Se no passado remoto a domesticação dos animais e plantas provocou uma diminuição de espécies, por outro lado não podemos ignorar que condicionou modos de vida humana, seus valores e práticas, especialmente em relação e sensibilização aos animais, e que a seleção e melhoramento genético advindo no século XIX não apenas dos saberes empírico cultural de agricultores e criadores de animais, mas dos conhecimentos oriundos do desenvolvimento da biologia, botânica e zoologia aprofundaram o processo de diminuição da diversidade natural, aspecto este abordado por Thomas. A biotecnologia moderna da segunda metade do século XX engendra um alcance ainda maior de manipulação e transformação ambiental, identificadas na paisagem e nos modos de vida das sociedades. No entanto, sem adentrarmos na antropologia de Lévi-Strauss ou num debate filosófico existencialista, o abate animal se apresenta como uma regularidade em diferentes tempos, espaços e contextos, sendo que sua representação paira na própria representação do homem e da sociedade que faz parte. Neste sentido, se complementa com a regularidade da sujeição que ameniza o olhar sobre o ato de abater um animal, mascarando que abater é sim tirar a vida de um ser e consumir sua carne, parafraseando Thomas (1996), é consumir um cadáver. Se antes os seres não humanos eram presentes divinos para o homem, com a biotecnologia moderna poderia ser obra do próprio homem, o que abrandaria a representação do abate enquanto prólogo da morte.

Assim, analisar as transformações e representação do abate no meio rural de Chapecó, décadas de 1960 e 1970 e a construção de novas sensibilidades em relação aos animais, insere identificar e refletir no prisma da história ambiental as transformações nos processos de

¹⁰ Biotecnologia é uma área da ciência voltada à utilização de sistemas e organismos vivos na criação e melhoria de técnicas e produtos, com base nas técnicas que utilizam engenharia genética.

¹¹ Revolução genética: síntese química do DNA realizada por Kornberg em 1967.

interação homem, animal e demais elementos naturais de Chapecó e, por conseguinte da região. Nisto os apontamentos conceituais presentes na obra de Keith Thomas (1996), “*O homem e o mundo natural, mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*”, ajudam no diálogo do abate animal com os processos locais das décadas de 1960 e 1970, em suas relações mais amplas e ao mesmo tempo elementares.

Consciente que o olhar do presente é que faz a leitura do passado, construir um cenário mínimo de análise da época foi possível no diálogo entre as fontes, como a pesquisa oral, através de um questionário estruturado com pessoas que viveram no meio rural de Chapecó, obras e artigos sobre a região, jornal de alcance regional, dados e fontes oficiais entre outros, tendo como referência primordial a obra de Keith Thomas, no *lócus* da premissa do que Thomas categorizou de predomínio humano, balizado pela linha da história ambiental e diálogo sutil com as tendências desenvolvimentista, adentrando, sem, contudo, aprofundar-se, nos movimentos ligados ao bem estar animal a nível mundial. Encontrar a permanências, como uso da ideia da oposição do homem à natureza, ajuda encontrar o lugar do abate e a sensibilidade em relação aos animais na constituição do rural de Chapecó nas décadas de 1960 e 1970.

Então, entender as transformações da representação do abate nas comunidades rurais de Chapecó, embebe-se em permanências e rupturas na relação entre animais humanos e não humanos, de modo a problematizar as profundas transformações nas sensibilidades perante os animais nas últimas décadas.

A base qualitativa, presente nesta dissertação, vai ao encontro, por um lado, pela consciência da diversidade fecunda de temas deste território e a possibilidade do diálogo com processos globais, por outro lado, a necessidade de uma historiografia mais complexa e conexa. A escolha do período converge com o contexto da segunda metade do século XX, que em grande parte do mundo, inclusive no município de Chapecó, apresentou marcas de profundas transformações, que dão evidências de possíveis demarcações temporais processuais para além das utilizadas pela historiografia oficial. Assim com contornos regionalizados imerso em elementos marcantes de fronteira, a análise vincula-se também a processos globais em todas as áreas: tecnológicas, econômicas, sociais em especial de interação animal humano entre si e com os demais elementos ecossistêmicos. No tocante aos animais, este período que marca acelerada transformação da paisagem, reorganiza a relação espacial entre humanos e animais e reorganiza a seleção das espécies que prevalecerão quantitativamente, consequência da intensidade e caminhos da ação antrópica, principalmente

nas relações e hábitos cotidianos nela estabelecidos e condicionados por uma lógica além da produtiva, mas de natureza, seja ela da fauna ou flora, de animais e humanos. Esta percepção em processos regionalizados, enquanto categoria de análise, denota a imersão em escalas elementares do cotidiano das nações, ancorados nas discussões de Viola e Basso (2016, p. 10), pois não podemos ignorar que “a preponderância das forças sociopolíticas que influenciam o *mindset*¹²”, forças capazes de irradiar novas reorganizações espaciais e todas as relações entre seus componentes. A preferência pelo recorte temporal das décadas de 1960 e 1970 fundamenta-se porque nelas se alicerçam sobremaneira e com maior interferência estatal, através principalmente de empresas estatais de assistência técnica de disseminação dos científicos modos de produção e abate, os parâmetros desenvolvimentistas urbanos, outrora não sentidos com tanta intensidade neste espaço, considerando o espaço, a partir das ideias de Santos (1978, p. 122), como construção das relações da sociedade em seu conjunto processual e temporal: “o espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida”.

Num processo histórico tão contraditório emergiu resistências. Na década de 1980 se desenvolveu a ciência do bem-estar animal, com raízes nos movimentos ecológicos da década de 1970. Os crescentes movimentos do bem-estar e direitos dos animais foram inclusive em parte apropriadas pelas necessidades postas pelas novas estruturas e demandas produtivas envolvidas no abate animal em grande escala, universalizadas com maior intensidade e escala a partir da década de 1950 e consolidadas nas décadas de 1960 e 1970, com a modernização, integração e interiorização das relações capitalistas. Ora, o que o olhar da história ambiental traria de relevante ou novo sobre o tema e período? Em especial ao adentrar no universo da representação do abate, no viés da história ambiental, é no mínimo instigante, pois concordando com Pádua (2010, p. 91), “o grande desafio teórico, no contexto da contemporaneidade, é pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural.

A história ambiental possibilita uma linha pouco explorado na historiografia local, especialmente num momento tão intenso de interferência antrópica dinamizada pelos aparelhos legais do Estado, na prerrogativa do cientificismo e tecnicismo produtivo. Moretto (2017, p. 108), afirmou: “muitos trabalhos de inquestionável relevância foram produzidos sobre o processo de ocupação e colonização da região Oeste do Estado de Santa Catarina”. Contudo, como a autora desvela, há muito a ser pesquisado e “a História Ambiental vem

¹² *Mindset* –na mentalidade que prevalece.

suprir tais carências”. Na região e na cidade de Chapecó, muitos, e não menos relevantes trabalhos historiográficos foram desenvolvidos sobre os mais diversos temas a partir da metade do século XX, mas ainda há grandes possibilidades e imprescindível esforço para a história ambiental trilhar neste espaço território e espaço tempo, e concordando com Pádua (2010, p. 91), “dizer que a natureza sempre determina a vida social, ou vice-versa, não nos leva muito longe”. No que tange ao abate animal e sua representação nas comunidades rurais de Chapecó-SC, nas décadas de 60 e 70, essa premissa é válida, como também se torna válido apropriar-se analogamente do apontamento de Morreto (2017, p. 118): “analisar tais processos, traz o entendimento de como a relação de tais grupos com o meio natural, vão além do pragmatismo e adentram questões, sociais, culturais, econômicas e políticas”.

No entanto, a coerência com a história ambiental não admite a redução da análise na representação do abate à generalização do animal enquanto mercadoria, na reorganização espacial do convívio animal humano e não humano e a disseminação de padrões desenvolvimentista, por fim, exige mobilizar uma gama mais complexa de elementos, como parafraseando Dias (2009), tal análise circunda também uma construção simbólica capaz de trazer às gerações pós 1960 e 1970, transformações nas sensibilidades, condizentes na construção da moderna *urbanitas*. Isso corrobora e não invalida que o abate e sua representação nas famílias do meio rural, marca em 1960 e 1970 transformações circunscritas neste universo econômico e sociocultural influenciado pelos contornos desenvolvimentista locais e nacionais, contornos estes, referendado por Kusbick e Tartas ao mencionar dos caminhos percorridos pela comercialização e abate de animais no Oeste de Santa Catarina, onde Chapecó está inclusa, evidenciando a drástica mudança a partir de novos hábitos alimentares brasileiros e estruturação legal sanitária e fiscal, em especial das cidades urbanizadas, que passam a ditar o caminhar das demais, enquadrando práticas oriundas de costumes culturais como contraversão.

Aliado a estes novos padrões de consumo e logística produtiva nacional, em especial da proteína animal, a representação do abate é influenciada pela nova dinâmica de ocupação territorial e de destino de migração, onde até a década de 50, o meio rural era o maior destino de migrantes. Já a partir dos anos 60, o meio urbano passa gradativamente catalisar esta demanda, interferindo no incremento populacional percentual entre urbano e rural, refletindo no cotidiano do município. Entre as décadas de 1950 e 1960, Chapecó reduz seu território, em especial o rural, pois 14 novos municípios se desmembram do grande e Velho Chapecó, aumentando a proporcionalidade de área e população urbana do município. Segundo Goularti

(2015, p. 59), “no que tange a mobilidade espacial da população, em especial, a migração interna, é um fenômeno estrutural que segue o processo de industrialização e por melhores condições de vida”, é também neste período que se estende a consolidação da agroindústria neste território.

Goularti (2015, p. 57), também referencia o papel estatal nesta dinâmica: “as transformações econômicas coordenadas pelo Estado a partir de 1960 imprimiram uma nova dinâmica onde o espaço urbano passa a concentrar a maior parte da população”. Esse contexto emerge diante de uma nova ordem mundial pós Segunda Grande Guerra, na qual os interesses e as condições necessárias encontraram-se em grande medida no poder de alcance e influência das multinacionais e no processo de concentração de capital de empresas nacionais, recíproco ao processo de descapitalização do agricultor e de pequenas empresas tradicionais. No Sul, este processo é melhor representado pelas indústrias alimentícias em especial de carnes, como frigoríficos e demais agroindústrias que se impulsionaram dialeticamente nas transformações da cidade e do campo.

Houve inúmeros fatores que influenciaram nas possíveis transformações na representação do abate animal nas comunidades rurais de Chapecó, nas décadas de 1960 e 1970, o que a história ambiental se mostra eficaz em construir uma análise e narrativa histórica no que Drumond (1991), chama de “ciclos abstratos”, no tocante a complexidade dos processos históricos, que não se desvinculam dos processos bioquímicos, ecológicos, culturais, econômicos, psicológicos, entre outros.

A análise na perspectiva dos ciclos abstratos desenvolveu-se em três capítulos, nos quais transitam dialeticamente os três níveis sinalizados por Worster: o primeiro desdobra-se na caracterização da formação histórica do município em sua relação íntima com a região Oeste e ações estatais, o que contextualiza a relação entre humanos e animais nas comunidades rurais do município de Chapecó. Nesse, é tecido um olhar panorâmico da história do povoamento, da agricultura e do meio ambiente de diferentes momentos da formação territorial e social, aspectos da fauna e flora local e formas de interação antrópica, com ênfase nos processos de introdução intencional para rentabilidade e rapidez produtiva ou “melhoramento” genético, de espécies exóticas invasoras, no sentido das que causam impactos ou ameaças ecossistêmicas aos seres vivos das mais diversas espécies, bem como nas realidades culturais, nas décadas de 1960 e 1970.

Para tanto, a bibliografia utilizada, integrou produções de diversas áreas e pesquisadores, com especial atenção aos pressupostos da história ambiental de Pádua,

Drummond e Worster, clássicos como Keith Thomas e Thompson num diálogo com produções regional de autores como Arlene Renk, Walter Piazza, Delmir Valentini, José Carlos Radin, Mirian Carbonera, entre outros que sinalizam para a compreensão dos diferentes modos de interação antrópica nos primórdios da região e município. Pois, como alerta Brandt, p.304, 2015, “A dualidade campo/floresta da vegetação do Planalto Sul do Brasil levou a diferentes formas de ocupação do espaço, resultando-se diferentes paisagens”. Já os autores como Janete Facco, Juliano Giassi Goularti, pontuam elementos políticos e econômicos preponderantes a questão. Quanto as questões referentes a formação de um novo perfil de homem rural o diálogo das fontes com o autor Claiton Marcio da Silva, mostrou-se fecundo. Samira Peruchi Moretto discute questões voltadas a transformações do meio ambiente pela sociedade, já nos textos de Marlon Brandt e Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, foi possível aprofundar questões ligadas a mudanças na criação e comercialização de porcos e suínos em Santa Catarina e Paraná através dos tempos.

Já o segundo capítulo, com o diálogo entre a pesquisa das fontes orais, através de um questionário estruturado com questões abertas (Anexo 1) e o referencial teórico, buscou-se identificar transformações e compreender as representações do abate nestas comunidades, com enfoque na análise, bem como da possível influência da trajetória da agroindústria, da urbanização e de novas divisões de trabalho e aplicação técnica científico na área rural e urbana. No bojo deste diálogo, emergem discussões da construção histórica do próprio conceito de abate e da carne, seu distanciamento simbólico, o problema moral e a representação deste. Nisto, é primordial a obra de Keith Thomas (1996), “**O Homem e o Mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**”; Juliana Vergueiro Gomes Dias com “**O rigor da morte: a construção simbólica do animal de açougue na produção industrial brasileira**” e também a “**Política sexual da carne**”, de Carol Adams. São analisados também matérias de Jornal de alcance regional, “*A Folha D’Oeste*”, das décadas de 1960 e 1970, periódicos, informativos entre outros presentes em cada capítulo. O uso de dados estatísticos, recursos tecnológicos de mapeamento e representação gráfica auxiliam numa leitura mais ampla e complexa neste capítulo.

Enquanto no terceiro e conclusivo capítulo, são contrastadas as representações do abate das comunidades rurais nas décadas de 1960 e 1970, com as representações atuais predominantes sobre os animais no cenário urbano e rural. Nesta empreitada, para entender as transformações da representação do abate vale aproximar-se das discussões de David Fraser em Bem-Estar animal: a ciência no seu contexto cultural, 2012, onde entre outras discussões,

discorre sobre o animal na mente humana. Outro diálogo necessário é novamente com Keith Thomas, pois discute em sua obra ideias que praticamente em todo o Ocidente se cristalizaram e difundiram, como a seguir: para Thomas (1996, p. 21), “o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades”. Contudo, os desejos e as necessidades humanas são construídos e reconstruídos na permanente interação antrópica em seu meio, que é produto e processo desta relação e de suas reelaborações mentais, construídas num contexto histórico-ambiental, no caldo de poder, econômicos, políticos, valores e suas representações, mas que não escapam de relações ecossistêmicas.

Então, foi importante entrelaçar de forma dinâmica diferentes variáveis e ciências para a caracterização, compreensão e análise das possíveis transformações históricas quanto a representação do abate no meio rural de Chapecó – SC, nas décadas de 1960 e 1970.

Com os elementos aqui abordados, indica que a representação do abate na relação humano e animal sob o viés da história ambiental, foi construída intrincadamente nas transformações dos mais diversos setores, como na matriz energética, a tecnologia, a revolução na produção agrícola, entre outros. O que muda, na representação adentra a *mindset*, que vai além do consumo, da modernização dos termos da relação animal humano e não humano, já que diante da complexidade de elementos que envolvem a construção das relações entre animal humano e não humano, em especial neste recorte temporal, bem como a imersão desta temática do abate e sua representação, sua circunscrição bibliográfica e as discussões por estas suscitadas, possibilitam a construção de um cenário mais complexo e dialógico entre processos locais e globais da época e seus antecedentes e desdobramentos posteriores. Com certeza, há inúmeros tantos elementos e variáveis a se considerar, em ângulos convergentes, mesmo que incipiente, as discussões aqui trazidas servem, entre outras, para despertar interesse pelo assunto e aprofundar o filtro de compreensão e análise deste, ampliando os conhecimentos acerca da história do povoamento, da agricultura e do meio ambiente na região da Fronteira Sul do Brasil.

1 CAPÍTULO I – DO ABATE NA FLORESTA AO ABATE INDUSTRIAL, INTERAÇÕES E REPRESENTAÇÕES.

Na verdade, o modo pelo qual uma sociedade humana percebe, interpreta e se adéqua à sua própria biocenose, reflete sempre o comportamento interno desta sociedade. (BARRAU, 1989, p. 230, apud LIMA, 2010, p. 125).

Para entender as transformações nas representações do abate nas comunidades rurais de Chapecó nas décadas de 1960 e 1970, evidencia-se não ser viável somente descrevê-las, mas colocá-las em sua biocenose, enquanto relações de sujeitos que habitavam e se interagiam em uma região, numa teia de conexões interecológicas e interculturais. Abater, enquanto ato de tirar a vida, sugere marcas da premissa hierarquizante de cadeia alimentar, ou de um darwinismo com leis naturais que regem a disputa, perpetuação ou extinção de características e espécies, mas aporte insuficiente para entender a representação do abate nas sociedades humanas, pois adentramos no que Woster (1991) chama de terceiro nível, onde circula o intangível, no entanto, passível de historicizar em sua relação socioambiental. Há de pontuarmos que no abate se situam questões de ordem simbólicas e materiais utilitárias, os quais incidem nas formas, instrumentos, finalidades e até mesmo propósitos, sinalizando o lugar que este ato ocupa em uma sociedade. Outro aspecto do abate, e que se aplica também ao processo de humanização e ressignificação do homem e da cultura, é não ser estático, já que sua concepção e representação possa ser tão transformada e transformadora quanto à própria história da sociedade.

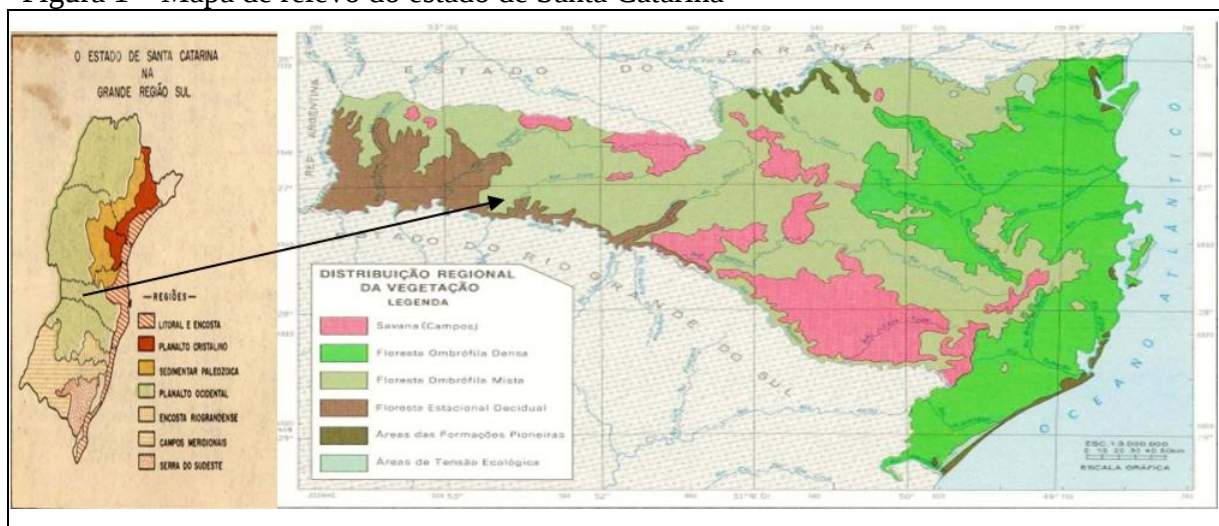
Neste sentido, ao entendermos transformações naturais e sociais em suas reciprocidades, superando o viés de oposição entre ambas, no espaço de território físico e cultural em que Chapecó se constituiu, encontramos elementos para analisar as representações do abate no meio rural. Os fenômenos culturais não se explicam por si só, já que se constroem e reconstroem-se nas variáveis ambientais, evitando tratá-los por um viés unilateral e determinista. Inicialmente, entender que o território em questão configurava em grande parte uma floresta, e para se aproximar do abate na floresta é preciso pensar a floresta e as interações com seus povos. Segundo Silva, Brandt e Carvalho (2010, p. 272), "os historiadores ambientais rejeitam a noção de que os feitos humanos são totalmente independentes das variáveis ambientais".

Nessa lógica, as transformações da prática e representação do abate acontecem na inserção e transformações da interação antrópica no território, incorporando apontamentos de Dean acerca de homem e natureza, o abate pode ser considerado fração do resultado do

encontro entre mundo natural e humano, haja visto que Chapecó situa-se em uma região com formação natural da flora favorecida pelo desenvolvimento recíproco da diversidade de sua fauna, num complexo geológico, hídrico e morfológico que extrapola os limites territoriais administrativos de outrora e atuais, mas se fundem amplamente na região Sul do Brasil se comunicando com a Bacia do Prata adentrando por regiões do Sul da América do Sul, alternando-se basicamente entre florestas e campos. Tais características se desenvolveram no Planalto Ocidental, que segundo estudos geológicos a porção oeste de Santa Catarina assenta-se na composição basáltica, onde por modelagem natural por agentes como o rio Uruguai, possui uma área rebaixada denominada Planície do Rio Uruguai.

As rochas vulcânicas que não foram erodidas e constituem hoje toda a porção oeste do território catarinense são predominantemente de composição basáltica, mas trabalhos recentes de reconhecimento a nível regional, bem como a própria cobertura radargramétrica – efetuada pelo Projeto RADAMBRASIL, tem possibilitado uma distinção crescente de tipos litológicos: a formação Serra Geral seria portanto constituída por rochas vulcânicas basálticas, de textura afanítica, amigdaloidal no topo dos derrames, de coloração cinza escura a negra e com intercalações e arenitos intertrapeanos, e por efusivas ácidas e intermediárias, representadas por dacito/riodacito, felsítico e riolitos felsíticos, pórfiros ou não. (SCHEIBE, 1986, p. 28).

Figura 1 – Mapa de relevo do estado de Santa Catarina



Fontes: Atlas de Geografia de Santa Catarina (1958, p. 16); Atlas de Santa Catarina (1986, p. 2).

Na região, especificamente no espaço onde se situa o território do Velho Chapecó, segundo registros arqueológicos, as primeiras intervenções do humano que se tem registro aproximadamente datam de mais de 12 mil anos. Neste ambiente contavam com uma oferta natural generosa de água, alimentos para coleta, pesca ou caça, bem como temperaturas mais altas do que pontos mais elevados da região, o que tornou a região em diferentes períodos

ponto de atrativo populacional de espécies de animais humanos e não humanos, já que sua diversidade, compõe-se de espécies endêmicas e não endêmicas fruto de diversas migrações, o que denota a capacidade deste ambiente regional de se tornar receptor de fluxos migratórios. O que converge com Dean ao elevar a natureza como sujeito da história.

Muito antes de 1917, quando o município de Chapecó foi criado oficialmente, diferentes povos ocuparam esse território, reproduzindo sua cultura e modos de vida em simbiose com o meio natural. A paisagem exuberante de florestas, rios, córregos, fontes d'água e animais selvagens, que os colonizadores do século XX encontraram, já era conhecida e manipulada por distintos grupos humanos milênios antes. (CARBONERA, ONGHERO e LINO, 2018, p. 19).

Neste contexto, as contribuições da arqueologia são fundamentais para entender o elo entre o tempo natural e social, pois elas possibilitam o acesso a evidências necessárias para a compreensão do cotidiano e do lugar do abate na floresta nos primórdios das interações humanas na região, uma fase inicial extensa do período convencionalmente denominado pré-colonial e por Jaci Poli como fase indígena, momento, no qual não existiam rural e urbano no mundo da floresta. Os vestígios da floresta são vestígios dos seus diferentes povos, os indígenas que se apresentaram em diversidade nômades, caçadores, coletores, ceramistas e/ou agricultores que se sucederam ou simultaneamente habitaram ou transitaram na floresta ombrófila mista¹³. Como exemplo os povos da cultura Umbu no período da extinta megafauna do Pampa gaúcho a qual sua ação, junto com outras variáveis ambientais, pode ter contribuído para a transformação desse bioma, especialmente na extinção de animais de grande porte, realidade que os fez aprimorar a caça de animais rasteiros, de pequeno porte e aves. Percorreram vastas regiões do Sul do Brasil, da região e países do Prata, atravessando Santa Catarina, Paraná e São Paulo, deixando vestígios que demonstram a habilidade com ferramentas, como as de caça e algumas que serviam para trabalhar o couro, madeira e fabricar adornos. Desenvolveram a indústria lítica e não a agricultura. De ocupação mais recente, os vestígios dos povos Guaranis, ceramistas, agricultores, devido a evidências acredita-se que migraram da Amazônia e assentaram-se geralmente próximos a rios, destacando o rio Uruguai e seus afluentes.

Afirmam Carbonera, Onghero e Lino (2018, p. 35), sobre os vestígios Guarani: “as manchas de terra escura correspondem as moradias, nas quais, muitas vezes, é possível encontrar vestígios de fauna utilizada para alimentação, como aves, répteis, peixes e moluscos

¹³ Floresta Ombrófila Mista: faz parte do bioma da Mata atlântica, abrangendo principalmente Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e caracteriza-se pela presença da *Araucaria angustifolia*.

fluviais, obtidos por meio da caça e da pesca”. Vestígios que indicam a presença do abate animal no fazer cotidiano destes povos. Além da araucária, a erva-mate própria deste bioma foi primordial no cotidiano Guarani, demonstrada nos hábitos alimentares e incorporada em sua mitologia. Já os povos do tronco macro jê, entre eles os da cultura que literalmente se desenvolveram aos pés das araucárias, seja nos pontos mais altos e frios, seja ao longo das margens dos rios, possibilita emergir a ideia de que o prolongamento da floresta com a araucária possa ser também resultado desta e de outras interações mais remotas, já que seu fruto, o pinhão, era a base do alimento destes povos e de muitos animais não humanos, que também eram abatidos na caça. Sobre os Itararé-Taquara, como *Kaingangs* e em especial os parentes *Xokleng* que se autodenominam *LaKlanõ*, “gente do sol” ou “gente ligeira”, os estudos arqueológicos e antropológicos apontam para uma cultura dotada de nomadismo estacional. Já os *Kaingangs*, povos que utilizavam e cultivavam algumas plantas domesticadas caracterizando-se assim como agricultores, tinham como seu território tribal, seu Ga, ou seja, lugar material onde desenvolveram sua cultura, ao longo do território das araucárias. Os *Xokleng* e *Kaingangs*, como a Floresta, foram vítimas tanto da colonização e da expansão territorial brasileira, quanto da expansão econômica principalmente nos séculos XIX e XX.

Cada um desses povos da floresta desenvolveu forma singular de interação com o meio com alguns padrões em comum. Paralelo a possíveis dimensões simbólicas assumidas nos diferentes povos indígenas, o abate representava em algumas épocas do ano a sobrevivência coletiva, seja para obtenção da alimentação ou para proteção, fomentando o desenvolvimento e evolução tecnológica de instrumentos de abate na sua forma primitiva de caça e pesca, configurando o abate animal parte da estruturação da própria organização da tribo, pois se firmou num elemento cultural importante na estruturação de divisão social do trabalho cotidiano com distribuições distintas e hierarquizadas de tarefas frente à vida na floresta.

Já em tempos mais próximos, onde a espada e a cruz construíram a concepção e a relação entre selvagem e doméstico no novo mundo, outras representações do abate ecoam na região oeste da floresta da fronteira Sul do Brasil com o processo de expansão territorial e colonização. Nesse contexto, pensar o abate remete ao encontro, ou melhor, ao confronto entre o mundo local ainda quase totalmente na fase pré doméstica e o já mundo doméstico do colonizador europeu, com referência nos conceitos de Bulliet (2005), de pré doméstico, doméstico e pós-doméstico. Embora, segundo Valentini (2015, p. 28), Cabeza de Vaca em 1541, descreve dos povos que encontrou no caminho entre o litoral catarinense e Assunção, a

prática da agricultura e a criação de patos e galinhas semelhantes a prática espanhola. Também, esse encontro marcou a inserção da mentalidade judaica cristã no que tange a concepção do homem, animal e de mundo, mentalidade já discutida por Thomas em relação a sociedade inglesa com o mundo natural, na qual emerge e consolida-se o ideário que todo animal está para servir algum propósito humano.

No oeste catarinense, à medida que a colonização avançava, foi se introduzindo gradativamente a ideia do predomínio humano enquanto dinamizador da interação antrópica. Na região Sul, em que a região Oeste de Santa Catarina está inserida, no tocante aos povos nativos aplicou-se pelo colonizador o estigma de selvagem, o que “justificava” seu desprezo e extermínio, de certa forma constituiu um abate seja biológico ou cultural, ou como discute Barrau (1989) sobre o escravo negro, aqui também os indígenas são equiparados ao animal de tração para escravização. Os paradigmas de classificação e desclassificação do que seria ou não humano, ancorados na moral cristã europeia, tão presentes nas discussões de Thomas sobre a sociedade inglesa em relações ao mundo natural, atravessa o Atlântico, conjuntamente com diversas espécies vegetais e animais exóticos.

Soma-se a esses, o fator da evangelização empregada no Sul do país através das missões jesuíticas circundantes ao espaço hoje Chapecó, que além de estratégia para posse territorial representou para as metrópoles espanhola e portuguesa, a expansão econômica com a introdução da cultura pecuária com bovinos e a intensificação da agricultura, em sua especificidade de domesticação e introdução de animais e plantas, bem como novas formas e propósito ao abate animal. Foram com esse encontro dos nativos com colonizadores que se desenvolveram mais sistematicamente práticas de criação de animais e novas práticas do abate na região, pois mescla as já consolidadas na Europa, as desenvolvidas nas regiões já colonizadas e as nativas.

A prática acentuada de produzir e conviver com animais domésticos, além de transformar a forma e a representação do abate na floresta frente à nova interação, induziu a prática do abate para além da sobrevivência e subsistência, assumindo também caráter comercial e de interesses das metrópoles, direta ou indiretamente. O ato de selecionar e criar para o abate, além da introdução de novas espécies, ao criar certa independência da oferta apenas da natureza e da sazonalidade, é produto e processo de uma interação antrópica revolucionária, nem sempre positiva, mas capaz de possibilitar ao homem construir diferentes sensibilidades em relação a si e ao mundo. Segundo ecologistas, a domesticação de plantas e animais provoca uma seleção artificial, drástico fator de redução da biodiversidade, com

transformação violenta dos biomas e transformação também cultural, haja vista que, com as plantas e animais domesticados a população humana tornou-se predominante e possibilitou estar no estágio tecnológico atual.

Como há milhares de anos atrás, na revolução neolítica, também aqui na região do Velho Chapecó este processo de domesticação representado pela pecuária e generalização da agricultura trouxe profundas transformações, embora a colonização europeia do antigo território de Chapecó ocorresse mais tarde do que grande parte do Sul do país e da Bacia do Prata. Esses processos se alavancam inicialmente com as disputas territoriais entre Espanha e Portugal, mais tarde entre Brasil e Argentina e posteriormente entre Santa Catarina e Paraná¹⁴. O fator de domínio e exploração da natureza da região foi determinante para eclosão destas disputas.

No engendro da expansão econômica mais intensificada pela expansão da fronteira pastoril e pelos projetos estatais de posse e “desenvolvimento”, sendo estes contextos conexos com processos das missões jesuíticas, preia¹⁵ do gado xucro por espanhóis e os bandeirantes, em um momento onde o abate deste gado era para retirada do couro para exportar para Europa e do sebo ou levar o gado para São Paulo, bem como as composições e ampliação das fazendas dos Campos de Palmas e Guarapuava, do tropeirismo e do Contestado.

A intersecção da história indígena com a dos colonizadores brancos começa no ano de 1720, quando chegou até o Rio Inhanguera, atual Rio Chapecó, o bandeirante Zacarias Dias Cortes e, mais tarde, em 1736, quando a região teria sido percorrida pelo major José de Andrade Pereira. Posteriormente, a necessidade de pôr em execução o Tratado de Madri, celebrado para solucionar questões de fronteira entre Portugal e Espanha, levou à região uma comissão mista daqueles dois países, a qual, entre 1775 e 1777, passou a vasculhar a região, localizando, como divisas entre as terras de litígio, os Rios Peperi- Guaçu, o Rio Chapecó e o Rio Jangada. Este e o Rio Chapecó passaram a ser considerados os pontos de partida para o estabelecimento das divisas. A disputa entre o Brasil e a Argentina pela posse do Território foi resolvida a favor do Brasil, mediante o juízo arbitral dos Estados Unidos, em 1884. (ROSSETO, 1989, p. 258).

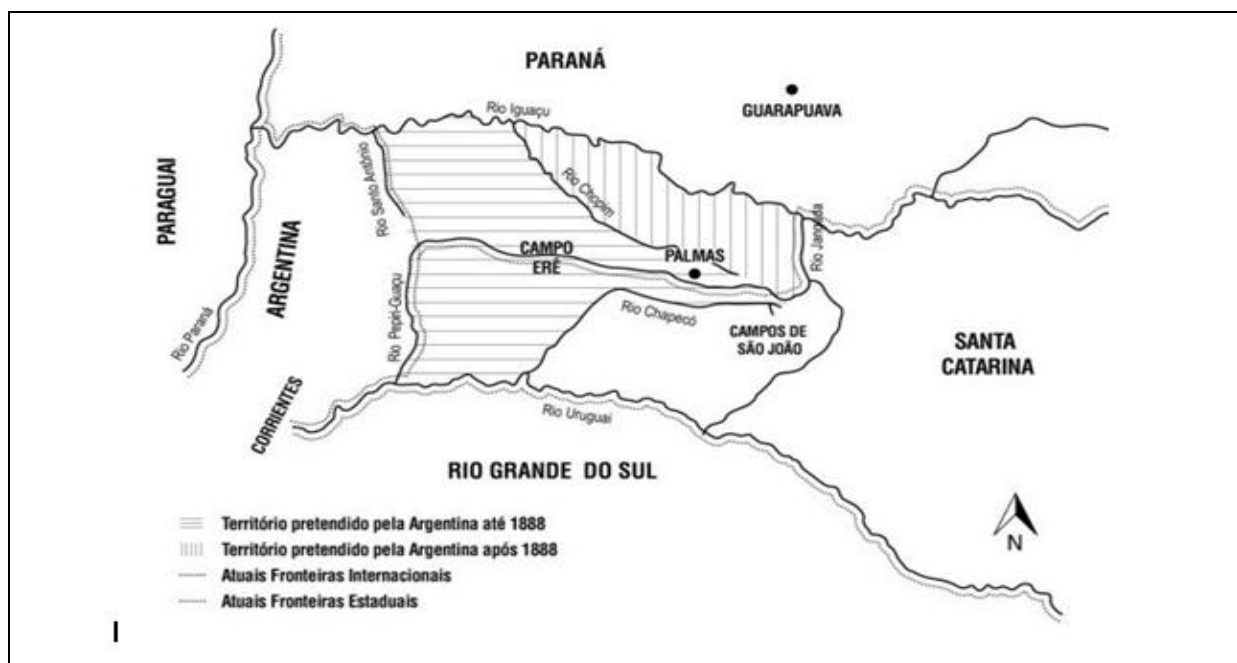
Vale lembrar que em 1822, quando o Brasil se organizava em províncias imperiais a região que originou o extremo oeste e Oeste, onde hoje se situa Chapecó, pertencia à herança de demarcações imprecisas e disputas entre Espanha e Portugal, que vai se findar entre os

¹⁴ Tratado de Madri (13/01/1750); Questão de Missiones ou Palmas (1890/1895); e Questão do Contestado (1916)

¹⁵ Preia: caça ao gado xucro das vacarias, oriundos das missões. Com a preia por diferentes grupos era extraído o couro para exportar para Europa, constituiu o fundamento econômico básico para apropriação das terras gaúchas.

novos dois países na questão de Palmas¹⁶. Esta região continha os maiores ervais de grande importância econômica, muitos anos depois da criação da província de Santa Catarina e de Curitiba, que mais tarde deram origem ao Estado do Paraná, os quais também disputaram território na conhecida Questão do Contestado. Nestes dois últimos episódios de disputas territoriais, o protagonismo dos povos que adensavam demograficamente a região não pode ser negligenciado, bem como sua exclusão.

Figura 2 – Mapa da questão de Palmas



Fonte: RIBEIRO, Thiago. Questão de Palmas. (Readaptado de BARROS, 1980, p. 59). Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Mapa-da-Questao-de-Palmas-Fonte-Readaptado-de-BARROS-1980-p-59_fig5_329454328>. Acesso em: 13 de agosto de 2018.

O caldo populacional na região se adensa continuamente, e o contingente de sujeitos com culturas diversas aos nativos começa adentrar a região, ora para localizar riquezas, escravizar indígenas, capturar gado dos jesuítas nas missões dos campos do Sul, ora para transportar tropas do sul a Sorocaba, ora para viver em liberdade como posseiros, numa terra abundante de riquezas naturais, e justamente os campos naturais da região que vão atrair no século XIX a expansão pecuária e com ela, novos modos de vida e distintas finalidades para a prática do abate.

¹⁶ Questão de Palmas: disputa entre Argentina e Brasil pelo território de Palmas entre 1890 e 5 de fevereiro de 1895, em que o presidente estadunidense Grover Cleveland arbitrou ganho ao Brasil. Região rica em gado, erva mate e madeira.

Assim, mais uma vez a fronteira pastoril se expande, e por volta do fim da década de 1830, um significativo número de fazendeiros, já se havia instalado na referida área, onde futuramente surgiria a cidade de Palmas. É preciso ressaltar que a área abrangida pelos campos de Palmas incluía boa parte do território que atualmente compõe o Oeste de Santa Catarina. (THOME, 2012, p. 23).

Para pensar o abate e sua representação no século XIX, na região onde nasceu o Velho Chapecó, é preciso conhecer o modo de vida das populações que habitaram esta região. Entender seus modos de vidas e entender a origem destas populações, mas acima de tudo, entender a lógica natural que os atraiu e os abrigou.

A maioria da região do Contestado vivia uma vida simples, distante dos povoados e sem qualquer assistência. Eram os descendentes de indígenas das florestas de araucárias, miscigenados com os primeiros espanhóis e portugueses a palmilharem estas terras. (VALENTINI, 2015, p. 36).

Sobre a população que adensava no século XIX além dos indígenas esta região, encontravam-se os denominados “caboclos” que foram considerados pelo estado e colonização, posseiros, atrasados e na década de 1980 reconhecidos como legítimo homem catarinense. Entre os historiadores se considera que os caboclos são fruto da miscigenação, não apenas genética e sim cultural, entre indígenas e espanhóis, portugueses, bandeirantes paulistas, negros, desertores e refugiados, rio-grandenses, todos que construíram um modo de vida no contexto que aqui encontraram de afastamento de cidades e vilas e nas características naturais da floresta ombrófila mista e estacional decidual, predominantemente com araucárias das quais utilizavam o pinhão para própria alimentação e de animais como porcos e ervais de onde eram colhidas as folhas para o chimarrão e também para serem vendidas aos comerciantes da região e Argentina.

A economia da erva-mate era uma atividade de coleta, nômade e extensiva, feita pela população cabocla, no interior das matas. Os caboclos, que levavam vida rudimentar, viviam em pequenos ranchos, produziam alimentos, criavam animais, porco, galinha, gado e mudavam constantemente de residência. Por isso, a extração de erva-mate nativa pode ser considerada uma atividade nômade e sazonal. (RADIN e CORAZZA, 2018, p. 61).

O contexto natural forneceu as condições necessárias para desenvolver um modo de vida peculiar, com uma interação praticamente simbiótica com o meio, mas não isentou a cultura cabocla da intervenção, modificações na paisagem. Contudo, indígenas e caboclos, povos da floresta, desenvolveram a capacidade de viver na floresta com menos impacto de destruição do que as culturas que os sucederam. O caboclo se constitui não pela origem, mas

sim pelo modo de vida. Considerando que coexistem popularmente e academicamente uma variação e regionalização de acepções e usos de conceitos de caboclo, verifica-se que muitas vezes o termo é utilizado enquanto categoria de classificação e desclassificação social. Ao longo de diversos repertórios discursivos, seja político, literário ou identitário, entre outros, diferentes critérios e objetivos configuram sua construção simbólica e representação. O critério do fenótipo, que remonta ao período de construção do Estado Nação Brasil no século XIX, ainda repercute, mas não traduz parâmetro para o conceito de caboclo do interior catarinense abordado nesta pesquisa. No Oeste e outras regiões interioranas catarinense, o termo e representação de caboclo manifesta-se em oposição a chegada e representação do colono. Assim, se contrastou o modo de vida peculiar desenvolvido a partir de interações socioambientais baseada em costumes e economia em comum desconexa a lógica do capital, diferentemente das interações trazidas pelo colono.

Neste modo de vida, reside um elemento que também foi abordado na sociedade inglesa por Thompson em “*Costumes em Comum*” (1998), sobre as relações baseadas em costumes, uma moralidade regada pela tradição e não pela oficialidade jurídica moderna. Na cultura cabocla os costumes eram estabelecidos sem a normativa jurídica do Estado ou igreja, já que ambas as instituições eram negligentes com a região, tanto de presença, quanto de assistência.

Outro ponto convergente abordado pelos historiadores sobre o modo de vida caboclo era a lógica da subsistência. Segundo Renk (1997, apud Valentini, 2015, p. 30), as terras eram divididas entre “terras de plantar e terras de criar”, na lógica da subsistência. Descreve Valentini que, eram “pequenas lavouras de milho, abóbora e moranga”. Este cultivo somava-se as frutas, raízes, brotos e folhas que a floresta fornecia para alimentação deste povo e de seus animais.

Nas terras de criar, geralmente com poucas rês, algumas fugidas das fazendas, outras único bem material e outros tantos crias dos gados xucros que se espalharam no sul do país. Delas eram usufruído o leite e a coalhada na guampa, também eventualmente carneadas¹⁷, divididas e até consumidas coletivamente, em especial ao culto e comemorações de religiosidades que convencionou-se chamar de catolicismo popular. Segundo Brandt, Silva e Morretto (2018, p. 187), “o gado bovino e suíno de diferentes proprietários compartilhando o

¹⁷ Carneadas: conceito de carneadas a partir da aproximação com pesquisa de Graciela Froehlich, “**Carne(ar), no passado e no presente:** hábitos e práticas alimentares entre descendentes de imigrantes alemães”. Brasília: UNB, 2011. Assim, consideramos uma forma de abate que envolve rituais culturais festivos e de trabalho na família ou comunidade.

mesmo espaço [...]. Animais cuja criação era voltada tanto ao consumo quanto ao comércio local em vilas e cidades próximas”. A criação de porcos se sobressaía, eram criados soltos e mais abundantes, pela facilidade da obtenção de trato que era à base de pinhão, facilidade de procriação e convivência com as queixadas, caititu, pacas, veados e outros que a natureza ofertava. O abate de porcos era mais frequente e também sua carne era compartilhada, deles era obtida a banha, amplamente usada na cultura cabocla, inclusive como medicinal. Suas vísceras e sangue eram usados na preparação de iguarias, além de utilizarem uma técnica de conservação desta carne, que consistia em após a rapa do pelo, o esquartejamento e tempero, os pedaços entravam num processo de cozimento e de conservação na própria gordura, onde eram guardados por meses, mantendo-se boas para o consumo. Esta técnica pode ter sido inserida na região com o tropeirismo, já que foi amplamente utilizada no interior de Minas Gerais e São Paulo. As aves, que também eram criadas soltas, como as galinhas de capoeira, eram “limpas”, ou seja, abatidas pelas mulheres alternadas a aves caçadas pelos homens na floresta, como tucano, jacu e outros, tendo em vista que o tempo médio de crescimento de uma galinha de capoeira é 180 dias com uma perspectiva de até 8 anos de vida.

O modo de vida caboclo na região, parafraseando Radin (2009), foi desqualificado pelo discurso colonizador e elitista. Esse modo de vida sofre grandes golpes estruturais mesmo antes das companhias colonizadoras atuarem nele. Um deles, a Lei de Terras de 1850, normatizado em 1854, que passa para o poder do Estado todas as terras devolutas a garantia da posse através do registro, além da Questão do Contestado, o avanço das ferrovias, bem como o objetivo imperial de branquear a população e mais a implantação das Colônias Militares, pois como afirma Venson, a Colônia Militar de Chapecó marca o início de um processo de Colonização. No entanto, se tratando da intensidade das transformações sócio ambientais, confirma-se no enunciado de Moretto (2017, p. 110) na asserção “a intensificação nas transformações ambientais causadas por interferências antrópicas ocorreu a partir do século XX, ligada ao processo de colonização do local”.

Não seria exagerado balizar os conflitos do encontro do modo de vida caboclo com o do colonizador no prisma da economia moral, conceito utilizado por Thompson, ou na moralidade popular de Gramsci. Pois, se um lado estava a oficialidade do Estado criminalizando atos de resistência popular ao seu poder positivista, do outro lado os atos se legitimavam pela defesa de direitos tradicionais da posse e de costumes dos caboclos. Neste sentido, pensar o abate e sua representação no final do século XIX e início do século XX na região, carece analisar as mudanças de ações, hábitos e concepções antrópicas advindas da

criação do oeste catarinense e sua colonização, em especial a Questão do Contestado e a Guerra do Contestado. Processos que sinalizam as transformações que o Estado e o capital internacional propunham para esse espaço.

A floresta do oeste catarinense, que entre inúmeras espécies de madeira nobre e suas imponentes araucárias, imensos ervais e riquíssima fauna, abrigou e alicerçou o modo de vida caboclo numa relação de compadrio, onde o caboclo retribuía as benesses da vida na Floresta, ou como tradicionalmente e as vezes pejorativamente denominam vida no mato, reconhecendo e respeitando seus sons, seus cheiros, gostos e ciclos, garantia sua subsistência e de outros povos, atraiu a atenção e os interesses do Estado e da expansão capitalista mundial.

O desenvolvimento dos movimentos internacionais de capitais e de mercadoria no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, ficou marcado pela construção da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, componente da grande e complexa Brasil Railway Company [...]. A chegada do capital internacional na região do contestado, nos primeiros anos do século XX, desencadeou um processo de transformação econômica, política, social e cultural que provocou agudas mudanças no âmago da cultura do povo que vivia no Sertão do Contestado. (VALENTINI, 2015, p. 195-196).

A implementação desses interesses foi consolidada por meio do projeto de colonização desenvolvido especialmente ao fim da Questão e Guerra do Contestado¹⁸. Em 1916, com a derrocada cabocla, a definição territorial e seus desdobramentos. Entre os desdobramentos destacam-se a criação dos municípios de Chapecó, Cruzeiro, Mafra e Porto União em 1917.

A colonização deu-se por meio das empresas colonizadoras através da concessão estatal, por vezes para pagamento de obras como ferrovias e estradas. No município de Chapecó, que abrangia toda a região oeste de Santa Catarina, foi em 1920 com a chegada de uma das empresas colonizadoras mais atuantes, a Bertaso, Maia e Cia dedicada a comercialização de lotes rurais e urbanos, se expandiu exponencialmente a atividade econômica que seria a principal dinamizadora do município até meados da década de 1960, a extração e comercialização da madeira. Houve a transformação acentuada da paisagem e do

¹⁸ A Questão do Contestado: disputa territorial entre Santa Catarina e Paraná entre 1895 a 1916. Guerra do Contestado: de 1912 a 1916, o conflito de caráter messiânico popular entre posseiros majoritariamente caboclos e Empresas colonizadoras e ferroviária do grupo Farquhar aliada aos propósitos do governo brasileiro.

mandonismo político local. A sede definitiva do município foi consolidada em 1931 em espaço intermediário chamado Passo dos Índios, entre Passo Bormann e Xanxerê¹⁹.

De acordo com historiadores a partir da documentação oficial da colonização, no Oeste Catarinense, o qual compunha território inicial de Chapecó, foram criados vários núcleos coloniais com base na etnia e credo religioso, em sua maioria migrante descendentes de europeus camponeses do Rio Grande do Sul. Com eles, seus hábitos e costumes foram reproduzidos, idealizados e evocados nesta terra, tornando-se ao mesmo tempo elemento de identidade, fortalecimento e também de distinção dos demais que habitavam a região no momento da colonização. Nestes núcleos, o cotidiano foi regado bem mais pelos costumes familiares e pela moralidade da religião institucionalizada de cada, do que da própria normatização moneista jurídica. Um novo ciclo de costumes em comum, parafraseando Thompson.

A interação com o meio foi fundamentada pela cultura do trabalho árduo e pela cultura religiosa, numa missão civilizatória e progressista. Civilizar, trazer o progresso e o desenvolvimento, numa prerrogativa de legalidade e etnocêntrica, justificou a expropriação e inferiorização de indígenas e caboclos, a destruição da floresta e uma verdadeira cruzada de derrubada do mato.

Na primeira metade do século XX se delineiam as bases estruturais do que veio a ser o rural e o urbano de Chapecó. O colonizador de origem europeia, diferentemente do caboclo e do indígena, via na floresta um oponente a produção, sua derrubada liberava terras para plantio, além do uso da madeira para construção das casas, currais, chiqueiros, cercas, mangueiras²⁰, galpões e instalações para a comunidade que estava se estruturando. Também a venda da madeira para as serrarias representava acesso ao dinheiro tão escasso para os colonos que se dedicavam a agricultura de subsistência.

Além destas atividades, que geralmente atendiam as necessidades básicas da própria família, havia momentos em que os trabalhadores rurais também realizavam a extração da madeira, principalmente entre as décadas de 1920 a 1960, quando muitas serrarias foram instaladas nas áreas rurais de Chapecó e de todo o oeste catarinense. (CARBONERA et al, 2018, p. 118).

O modo de vida trazido pela colonização transforma as condições ambientais que sustentavam a ação antrópica anterior a sua chegada. A progressiva impossibilidade da cultura

¹⁹ No final do século XIX e início do século XX as vilas de Passo Bormann e Xanxerê disputavam o poder político, sendo que de 1917 a 1930 a sede do município alternou-se cinco vezes entre estes dois locais.

²⁰ Mangueira s.f.: curral usado para trabalhos com o gado.

de animais soltos e redução de caça devido à derrubada da mata e proporcional restrição da fauna, bem como a implantação da propriedade privada e a expansão agrícola, limitam a continuidade do modo de vida caboclo. Brandt, Moretto e Silva (2018, p. 191), em relação ao contraste entre o modo de vida caboclo e do colonizador, destacam que “a própria forma do uso da terra, com suas capoeiras e animais soltos, era incompatível com a agricultura praticada pelos colonos”. Os caboclos que não migraram, passam a trabalhar para os colonos e também desempenhar outras funções na nova realidade, como de práticos nas balsas que escoavam a madeira para a Argentina. Gradativamente a lógica organizacional da propriedade rural trazida pelo colonizador e a atividade madeireira marcam esse espaço numa transformação radical da paisagem, no entanto alguns elementos do cotidiano caboclo e indígena são incorporados no processo inicial da colonização, como a coivara para o plantio e a caça para obtenção de carne. Criar os animais como vacas, muas, galinhas e porcos fechados em cercados ou em estrebarias, estábulos, chiqueiros e galinheiros, além de usar boa parte da produção agrícola para a alimentação destes, paralelo a atividades de plantio da lavoura e derrubada do mato, dinamizaram o cotidiano rural. O uso do bovino, diferente do ocorrido nos campos de Lages, no Oeste pela atividade de derrubada do mato e lavoura fortemente presente na colonização, tem na força de tração seu principal objetivo.

Embora o mercado interno e o comércio interprovincial, destacando-se a cabotagem, desde o século XIX era bastante promissor e anterior a instalação das ferrovias que ligariam o sul aos centros de consumo, neste comércio a carne e principalmente a banha se destacavam entre os produtos adquiridos pelos centros urbanos do período, porém o abate que dava origem aos produtos até a década de 1910 onde se inicia a indústria frigorífica no Brasil, era majoritariamente das charqueadas e dos abatedouros municipais, embora bem distantes da região oeste, e por conseguinte do município de Chapecó, em 1936 no distrito de Xaxim foi criado o frigorífico Diadema que abastecia o mercado paulista com banha e salame, fruto da concentração econômica de atividades ligadas a colonizadoras e ao comércio, bem como pela quantidade abundante de porcos na região, já que o ambiente era propício para criá-los e procriá-los. Considerando análise de Goularti Filho (2002), que evidencia a integração comercial e produtiva inter-regional a partir da década de 1960, vale lembrar que em meados de 1950, Chapecó era predominantemente rural com generalizações da pequena propriedade baseada na economia de subsistência, onde a carne consumida era criada e abatida pelo próprio agricultor, ajudada pela facilidade de criar porcos em meio a tudo que a natureza ofertava.

O abate de animais de pequeno porte como galinhas e patos era atividade geralmente feminina, que aprendiam a criar, depenar e limpar a ave desde a infância, como parte da preparação do aprendizado das atividades domésticas, essencial a mentalidade social da época. Esta atividade acontecia com mais frequência, pois seu produto poderia ser todo consumido no mesmo dia do abate, não trazendo problema para sua conservação em uma época em que a energia elétrica era quase exclusividade urbana, sendo sua geração feita por pequenas iniciativas privadas. Já o abate na caça era majoritariamente masculino, configurando também momento de lazer, onde homens de diferentes famílias poderiam reunir-se para a caçada. Ora, se na mentalidade social local, todos os elementos da natureza, inclusive os animais estavam teologicamente justificados ao uso e prazer humano, como exposto sobre os caçadores também na Inglaterra por Thomas (1996, p. 35), “os rituais dos caçadores da época denunciavam prazer sem inibições na captura e matança de animais selvagens”. O abate pela caça ia muito além da necessidade de alimento, um misto de necessidade e prazer, para abater animais que ameaçavam a vida dos humanos e suas criações de animais utilitários ou domésticos, ou como momento singular de distração ao cotidiano de trabalho, o que colaborava para relação de status classificatório para com os animais, configurando os que deveriam ser protegidos, os que deveriam ser abatidos, os de locomoção e o cachorro que ajudava na proteção e na caça por exemplo. A relação entre homens e animais percorre uma relação simbólica embasada em costumes e expectativas, como o Oeste Catarinense foi majoritariamente colonizada por rio-grandenses, muito desta relação simbólica que envolve questões também de status e autoafirmação foi herdada dos costumes ditos gaúchos, um deles é a relação com os equinos, cuja importância supera questões de locomoção e lida com o gado. Na entrevista em 09 de fevereiro de 2016, ao jornalista João Mello do jornal digital GGN, o historiador e jornalista Tau Golin, que teve sua tese no livro sobre a formação do Rio Grande do Sul, “*A Fronteira 1763-1778*”, declara: “na história riograndense, quem apostou no cavalo perdeu a guerra”. No decorrer da entrevista, alerta para narrativas que entram no que denominou “devaneio oligárquico da cavalaria”, também reforça ao final sobre as derrotas das tropas gaúchas em guerras e o lugar do cavalo na mentalidade social: “mesmo quando andavam a pé, o seu universo mental era o do cavalo”, assim contrasta o apego ao animal em sua relação as estruturas tradicionais do Rio Grande do Sul. Segundo a cultura popular, para o homem gaúcho do século XIX e início do XX, andar pelos pampas a pé era desonroso, ainda na cultura popular rememoram que muitos homens lutavam nas batalhas para receber como soldo um cavalo, como um encilhamento requintado poderia custar caro, também foi questão de status ter um cavalo bem encilhado que poderiam ter

estribos adornados com ouro ou prata. A esta realidade do Rio Grande do Sul foi atribuída o ditado popular “cavalo encilhado não passa duas vezes”, para se referir a oportunidades perdidas. Em 1870, José de Alencar lança o livro “*O Gaúcho*”, com emblemáticas partes do texto denotando relações de fidelidade, afeto entre homem e animal cavalo e a habilidade e coragem do domador de animais, destacando uma suposta vingança do cavalo que mata o causador indireto da morte de seu antigo dono, a relação de afeto entre o filho do antigo dono do cavalo com uma égua arisca, a qual ele, graças aos ensinamentos do pai, teve posse por conseguir domá-la, em contrapartida honrosamente encontra para a cria que haviam separado da égua. Mas, esta relação com o cavalo, não se restringia ao Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, pois como seria o vaqueiro da caatinga sem o cavalo ou o poder do imperador no quadro “Independência ou Morte”, de Pedro Américo?

No abate doméstico de animais maiores que aves, quando era abate de suíno ou bovino, que pela estrutura de conservação da época, tempo de crescimento do animal e maior densidade populacional da espécie, prevalecia com maior frequência o abate suíno, era o momento da carneação que envolvia toda a família e por vezes envolvia famílias da vizinhança. Geralmente, enquanto os homens matavam, raspavam ou tiravam o couro do animal depois cortavam em partes, as mulheres preparavam morcelas, torresmo do couro e gordura dos porcos, banha, salame etc. Parte da carne que não era usada para as iguarias era consumida em forma de churrasco no mesmo dia, parte era dividida entre vizinhos e parte era salgada e charqueada para conservação, além da carne de porco na banha. O couro do bovino era aproveitado e das patas era retirado o mocotó, que era usado também como remédio. As guampas bovinas poderiam virar utensílio para guardar o leite até virar coalhada, que era consumida com açúcar mascavo ou utilizada na produção de pães.

Carnear um porco ou um boi integrava o modo de viver rural e envolvia o trabalho de toda a família e agregados. Homens abatiam e retalhavam, as mulheres condimentavam e preparavam os embutidos, e até as crianças ajudavam em tarefas menos pesadas (como encher linguiças). Enfim, não havia no país um mercado interno de consumo de carne semelhante ao norte-americano (BOSI, 2014, p. 286).

O abate nas propriedades familiares rurais de Chapecó era parte da dinâmica de subsistência da propriedade, numa rotina que envolvia desde o nascimento, a criação e o abate do animal, o que correspondia um ciclo quase natural em relação ao tempo. Até a metade do século XX, na região de Chapecó predominava a lógica da pequena propriedade familiar de subsistência e a progressiva substituição da mata nativa pela lavoura, envolvendo a seleção e criação de animais domesticados. Na lógica do colono também estavam atuantes a lógica das

instituições estruturantes bem mais a igreja do que o Estado, e muito mais os costumes construídos na trajetória histórica destes sujeitos, voltando-se a Thompson, costumes cravejados por suas necessidades e expectativas. No entanto, ao generalizar a leitura desta lógica do colono, vale a atenção em Thompson (1998, p. 17), “com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto”.

Se para o caboclo a natureza tinha status sagrado, representava a sobrevivência, pois não desenvolvia amplamente a experiência econômica da policultura comercial, ao passo que para o europeu, tinha status de mercadoria, pois “depositava no seu trabalho e na sua fé o desejo de uma vida melhor [...], manter-se, fazer fortuna e prosperar”. (CHITOLINA, 2013, p. 213).

A ocupação pela colonização no Oeste Catarinense, resumidamente concordando com Pertile, (2008, p. 58-72), se desenvolveu até meados da década de 1950 pela frente expansionista agrícola, pela comercialização de terras e principalmente pelas atividades extrativistas de exploração da flora, produzindo acúmulo de capital necessário para urgente²¹ diversificação econômica frente à realidade ambiental e social local da época, alinhando-se ao processo de urbanização e modernização econômica brasileira, que por sua vez reorganizava-se nas premissas da grande aceleração²² no pós-guerra. Neste sentido o capital mercantil do Oeste Catarinense transita inicialmente na década de 1950 para o capital agroindustrial, se intensificado nas décadas de 1960 e 1970, momento no Oeste Catarinense de ações estatais mais incisivas, seja no âmbito de fomento técnico científico, seja nos canais de financiamento e infraestrutura. Esse fenômeno emerge no processo de integração regional catarinense, de integração Nacional e Plano de Metas de Juscelino Kubistchek, em plena Revolução Verde e posteriormente nos direcionamentos da Ditadura Militar. Vale lembrar, que em 1946, Chapecó passa novamente a compor Santa Catarina, já que pelo decreto-lei Nº 5.812 de 13 de setembro de 1943 pertenceu ao Território Federal do Iguaçu, numa política getulista conhecida como a “marcha para o oeste”. No contexto local, destacam-se a reorganização política-administrativa e produtiva, frente à redução espacial do município de Chapecó pelo processo de emancipação de núcleos urbanos. Essas emancipações foram ordenadas por lideranças políticas ligadas aos setores comerciais e industriais nas décadas de 1950 e 1960.

²¹ Urgente: Frente a fama de violência do Oeste e ao declínio da floresta que alimentava a indústria madeireira.

²² Grande aceleração: fase mais intensa do Antropoceno de acordo com MCNEILL, John e ENGELKE, Paul. **The Great Acceleration.** An environmental history of the Anthropocene since 1945. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 2016.

Segundo Rossetto (1989, p. 13) “a área de 14.071 km², de que dispunha Chapecó foi reduzida a menos de 1.000 km²”. De acordo com o Atlas Geográfico de Santa Catarina, 1958, p. 16, “o fato mais importante no cartograma de 1954 é o desmembramento ocorrido no município de Chapecó do qual foram destacados oito municípios”. Na página 15, do mesmo atlas consta que em 1958 era dezessete o número de municípios do Oeste desmembrados de Chapecó. Em 1978, segundo dados na página 157 do Estudo de viabilidade de implantação do distrito industrial de Chapecó de 1978, eram 33 municípios desmembrados de Chapecó, correspondendo apenas a 7,40% da antiga área. Já nas páginas 68 e 69 através dos dados do IBGE 1950 a 1970 e Anuário estatístico do Brasil de 1977, possibilita identificar por comparação de dados os efeitos do desmembramento e do processo de urbanização de Chapecó, pois enquanto em 1950 a população total do município era de 97.049 e em 1960 de 52.089, com a subtração dos municípios desmembrados em 1960 a população era de 29.621, sendo 20.184 rural e 9.497 urbana, já em 1970 a população era de 49.865 com 29.590 rural e 20.275 urbana. No censo IBGE em 1980 a população urbana atingia 55.269 e a rural, 28.499.

Figura 3 – Mapas políticos do Estado de Santa Catarina nos anos de 1920 e 1943



Fonte: Disponíveis em: < <http://www.spg.sc.gov.br/mapas/sc/sc000.html>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

Coerente com as novas diretrizes econômicas em seu ideário desenvolvimentista e modernista houve gradativamente um redimensionando do fluxo das migrações nesse território, pois até meados da década de 1950 a migração era majoritariamente em direção ao meio rural, mas nas décadas seguintes com o advento da agroindústria o meio urbano de Chapecó foi canalizando esta demanda.

Na verdade, ao passo que Chapecó, como maior centro urbano da região Oeste, é uma alternativa válida para contingentes migrantes, os demais municípios já estando mais densamente povoados, perdem gradativamente poder de atração sobre os contingentes rurais que antes procuravam. (FUNDESTE, 1978, p. 162).

Neste contexto, compreender o abate e sua representação no meio rural de Chapecó, passa por analisar as relações estabelecidas com o abate industrial, com o aparato e estratégias estatais que possibilitaram o avanço da agroindústria, da urbanização e a industrialização agrícola, entrelaçados com uma nova divisão internacional do trabalho que redimensionou os espaços produtivos e de poder. Novamente, elementos da análise de Thompson sobre a sociedade inglesa, ajudam basilar a compreensão deste momento, pois a pretensa nova interação antrópica advinda das transformações pertinentes ao deslocamento do abate doméstico para o abate industrial que dinamizou toda uma cadeia produtiva, produz e escancara uma certa impossibilidade que partes dos costumes do colono fossem coetâneos ao desenvolvimentismo, já que alguns costumes em especial ao uso do solo e produção e abate de animais, tornaram-se tradicionais, antigos e inconvenientes aos perfis da modernidade industrial. No entanto, os valores convenientes foram evocados e emparelhados as possibilidades que se apresentavam nacionalmente na época para impulsionar a reorganização econômica local.

No cenário político local, esta transição um tanto conservadora, desde capital quanto de valores, traduziu-se na condução e sucessão na Secretaria de Desenvolvimento do Oeste, implantada no Oeste em 1963, que iniciou com o empresário, colonizador e madeireiro Serafin Bertaso e foi sucedido pelo industrialista agroindustrial Plínio Arlindo De Nes. Na matéria de capa do jornal Folha d'Oeste, de 30 de agosto de 1969, trata da transição entre Bertaso e De Nes, deixando clara a continuidade dos rumos do Oeste e adjetivando De Nes como “capitão da indústria” e velho batalhador, ou seja, a modernidade imbuída do tradicional valor do trabalho árduo do colono. Em outra matéria, do mesmo jornal de 1969, a descrição de Bertaso frente contrariedades demonstrava analogias próprias da mentalidade da relação entre homens e animais, do dominador e dominado com características que se fundem e se diferenciam, ao mesmo tempo que combatia qualquer resistencia a política desenvolvimentista, “Bertaso estufou o peito, não na “tranquilidade mansa do boi carreiro”, [...] mas como um centauro dos pampas, o cavaleiro infatigável deste Oeste, e partiu para cima dos inimigos da continuidade desenvolvimentista da região”.

O cenário de transformações locais se concretizava num universo mais amplo de conduções nacionais e mundiais. Quanto à sensibilidade em relações aos animais e natureza, ainda predominava na generalidade a mentalidade do predomínio humano, já que os pilares de

valores conservadores da sociedade chapecoense se fortaleceram e colaboravam para as condições necessárias aos rumos da cidade e região.

De acordo com o “Estudo de viabilidade de implantação do Distrito Industrial de Chapecó” (Fundeste, 1978, p. 138), “o período 1960-1970 pode ser considerado como início do desenvolvimento industrial. Segundo os dados oficiais do IBGE, em 1960, dos sete municípios em consideração, apenas Chapecó era considerado segundo o número de estabelecimentos e pessoas ocupadas”.

Se industrialização houve é porque acorreram condições favoráveis no país, além do sucesso da imigração, a partir de determinada época (mais precisamente, a partir do advento da República). Sem essas condições, nem imigrantes, ou nem outra, fariam a industrialização. (SEYFERTH, 1990, p. 41).

O contexto exige pontuar elementos condicionantes que possibilitaram as décadas de 1960 e 1970 ser o que foram, bem como os desdobramentos que elas estruturaram posteriormente. Podemos então destacar, o protagonismo do porco na incipiente indústria e comércio da região no início e meados do século XX e no contexto da implantação de grandes frigoríficos nacionais. Outro elemento foi a capacidade de articulação e recursos da ação estatal, para fornecer as estruturas materiais, técnicas científicas que alavancaram a agroindústria, bem como fomentaram a construção do novo e necessário conceito de homem aos padrões de uma sociedade moderna, desenvolvimentista e progressista.

Iniciamos com o protagonismo do porco (*Sus scrofa domestica*), artiodáctilos monogástrico doméstico, que embora mundialmente predomine a ideia de sua origem no javali selvagem, há uma imprecisão quanto ao local de origem e descendência exata de sua espécie. Evidências de sua domesticação mais remota, situam-se aproximadamente entre 8.000 a 10.000 anos nas comunidades da região leste da Turquia. O porco moderno deriva da cruz entre o porco chinês e o porco europeu. Sua inserção no Brasil foi feita por Martin Afonso de Souza em 1532, e não foi por acaso sua proliferação na região sul, pois a espécie encontrou no ambiente da floresta com araucária todas as condições ambientais necessárias para a sobrevivência. Já a sua facilidade de proliferação e manejo nestas condições, ajudou na sobrevivência e estabelecimento de grupos humanos, como fonte de alimentos, em especial para caboclos e mais tarde dos colonos, pois a abundância de pinhão intercalado com a produção de milho, abóbora e tubérculos, bem como a lavagem garantem a engorda da vara em sua dieta onívora. A possibilidade de criar os porcos soltos, ao modo caboclo, vai se esgotando à medida que a floresta e o modo de vida caboclo também vão sendo suplantados

pela colonização. Valentini (2006, p. 43-51), adverte sobre o papel e influência do suíno na região do Contestado, também enquanto lócus de tropeirismo e de base para as primeiras agroindústrias.

Além de fonte primária de alimento, no Oeste Catarinense, o porco tornou-se uma fonte de renda viável e propulsora da concentração de capital mercantil e da industrialização alimentícia, em especial no início do século XX e como base para a agroindústria local a partir nos anos 1950, que gradativamente e paralelo à concentração de capital industrial, das transformações de padrões técnicos de produção e alimentares nacionais, bem como das necessidades do mercado externo, abriu espaço para abate e industrialização de outros animais como foi o frango e peru. Este percurso de diversificação e especialização do abate industrial para atender as demandas internacionais, como exemplo o caso das carnes halal produzidas e abatidas nos princípios do Islã, foi tão antagônico, que ao mesmo tempo colocou Santa Catarina e Chapecó como maiores produtores e exportadores destas carnes e seus subprodutos, competindo com o Paraná. No entanto, deixou toda uma cadeia produtiva a mercê das manobras econômicas externas, num cenário de século XXI de plena subordinação rural ao urbano construída nos processos a partir da segunda metade do século XX. Constituiu-se o Complexo agroindustrial na região.

Nas primeiras décadas do século XX, os porcos de Santa Catarina abasteceram grande parte da demanda dos grandes frigoríficos de São Paulo, onde o oeste de Santa Catarina sobressaía-se pelo comércio deste animal vivo, bem como comercializava a banha. Em 1937 o oeste catarinense contava com seis fábricas de banha. A comercialização de porcos constituiu uma fonte secundária de acúmulo do capital paralela à extração da madeira, que beneficiou os pequenos comerciantes. Esta realidade foi se modificando com a desvalorização da comercialização do animal vivo, o que influenciou na união de pequenos comerciantes para concretização e diversificação de frigoríficos. A oferta de porcos na região garantiu a matéria prima essencial para produção de produtos mais competitivos e lucrativos.

Tal contexto pode ser identificado nos dados do “Estudo de viabilidade de implantação do Distrito Industrial de Chapecó”, (Fundeste, 1978, p. 178), referente ao valor da produção animal. Nele consta que em Chapecó do ano de 1970, o abate e venda de animais correspondia a 71,3% da receita do município, sendo os suínos responsáveis por 46,7% da composição desta receita, já a produção de frango 17,6%.

Em Chapecó, havia um cenário sociocultural e ambiental favorável ao desenvolvimento dos frigoríficos modernos, mas ainda era eminente que a região como um

tudo carecia de infraestrutura energética, financeira e técnico-científica para a superação de formas tradicionais de produção e consumo, em uma nova fase capitalista alicerçada nos mecanismos e recursos do Estado, somando-se ao capital local. A força propulsora desta mudança concentrava-se na agroindústria. Então, a ação estruturante do estado em toda Santa Catarina, iniciada na década de 1950, foi intensificada e solidificada nas duas décadas seguintes, 1960 e 1970, estando em sintonia com a onda desenvolvimentista e modernista nacional, bem como com as demandas do capital externo. A lógica produtiva passou por uma cadeia cada vez mais integrada, interdependente e dotada de um modernismo conservador. Segundo Pertile (2008, p. 147) “[...], porém, foi a década de 1970 que mais trouxe investimento em infraestrutura para a região por meio dos agentes agroindustriais. Contudo, parte considerável dos investimentos teve como fim o benefício dos próprios agroindustriais”.

Goulart (2015, p. 12-21), pontuou e defendeu que a acentuada estruturação para o desenvolvimento da agroindústria no Oeste desponta, juntamente com a política de integração do estado a partir de 1962. A política de Integração passou a configurar os discursos e os meios de comunicações impressos, como neste exemplar da Folha D’Oeste, 20 de setembro de 1969, que clamava: “a integração catarinense é meta que nos há de conduzir a dias melhores e mais felizes. Temos absoluta certeza que o povo bom e ordeiro de Santa Catarina há de aplaudir freneticamente, o trabalho que vem desenvolvendo em todas as latitudes do estado”.

A integração não representou apenas as construções de estradas e rodovias, como a tão divulgada e solicitada BR-282, mas também a política catarinense de geração e distribuição de energia²³, de financiamento monetário com oferta de linhas de crédito, num sistema bancário que passa a ser controlado pelo Estado, correspondendo a uma política nacional de crédito, com destaque para o crédito rural. Este novo sistema foi substituindo as pequenas casas bancárias comuns no território de Santa Catarina. Para a compreensão da influência desta política de estruturação nos rumos de Chapecó, pode-se considerar os investimentos no setor energético enquanto viabilizador da industrialização da cidade e do complexo agroindustrial, confirmando-se pelo consumo de energia crescente e geometricamente maior do setor industrial da cidade. Em 1978, segundo (FUNDESTE, 1978, p. 130) “Estudo de viabilidade de implantação do Distrito Industrial de Chapecó”, dos 6.886.579 KWA, cerca de 4.991.014 KWA eram consumidos pela indústria primária e secundária.

²³ Plano de eletrificação catarinense em 1957, dinamizando ação da CELESC em 1955, que foi incorporando as empresas geradoras em todo o estado, sendo a incorporação da Força e Luz Chapecó em 1973.

Neste processo, tornou-se ferramenta estratégica os estudos técnicos e estatísticos, em especial no planejamento, execução e controle na produção como um todo, quíça no abate animal. Foi um período em que o tecnicismo e cientificismo pautados num racionalismo pragmático, amparado na mensurabilidade, alteraram com prerrogativa de mercado e amparo estatal os padrões técnicos, qualitativos e quantitativos as interações rural. A produção econômica rural, vegetal e animal, passaram gradativamente para o foco nos princípios da produtividade. Neste processo residiram contradições com enormes efeitos negativos, gerando resistências e movimentos populares que denunciavam as mazelas do desenvolvimentismo. Na Folha D'Oeste de 12 de julho de 1969, p. 5, na matéria, "O IBGE desmente o Brasil", se evidencia a tentativa de mascarar as contradições e problemas do sistema produtivo em desenvolvimento, através da credibilidade da suposta neutralidade científica de dados, taxando as resistências e alertas como pessimismo.

A prova material, indiscutível, do nosso crescimento, progresso indiscutível, desenvolvimento pleno, que está em desacordo com nosso pessimismo [...]. Quem lê as estatísticas, assim como as demais publicações do Instituto brasileiro de Geografia e Estatística, acaba verificando que a realidade dos números desmente o pessimismo nacional. Com os olhos e com os ouvidos, com todos os sentidos presos a outras coisas e desatentos dos números, fazemos uma ideia estranha e defeituosa de nosso País. Ler estatísticas, verificar o ritmo do nosso desenvolvimento dos fatos expostos pelos números. (Folha D'Oeste, 1969, p. 5. Acervo CEOM).

Os números crescentes de produtividade e volume financeiro no campo vegetal e animal do Oeste Catarinense impulsionavam os investimentos no melhoramento genético e inserção massiva de espécies híbridas e por vezes exóticas, produzidas, implantadas e controladas por grandes empresas da nova cadeia produtiva internacional e brasileira, bem como todos os insumos e equipamentos a estes necessários. Órgãos e Programas ligados ao Estado foram importantes para as transformações produtivas da região. Instalaram-se nas décadas de 1960 e 1970 em Chapecó e entorno, com destaque a Embrapa frangos e suínos, ACARESC e a Codesa, que desenvolveram projetos como o Procria. Além disso, desenvolveram e disseminaram técnicas de melhoramento genético animal e vegetal, distribuição de sementes híbridas, técnicas de manipulação, produção e manejo, inseminação, educação sanitária, entre outros empenhados no incentivo e organização da suinocultura, avicultura, etc.

A produção de aves desenvolveu-se extraordinariamente, nos últimos anos, sobretudo nos municípios de Chapecó e Xaxim e nas fronteiras de seus municípios limítrofes. As mudanças tecnológicas introduzidas pelas indústrias de carne suína e avícola, para aumentar o índice de qualidade-produtividade de sua matéria prima são os principais fatores desse extraordinário crescimento na avicultura, ao par do sistema integrado de produção que vincula o produtor rural à empresa industrial, em termos econômicos financeiro, e de assistência técnica. A produção de subsistência ou “de quintal” está sendo rapidamente substituída por modernas instalações de aviários que garantem condições de higiene, economicidade e continuidade na produção, sem dispersa de recursos. (FUNDESTE, 1978 p. 28).

Em pleno fervor da Revolução Verde no Brasil, a inserção e investimentos na área técnico científica fomentaram a industrialização, bem como projetaram a dependência do campo para com as necessidades das cidades em pleno processo de urbanização, direcionando para os novos rumos. Nos anos de 1974 e 1977, segundo análise de dados do IBGE, pela Fundeste (1978, p. 28), o crescimento do valor movimentado diretamente pelo setor industrial com maior participação da indústria de carnes de abate de suínos e aves em Chapecó foi de 484,09%.

Nisso, além de linha de crédito, o Estado catarinense em sua aliança com a estruturação da modernização e desenvolvimento dos novos complexos industriais, no caso de Chapecó agroindustrial, direcionou em grande medida a modernização do campo, valendo-se das chamadas assistências técnicas na perspectiva da extensão rural, que interferiu não apenas no domínio técnico das novas formas de produção, aumentando-a exponencialmente em uma relação temporal cada vez mais estreita, mas também no destino desta. O cotidiano produtivo rural de Chapecó, seus tempos e rotinas, passaram a ser geridos na lógica da economia de mercado, na qual se condicionava a interação homem-animal e a prática do abate perpassar no viés do capital, e não mais pelos costumes que representariam num parafrasear de Thompson, numa moral econômica a ser suplantada. Neste contexto, pesou a confiabilidade positivista da ciência e do domínio técnico no minar a resistência de costumes que representavam autonomia do homem rural em suas escolhas para produção da vida no campo.

Em 1978, a peste suína africana, contestada até hoje como irreal, gerou um protesto de mais de 20 mil produtores no Estádio Regional Índio Condá (hoje, Arena Condá), tornando-se um divisor de águas na produção de suínos, entre o modelo tradicional e o modelo geneticamente melhorado. (PDR-Chapecó, 2015, p. 36).

No Oeste, em especial em Chapecó, destacou-se ação da ACARESC (Associação de Crédito e Extensão Rural de Santa Catarina), fundada em 1957 e com implantação de um escritório em Chapecó em 1963. Ela empenhou-se na superação das culturas tradicionais do

campo e na construção de novos hábitos e padrões sanitários. A relação antrópica almejada neste contexto necessitava a incorporação das modernidades instrumental e conceitual da Revolução Verde e um perfil mais moderno de homem rural. Perfil condizente com a perspectiva da economia de mercado. Nesta, se considerava apenas a figura do produtor rural, excluindo, subjulgando e desconsiderando as diferentes populações que configuram este meio. O rural enquanto conceito unilateral, invisibilizador do amplo conceito de campo. Pois campo carrega inúmeras possibilidades de interação que foge do viés meramente desenvolvimentista. O campo se concretiza nas diversas relações de ambiência antrópica, imbricado no efeito moral que induz o comportamento do indivíduo em sua relação na esfera coletiva. Tal característica de diversidade e alternatividade antrópica foram traduzidas e ressignificadas em culturas e costumes dos diferentes povos do campo, os quais aos olhos progressistas agroindustriais eram considerados obstáculos.

No sentido do efeito moral que o homem rural, mais especificamente o jovem rural, passou a ser alvo do desenvolvimentismo, Silva (2002, p.24-60), numa perspectiva foucaultiana, trouxe discussões pertinentes da ação da ACARESC para entender a formação homogeneizada e disciplinada pretendida para um novo homem rural, bem como formas elementares de resistência, com a análise dos clubes 4-S junto aos jovens da região Oeste. Silva, apresenta a gênese norte-americana dos clubes, 4-S e contextualiza suas fases, finalidades e estratégias na região, conduzindo a uma ampla análise. ACARESC e seus programas projetaram-se hábeis mediadores sistematizados e normatizantes da interação homem, animal e natureza como um todo, em especial no limbo autoclassificatório cada vez mais presentes e capaz de forjar como o homem se percebia e queria se fazer perceber, numa correlação de forças produtivas, em relação à natureza e aos demais da mesma ou diferentes espécies. Com essa mediação paulatina, no espaço rural foi ganhando espaço o ordenamento racional baseado em cálculos produtivistas e normas sanitárias que regulariam não só a produção vegetal, mas também os locais e formas de interação entre homem-animal, orientando quais espécies seriam dignas do convívio e utilitarismo humano. Essa diferenciação também foi possível vislumbrar no diálogo com Thomas em sua análise da relação homem e o mundo natural na sociedade inglesa, conotando alicerces de aprovação moral em uma transitoriedade por preceitos tradicionais, religiosos, estatais e científicos. Se na Inglaterra, há séculos atrás o convívio e afeto para com alguns animais era sinônimo de bruxaria, na Chapecó das décadas de 1960 e 1970, endossados pelos mecanismos de domínio técnico e instrumental da produção rural, o convívio, produção e abate animal fora das normatizações agroindustriais passaram gradativamente a representar fator de diferenciação

entre os que estariam ou não aptos e coparticipantes dessa pretensa desenvolvida e moderna sociedade. Uma classificação dentro da própria espécie humana.

[...] os clubes estiveram presentes em todas as regiões de Santa Catarina, e em muitos estados brasileiros, pretendendo desenvolver atividades de agricultura, pecuária e educação para saúde. No caso catarinense, também representativo da situação brasileira, o extensionismo legitimou-se sobre um discurso que considerava a situação da agricultura naquele momento enquanto um “problema”, um “entrave” ao desenvolvimento. (SILVA, 2000, p. 43).

Nas décadas de 1960 e 1970, os elementos rurais, inclusive a interação animal e homem, passaram por uma reorganização, uma remodelagem espacial e temporal, de lugar e finalidades, moldados de acordo com os novos padrões que estavam se constituindo, mesmo que para tanto, houvesse o abandono da autonomia da seleção do que se queria, do como e o para que produzir, bem como a extinção de uma relação temporal mais natural aos valores tradicionais do campo ligados a uma interação ambientalmente menos acelerada e mediada. Transformações que afetaram não só a vida do homem do campo, mas a qualidade de vida dos próprios animais, que foram submetidos a um tipo de vida completamente diferente e que interferia seriamente no seu bem-estar, haja a vista a introdução do confinamento total em espaços apertados e superlotados.

Esse conjunto de variáveis, somaram-se a outras aqui não pontuados, e intensificadas nas décadas de 1960 e 1970, interferiram no cotidiano do meio rural de Chapecó, onde muito dos hábitos tradicionais dos sujeitos deste espaço, inclusive no que se refere o abate animal, foram alvos de pretensas transformações, desde suas práticas e suas representações, de forma sistemática e progressiva.

2 CAPÍTULO II – O ABATE

O ato do abate, subjacente ao factual ato de eliminar uma vida, segue diferentes representações e sustentações no bojo de sua existência e de suas técnicas no percurso da história. A história da humanidade, que por condição inerente ao seu desenvolvimento reside na possibilidade de existência performática na história ambiental planetária, carrega o abate como elemento intrigante da relação antrópica, numa relação constitutiva de territórios, e estes por sua vez são constitutivos de concentrações multiescalares de espaços vividos correlacionais dialéticos e não opostos.

[...] Neste sentido, a reconstrução da história da atividade humana sobre os ecossistemas pode realizar-se em diferentes escalas espaciais e temporais. No entanto, estes recortes devem levar em consideração o fato de que estes, aqui considerados como parte do espaço geográfico, são percebidos como territórios, isto é, espaços vividos e apropriados pelas culturas que os utilizam ou os utilizaram em diferentes épocas. (OLIVEIRA; MONTEZUMA, 2010, p. 122).

Então, trabalhar as representações do abate no meio rural de Chapecó nas décadas de 1960 e 1970 e o desenvolvimento de novas sensibilidades em relação aos animais exigiu como relatado no capítulo I, entender a formação das relações estabelecidas na construção deste território, que transcende os limites administrativos do espaço rural de Chapecó, e inclui as diferentes interações em seus usos e costumes nos diversos tempos, que se sobrepuseram atuantes e por vezes conflitantes neste multifacetado resultante recorte temporal e espacial.

Nesta lógica, as representações do abate nesse processo, não se eximiram de relações condizentes com necessidades e expectativas com marcas próprias de contextos que exprimiram e demarcaram alguns antes e depois, no entanto nem sempre representaram rupturas imediatas ou totais entre os elementos que se constituíram. Assim o abate impeliu conexões com os diferentes usos dos solos que se desenvolveram na antropização nesta fronteira sul do Brasil, onde se localiza o Oeste Catarinense e Chapecó, já que a fauna tanto quanto a flora modificou-se induzidamente também por essa ação ao longo do processo. Com isso, não se nega o papel e o lugar da natureza na vida humana como já preconizado por Worster, 1991, mas acentua-se sua reciprocidade. Paralelo a uma possível característica endógena ambiental de auto regularização de equilíbrio homeostático e seleção natural entre as espécies defendida por darwinistas e questionada por cientistas como Worster (1991, p.215). A antropização acelerou a seleção e redução das espécies, sendo que na Região Oeste em especial em Chapecó nas décadas de 1960 e 1970 com a expansão dos animais de

produção, esse processo se aprofundou, realidade apresentada também em outras escalas globais.

A degradação ambiental e a perda de habitat devido à agropecuária e a superexploração das espécies continuam sendo as maiores ameaças à biodiversidade e ecossistemas terrestres e marinhos em todo o mundo. [...] Essas ameaças são particularmente evidentes nos trópicos, resultando numa perda significativa da vida selvagem nessas áreas, principalmente nas Américas Central e do Sul, onde a redução chega a 89% desde 1970. (BARBOSA, 2018).

A ética biocêntrica, imbricada nas discussões de Warren Dean, apresentou-se como respostas a estas e outras demandas ambientais, como vetor de indução de comportamentos menos degradantes, no entanto perderam força e por vezes não encontram espaços na conjugação de poderes estabelecidos, ora no campo das ideias, ora no campo material, bem como na dialética em ambos, pois como Worster,(1991, p. 211), adverte:

[...] evitando reduzir todos os pensamentos e valores a uma base material, como se a imaginação humana nada mais fosse do que uma racionalização das necessidades do estômago, o historiador deve entender que a cultura mental não brota de si mesma. Uma maneira de entender esse relacionamento é afirmar que as ideias são socialmente construídas, e portanto, refletem a organização das sociedades, os seus técnico-ambientes e as suas hierarquias de poder. (WORSTER, 1991, p. 211).

Neste sentido, as representações do abate no meio rural de Chapecó nas décadas de 1960 e 1970 e o desenvolvimento de novas sensibilidades em relação aos animais nos desafiaram rever e historicizar este recorte temporal sem incorrer no risco de romancear e criar um cenário bucólico idealizado ou demonizado, num período com marcas tão intensas na história local e mundial e sob a égide das discussões atuais, haja vista que na relação deste sujeito e objeto reside interrelações de ideias, contexto material e comportamentos, produtos e processos de seus contextos históricos ambientais, suas perturbações, permanências e rupturas. Assim, procurou-se entender os sujeitos, seus comportamentos e sensibilidades em relação ao abate no bojo da interação com os animais não humanos e o ambiente como um todo, sem estabelecer um tribunal moral, nem tão pouco um julgamento aos moldes do relatado por Robert Darnton em “O Grande Massacre de Gatos” de 1984 com a culpabilização e punição de uma categoria, no caso uma espécie, por questões mais complexas e subjacentes da sociedade.

Importante destacar que, desde a primeira metade no século XX o ambiente do Oeste Catarinense, onde se localiza Chapecó, sofreu uma gradual destruição de ecossistemas e acentuada redução da biodiversidade progressiva à intensificação do desmatamento de suas

florestas para agricultura e atividade madeireira, mas para os valores éticos e ambientais, crenças, costumes, necessidades e expectativa que mediavam as relações humanas ambientais da época, a percepção desse processo pelos sujeitos envolvidos poderia ser outra ao que hoje denominamos destruição, bem como a percepção de natureza e de si. Neste sentido, numa época em que predominava inclusive no campo científico a mentalidade de separação e oposição entre homem e natureza, separando cultura e ambiente, legando a segunda um caráter inesgotável de recursos à disposição da espécie humana, a sensibilização em relação ao abate de animais era convergente a este contexto, o qual se traduzia em uma sociedade essencialmente rural, que se desenvolvia mais sistematizada aos tempos naturais e as ferramentas adaptativas para aquela realidade, paralelo a uma centralização espacial industrial que impulsionava a urbanização no sudeste brasileiro, a qual, pelas características, Furtado (1964), classificou de urbanização de terceiro tempo. Tais circunstâncias configuram uma das perspectivas da história ambiental.

Em uma época de crescente destruição dos ecossistemas e de rápida redução da biodiversidade, pode ser de grande interesse o resgate de diferentes olhares de populações passadas e atuais sobre o ambiente: seus valores éticos e ambientais, suas crenças, relação com a natureza, as preocupações com a sustentabilidade de gerações, (OLIVEIRA; MONTEZUMA, 2010, p. 119).

Na segunda metade do século XX, em especial a partir da década de 1960, houve à nível nacional a aceleração do processo de industrialização e urbanização numa perspectiva de integração nacional, sem, contudo desvincular-se à centralização, mas naquele momento de forma regionalizada, o que se refletiu na política de integração catarinense como já trabalhado no capítulo I. Para além do domínio econômico foi atrelada a ideia de urbanização a de aprimoramento moral da sociedade numa ótica desclassificatória dos costumes rurais, bem como introduziu e aprofundou a figura do produtor rural como legítimo homem do campo, o que trouxe a invisibilidade e exclusão dos diferentes sujeitos e culturas, como Molina e Caldart (2004), referenciam e apontam para o reconhecimento da identidade dos diferentes povos do campo. Assim, o abate e interação com outras espécies animais começaram a circular prioritariamente em torno de questões sanitárias e de eficácia produtiva, num progressivo rompimento com as formas tradicionais e diversas que existiam no campo, no entanto sem conseguir extingui-las ou eliminar totalmente diferentes formas de resistências. Também, como próprio do sistema de produção capitalista, a possibilidade de se tornar produtor atrelada a uma cadeia agroindustrial, no caso de Chapecó, suinocultor e avicultor, não incluía e não foi financeiramente acessível a todos que quisessem.

Neste contexto de transformações, ainda nas décadas de 1960 e 1970 no meio rural do Oeste Catarinense e Chapecó, partes das atividades cotidianas eram desempenhadas com o uso dos animais. Arar a terra, transportar, carregar mantimentos e pessoas, entre outras atividades, com o cavalo e o boi, o que de certa forma justificava a presença destes animais em grande parte da sociedade rural de Chapecó e do abate dos bois serem menos frequentes que de animais menores que não eram destinados para ajudar nas atividades do cotidiano, somando-se o fator da diferença do tempo de crescimento, quantidade de gestações e de crias entre as espécies. “No passado, haveria um sistema de criação em que os animais eram tratados de forma individualizada e como agentes do trabalho. Devido a essa forma de tratamento, era possível a existência de uma vida econômica em comum entre humanos e animais”. (PERROTA, 2016, p. 153).

A frequência e a quantidade do consumo da carne de gado eram bem menores do que de outras carnes, inclusive que as de peixes em alguns lugares próximos aos rios, fato destacado num episódio relatado pela senhora Rosalina Zancanaro Batista, migrante do Rio Grande do sul que morou no interior de Chapecó na década de 1960 a 1978, quando foi com sua família morar na cidade, onde seu marido foi trabalhar como funcionário público na prefeitura e dois filhos e uma filha posteriormente foram trabalhar em frigoríficos. Em entrevista, ao ser perguntada sobre quando comiam carne de gado.

“É, quando alguém carneava por lá, uma vez eu tava grávida e não sei como não matei o filho de vontade de comer uma sopa de carne de gado e quando esse abençoado²⁴ veio pra cidade vender rapadura eu encomendei. No outro dia eu fui carpi lá na beira da estrada, mas com os olhos vi, ele vinha lá dos pais dele, digo já vem a carne e eu já vou pra casa fazer a sopa, e não é que não levo, ma que raiva!”
(ROSALINA Z. BATISTA, abril de 2019)

Segundo Rosalina, eles tinham gado, mas era destinado para o trabalho da lavoura e para puxar cana-de-açúcar e tocar o engenho movido pela força animal. Como Rosalina descreveu sobre o trabalho que desempenhavam no interior na época, “*era com planta e com cana, moer, plantar e colher, mas a planta era pro gasto e pra criação e o dinheiro vinha da rapadura*”. O engenho representava além de produção de doce para o consumo uma fonte periódica de renda. No engenho eram feitas as fornadas de açúcar amarelo, melaço e rapadura na palha que eram vendidos na cidade e principalmente no caminho de aproximadamente 30km até a sede da cidade. Como geralmente este percurso era feito a cavalo que levava as cargas de rapadura em cestos de taquara ou bolsa de pano, sendo que esses tipos de utensílios

²⁴ Referindo-se ao marido.

cheios de rapadura eram chamados de cargueiro, levava geralmente dois dias entre ida e vinda, no qual se desenvolviam e consolidavam também um convívio social, já que geralmente em cada casa ou comércio que chegavam para venda da rapadura se estabeleciam ou revigoravam laços de amizade, onde destinavam tempo para conversas, negociações e geralmente era ofertado ao vendedor alimento, água e pouso. Eram os homens que desenvolviam esta atividade. Como a família paterna de Rosalina, outras migrantes do Rio Grande do Sul que desenvolviam a atividade de engenho, buscavam ao atravessarem o rio Uruguai para morarem em Santa Catarina, terras próximas ou como comumente designadas nas barrancas do rio, não apenas pela fertilidade, mas como salienta o senhor Valdir Vieira, que ainda em 2019 desenvolve a prática de engenho que aprendeu com seus pais, pela qualidade e doçura da cana que este solo e outras condições como clima, umidade e incidência de luz possibilitavam. Numa época em que as distâncias eram ampliadas pelos meios e vias de transportes rústicos e a produção dependia das fontes de energia animal, humano e não humano, ou da força da água, possuir e manter cavalos e bois era primordial.

Diferentemente da sociedade inglesa do século XVIII e XIX retratada por Thomas (1996), onde com a introdução do cavalo para o trabalho agrícola e transporte, houve a liberação de parte do gado para o abate, ocasionando na sociedade inglesa um grande consumo de carne bovina, no meio rural de Chapecó e região nas décadas de 1960 e 1970 o cavalo era comum nas propriedades. No entanto, não substituiu a importância dos bois na produção e na manutenção da propriedade, já que cada espécie exercia sua função definida pelas tradições e costumes. Muitos costumes já eram estabelecidos e introduzidos do lugar de origem como no Rio Grande do Sul, onde o cavalo configurava como ícone identitário gaúcho, e outros incorporados das culturas locais ou desenvolvidos pela necessidade, como relatado pelo senhor João Maria Batista, esposo da senhora Rosalina. Sua fala em três momentos demonstrou que era em pequena quantidade, além do uso para o trabalho, o gado representou elemento importante de um planejamento econômico na propriedade de subsistência, já que configurava uma previsão de reserva de recurso em caso de necessidade que envolvesse dinheiro. *“Era vendido quando precisava de alguma coisa. A gente tinha, então quando precisava a gente vendia uma vaca, um boi (...) pouco, o que tinha era o que nós se agarrávamos quando precisava”*. (João Maria Batista, abril de 2019). Dona Lucia Batista (filha de Rosalina e João Maria) relatou que o gado era para *“lavar, tirar leite, criar para quando precisar”*.

Esta realidade foi reafirmada na fala de Rosalina (2019): “*boi era mais difícil nós matar, mas morria algum ilhado²⁵ por lá*”. Já sua filha Lucia disse que nunca viu matar gado na propriedade da família de seus pais, mas galinhas, porcos e patos sim. Então Rosalina, ao ser questionado o porquê era difícil, deixou evidências da lógica de organização e manutenção da sobrevivência da família que subsistia numa pequena propriedade, realidade generalizada no Oeste Catarinense, influenciando o desenvolvimento da criação de gado, já que a criação da espécie na época era predominantemente extensiva, com técnicas rudimentares de manejo, assim necessitava de vasta extensão de pastagens. “*Tinha que deixar para o serviço e negociar quando precisava*”. (Rosalina Z. Batista, abril de 2019).

Então, fatores ambientais, culturais e econômicos imbricados no percurso de abate animal consistiam também no processo rural de territorialização, que Oliveira (2008), define como “resultantes ecológicas decorrentes do uso dos ecossistemas por populações passadas (ou por uma atividade econômica) na busca de suas condições de existência”.

A territorialização, que inclui os diferentes usos dos solos, incidiu sobre a periodicidade e diferenciação aos papéis de cada animal, bem como na definição de quais animais eram ou não para serem abatidos e o acesso a diferentes carnes nas dietas do meio rural nas décadas de 1960 e 1970. Tal premissa foi identificável também nas falas de uma senhora de 100 anos de idade, que nasceu em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, e veio para o interior de Chapecó na comunidade de Nossa Senhora de Lourdes quando, segundo ela, tinha 22 anos de idade. Ela, Senhorinha Portela, ainda morra na comunidade de Nossa Senhora de Lourdes, no entanto teve sua morada por bom tempo na Barra do Carneiro, próximo ao lajeado do Carneiro. Dona Senhorinha (novembro de 2018), como respeitosa e carinhosamente é chamada, relatou que sempre trabalharam na roça e que sempre tinham animais, e que segundo ela “*sempre tinha, sempre teve cavalo [...] pra cargueira e pra mantimento*”. Mas quando questionada se usavam algum animal no trabalho da roça, ela afirmou que só eram eles mesmos, não tinham bois. Demonstra, que o papel do cavalo na propriedade não substituía a dos bois e que ao cavalo era destinado de forma geral à atividade de transporte.

Quanto ao abate dos animais e a constância do consumo de carne, tanto Rosalina, João Maria e Dona Senhorinha relataram que era carne de galinha caipira, criada com milho que plantavam e colhiam, a mais frequentemente abatidas. Também, todos relataram que a galinha era a mais abatida porque, como disse João Maria, “*era matada pro almoço*”, a carne

²⁵ Atolado ou cercado pelas enchentes do rio ou lajeado.

de galinha era consumida totalmente no mesmo dia do abate, o que era crucial numa época em que a energia elétrica era “luxo”, em que a maioria das comunidades rurais não dispunham. A responsabilidade e a técnica de abate das galinhas e outras aves, invariavelmente entre os entrevistados seguiu um padrão, cabendo esta atividade à figura feminina, iniciando com o desnucamento ou degola, depenação após a imersão na água fervente, ou a seco no caso dos patos. Depois a destripa e o esquartejamento e o preparo. Tais procedimentos e responsabilidade carregavam um ordenamento moral nas atividades cotidianas, nas quais o abate de animais pairava numa representação naturalizada, tendo na dimensão de ancestralidade de costumes repletos de padrões sociais de gênero bem definidos e temporalmente secular, pois segundo as entrevistadas aprenderam a atividade ainda na infância, através da prática desenvolvida no convívio e coparticipação na rotina familiar junto às mães, que por sua vez adquiriram este conhecimento também com suas progenitoras geração a geração. A hierarquia familiar imbricada na relação de gênero, numa sociedade patriarcal como a chapecoense nas décadas de 1960 e 1970, se expressava também na divisão das atribuições de cada membro familiar no ato, na representação e consumo do abate, o que converge com as ideias discutidas por Adams (2018, p. 59), sobre a identificação masculina e o consumo da carne na história, em que ela destaca: “o consumo de carne é um indicador da virilidade da sociedade”.

Como a senhora Rosalina, Dona Senhorinha relatou que era mais difícil abater e comer carne de gado. Segundo Dona Senhorinha a carne de gado era obtida pela compra “dos que carneavam aqui por roda”, também afirmou que nunca via carnear gado, o que evidencia o quão era raro o abate de gado no meio rural. A presença do abate comercial realizado informalmente por algumas famílias e comunidades do meio rural de Chapecó, não caracterizando uma regra e sim peculiaridades históricas, foi apontado também nos relatos de Tereza Wílma Picolli Sachet Rodrigues e do senhor Adão da Luz Soares. Ela agricultora e moradora na época na Linha Gamelão e mais tarde Linha Rodeio do Erval, e ele original de Porto Chalaná, Guatambu e morador por um período da década de 1960 em Linha Cachoeira. Ainda jovem ele foi morar na cidade desempenhando diferentes atividades, que somadas à agricultura de quando vivia no interior, retrata em grande medida a matriz geral de possibilidades de trabalho e renda da época.

“Fui trabalhar para serviço de estrada, setor público, depois pra frigorífico e hoje faz 50 anos na construção civil, [...] tivemos que fazer essa da saída de Chapecó para o Rio Grande do Sul, depois fomos para São Miguel do Oeste, lá nós atravessamos 400 colônias de mato, isso na época que não existia nem motosserra. Era serrote, machado...” (ADÃO DA LUZ SOARES, janeiro, 2019).

Segundo a senhora Tereza, enquanto morava com seus pais descendentes de italianos, próximo ao rio Uruguai na Linha Gamelão, muitas pessoas das comunidades próximas iam até a casa da família comprar produtos derivados dos animais que abatiam. Ao casar-se com o senhor João Maria Rodrigues em 1966, foi morar na Linha Rodeio do Erval, e a partir daí descreveu que a produção e o abate de animais eram apenas para subsistência, diferentemente da casa de seus pais.

O senhor Adão, que em 1960 aos 14 anos, já morava na Linha Cachoeira, relatou que a sua família trabalhava na lavoura, e sobre a convivência com os animais, dos quais destacou, “[...] *sempre tivemos animais. Nós vivíamos e trabalhávamos com os animais, com cavalo, boi. Nós íamos para escola a cavalo*” (ADÃO, janeiro de 2019). Ao ser questionado para que eram os bois, foi direto ao dizer: “*pro trabalho!*”. Quanto aos animais de pequeno porte que conviviam, ele nominou cabrito, ovelha e galinha. Seu Adão demonstrou uma categorização e hierarquização de importância entre as diferentes espécies animais pela função utilitária no cotidiano da família rural. Essa categorização transitava entre os animais para o trabalho e os comestíveis, sendo que mencionou sobre os cachorros ao ser questionado diretamente da presença deles e não na pergunta genérica usando o termo animais. Aos cachorros atribuiu uma sutil dependência humana e reconhecimento da importância canina, “*todo mundo que trabalha na lavoura precisa dos cachorros, eles são parte do trabalho*”. (ADÃO, janeiro de 2019). Segundo ele, o trabalho do cachorro era cuidar da casa.

Como os outros entrevistados, seu Adão confirmou que o abate animal e o maior consumo de carne eram de galinhas e porcos. Já sobre a carne de gado, Adão (2019) salientou: “*tinha no interior onde abatiam e nós ia lá e comprava nas comunidades*”. Ao ser perguntado sobre quem abatia esse gado e onde, o senhor Adão completa, “*sempre era a comunidade, era matado debaixo das árvores; tinha o açougueiro que fazia a sangria e a picação da carne pra vender*”. Ao analisar estas falas do senhor Adão com relação a representação do abate no meio rural nas décadas de 1960 e 1970, evidencia-se três elementos fundamentais: o primeiro e que se deve ter em consideração é o que Thompson destacava sobre o olhar para o passado com os olhos do presente, evidenciado ao senhor Adão usar o termo açougueiro ao se referir ao responsável pelo ato do abate do animal da espécie bovina nas comunidades rurais, termo representativo e comum ao contexto urbano regional mais recente, mas que, tendo em conta que o senhor Adão tornou-se morador da cidade há muitos anos com distanciamento temporal e espacial dos processos de abate no meio rural, foi

passível provocar um anacronismo e inadequação conceitual, confirmando aspectos relacionados a incorporações de padrões nos processos de ambiência. O termo açougue tem sua etimologia intimamente relacionada à matança de animais ligada a lugar de atividades comerciais típicas das cidades. Segundo Ferreira (1986, p. 37), teve sua origem inicial no termo de dialeto sículo-árabe “as-suq’ que designava no mercado ou feira, o qual complementou-se com o termo soco com tradução mercado árabe, incorporado no século XV pelos portugueses no contato com os mouros do Norte da África. Já assentado no léxico da língua portuguesa, açougue enquanto estabelecimento comercial de abate e carne possuía variações de denominação entre corte, carniçaria e talho. A palavra talho segundo o dicionário Aurélio, enquanto substantivo masculino, significa ato ou feito de talhar ou cortar, talhamento, talha, assumindo o sentido de corte feito por fio ou gume. Então se deduz a ligação com o nome da ferramenta de suspender grandes pesos, usada para suspender o animal de grande porte como bois para seu retalhamento após o abate. Também, segundo o dicionário Aurélio, talha é associado ao termo do baixo-latim polé, um antigo instrumento com roldanas de suplício, o qual suspendia o supliciado. Em “*Vigiar e punir: nascimento da prisão*”, de 1987, Foucault disserta sobre o caráter essencial do provocar dor ao supliciado, o qual está consciente e sensível a ela durante o processo, portanto, mas com distanciamento dos fenômenos pela distinção da finalidade em cada, sendo que os abatedouros modernos tiraram o espetáculo da morte dos olhos do povo, mesmo assim ao açougue se remeteu a ideia de lugar de suplício, o que sugeria a consciência do sofrimento dos animais ao serem abatidos para serem retalhados e comercializados.

Outra ideia metafórica ligada ao termo açougue e o correspondente abatedouro que ainda nos dias de hoje circula no imaginário e na linguagem social, estando explícita em um dos sinônimos do termo açougue na língua portuguesa falada no Brasil que é de prostíbulo, em uma clara referência ao lugar de venda do ato sexual. Neste sentido, como Adams discorre sobre a visão machista da sociedade patriarcal, a qual legou ao perfil feminino a presa a ser caçada, a força a ser dominada e a carne ser comida, não há de se estranhar que se estabeleceu socialmente a ideia que a mulher no ato sexual seja a supliciada e o homem o açougueiro que a abate e à talha. Historicamente, foi comum a atividade de açougueiro ou do responsável pelo abate de animais comumente também chamado de picador ou carneador, ter sido desempenhada pela figura masculina. No entanto, como a história não é homogênea sempre há exceção ao diverso, e na região do Distrito de Goio-En, interior de Chapecó, havia uma mulher como nome de Leoni Savaris de Moura, que exerceu a atividade de abater e comercializar gado. Segundo a professora aposentada Isabel Figueiró, Leoni migrou da

cidade de Erval, noroeste do Rio Grande do Sul com esposo e filhos no final da década de 1960 para o interior de Chapecó. Inicialmente trabalharam na agricultura até iniciarem e se dedicarem exclusivamente ao abate e comercialização de gado na comunidade e para fornecimento de carne para os restaurantes da cidade. Era comum até meados da década de 1980 o abate de gado e porcos no interior para serem entregues aos restaurantes ou encomendas pessoais, sendo que seu transporte se dava na maioria das vezes em carro de passeio e até em transporte coletivo, em bolsas de ráfia ou em bacias grandes cobertas com toalhas, sem as condições de refrigeração necessárias, realidade que mudou com maior estruturação e aplicação das leis e normas sanitárias de circulação e comércio de carnes na região.

A atividade de abater e comercializar bovino no interior, não exigia que o abatedor fosse criador de gado nem de uma grande quantidade de terra, pois geralmente eles compravam do agricultor uma a duas cabeças de gado na semana que iriam abater. Essa atividade caracterizava uma intermediação de processamento entre os sujeitos do campo, como o agricultor rudimentar, e o consumidor geralmente urbano, sendo responsável pela circulação de dinheiro em uma época em que praticamente somente na safra, que era regida pelos tempos da natureza, os sujeitos do campo como o agricultor rudimentar acessavam valores em dinheiro para comprar o que não produzia, como tecidos, calçados, ferramentas de trabalho e outros. Situação evidenciada na fala dos entrevistados, em que o gado além do trabalho representou uma reserva para venda para as necessidades que se apresentavam.

Segundo a professora Isabel a senhora Leoni, além de costurar, tomar conta da casa, fazer negócios, abatia bovinos com maior destreza que o próprio marido, e diferentemente da maioria das mulheres e homens locais da época sabia dirigir automóvel, o que causava espanto num período em que os papéis sociais de gênero, especialmente no interior, seguiam uma moral baseada nos costumes e na tradição patriarcal.

Paralelo a esta situação emerge o segundo elemento, que denota uma diferenciação conceitual entre o carneador e o açougueiro com referência ao ato e local do abate, a partir de sua intencionalidade e processos envolvidos, com critérios diferenciadores não apenas de local, mas a finalidade que transita entre a subsistência e a comercialização da carne, suas técnicas e ferramentas que envolveram a supressão ou permanências dos rituais familiares tradicionais do abate, produção e destino de seus derivados.

Neste sentido pode ser evidenciado no relato do senhor Adão sobre o abate de galinhas e porcos, confluyente com as falas dos demais entrevistados, que a carneação envolvia

padrões culturais pautados nas relações familiares e distinção de papéis, de costumes e usos, com finalidade que condizia com a lógica organizacional moral da propriedade e da comunidade, imbricada na interação com o meio e seus elementos, como os animais, os tempos, as necessidades elementares e a secularidade. “*Nós mesmo carneava, tirávamos um dia pra carnear o porco, aí a família toda ajudava a carnear, e a galinha era a esposa que tinha que se virar*”. (ADÃO, janeiro de 2019). Esta última sentença, que atribuía somente à mulher o abate de galinhas, fundamenta-se na prerrogativa patriarcal da mulher ser a única responsável pela preparação da alimentação diária da família, já que pela impossibilidade de armazenamento e atividades costumeiramente masculinas ser espacialmente distante da casa na época, o processo tradicional do abate de galinhas no meio rural estendia-se ao seu preparo. A força desta tradição fez parte de episódio relatado pela professora Isabel, quando após o término do turno de trabalho da manhã, correu até sua casa que era do outro lado da rua da escola, para preparar o almoço. No entanto, como havia visita, às pressas carneou e preparou uma galinha, graças ao fogão a gás que a família diferentemente de muitas outras da comunidade possuía, e voltou para a escola deixando esposo, filhos e visita almoçando, como inúmeras vezes, já que esse episódio não foi exceção, retornou ao trabalho sem tempo para alimentar-se, mas orgulhosa de ter cumprido o que considerava moralmente parte de sua função feminina e de esposa, o preparar o alimento para a família. Com a compra da primeira geladeira da família em 1980, a professora Isabel podia em um único dia abater e picar algumas aves e as armazenar para consumo da semana, com isso em paralelo ao aumento da possibilidade de compra de carnes promovida pela agroindústria, o abate de suas galinhas comuns foram ficando cada vez mais distante. No entanto, segundo ela, houve o aumento do consumo de carne pela facilidade de acesso e conservação, mas a drástica diminuição do abate e consumo do que ela chamou de animal crioulo. Apesar deste cenário, ainda em 2019, mesmo com os apelos e pressão dos avicultores da comunidade para que os moradores eliminem as galinhas caipiras como prevenção a disseminação de doenças, ela como alguns outros sujeitos do campo continuam criando galinha comum da forma mais tradicional, mesmo que seu abate e consumo seja muito remoto. Dona Isabel descreve a procedência “*se foi presente, troca*” e linhagem da maioria delas, também conserva o hábito de doar ou trocar galo para reprodução, ou levar uma galinha limpa e picada da qual se faz o brodo para pessoa enferma. Até os dias de hoje Dona Isabel continua responsável pelo preparo da alimentação da família. Na entrevista com a Dona Isabel, setembro de 2018, destaca-se elementos de permanências, que à luz do que Bourdieu, 1992, conceituou como “*habitus*”, contrariam a visão puramente progressiva, racionalista e determinista da história, mas sim o peso da formação

histórica do sujeito influenciando sua ação social presente, contrariando as condições materiais em que se encontra.

Dona Isabel se lembra da senhora Daluz Almeida, que a cada criança que nascia nas comunidades próximas ela levava de presente uma galinha comum, geralmente garnisé, e de cor preta, para a criança ter o que chamavam de começo, ou seja, o animal para iniciar a criação pessoal. Era comum as crianças terem seu começo de criação, como era chamado seus primeiros animais os quais eram pessoais desde a infância, para quando fossem sair da casa dos pais pelo casamento ou outra circunstância os levariam, como o começo de um novo ciclo. Neste contexto o termo criação constituiu sinônimo de animal que originaria os bens moveis daquele sujeito. Segundo o senhor João Maria, ao casar levou seus animais: “*o que era da gente, levava, o que era dos outro, ficava*”.

Sobre a finalidade do abate de porcos, Adão expressou um encantamento sobre a moralidade pautada na reciprocidade e no sentimento de comunidade ao recordar que “*era bonito de ver quando o pessoal do interior carneava um porco, um pedaço ia para cada vizinho e assim com todos os vizinhos*”. (ADÃO, janeiro de 2019). Ele ainda salientou a prática entre vizinhos que emprestavam entre si animais para reprodução, como os porcos conhecidos como comum e de banha.

O terceiro elemento, diz respeito à relação com a interação e as marcas na paisagem do lugar do abate comercial. Como constatado anteriormente, a atividade do abate do bovino no meio rural para comercialização não exigia grande extensão de terras e nem tão pouco que se fosse produtor de gado, embora quem exercesse esta atividade poderia ter uma pequena reserva de cabeças de gado com uma rotatividade, os quais poderiam na ausência de poteiros serem sogueados, para serem alimentados com os pastos ao longo das beiras das estradas por onde o animal passava. Ou, como rusticamente falavam, eram tocados pelo caminho à soga no pescoço, num passeio que poderia durar horas, que só terminava quando o boi estivesse com a barriga cheia. Geralmente eram as crianças as responsáveis por soguear os bovinos. O termo soguear, de origem espanhola, tem como um dos seus significados ligar-se a uma corda, e possui uma variação de sentidos e usos no território brasileiro, carecendo maior aprofundamento e detalhamento. No entanto, segundo o dicionário Aurélio online, deriva do substantivo masculino utilizado no Rio Grande do Sul, sogueiro, junção de soga+eiro, que significa “*pequeno poteiro onde se deixam os animais para uso imediato*”. Considerando neste contexto a migração e a ressignificação da cultura riograndense nas condições naturais e sociais do Oeste Catarinense, paralelo à característica da pequena propriedade destes abatedouros ao ar livre rurais, que nem sempre tinham espaço para constituírem um pequeno

potreiro, pode ter se construído ou ampliado o conceito inicial de soguear de acordo com esta realidade de interação e uso do ambiente, que era diferente das estâncias do Rio Grande do Sul, não apenas pela dimensão territorial, mas pelo lugar que este abate ocupava nas relações ambientais, econômicas e sociais local. Pensando o ambiente deste abate, havia uma característica na paisagem da propriedade do carneador, que era a da existência de pelo menos uma grande e resistente árvore, geralmente uma figueira, na qual era afixado a talha que iria suspender o bovino no abate, para ser coureado (termo popular para o ato de arrancar o couro), aberto, destripado e esquartejado. Normalmente sobre essa árvore havia cotidianamente, especialmente no verão, o sobrevoo de inúmeros corvos, já que ao chão e raízes ao redor desta grande árvore permaneciam as fezes, sangue e outros resíduos do abate, que atraíam tais aves necrófagas. Com essa interação do abate, flora e fauna, era possível localizar no meio rural onde eram estes improvisados abatedouros a céu aberto, também conhecidos como picadores, guiando-se pela aglomeração de corvos em voo circundante à frondosa árvore.

Outro elemento revelador emerge com a fala de Dona Senhorinha sobre os cachorros que possuíam na família. Segundo ela, os cachorros participavam da caça, no entanto ao ser perguntado sobre se havia bastante caça, ela afirmou: “*não tinha quase, porque tudo caçava*”. Além de revelar que a caça era uma atividade comum entre os moradores, já que no contexto da entrevista o termo “tudo” se referia à muitas pessoas. Implicitamente converge com uma realidade ambiental da época resultante de décadas de desmatamento para a agropecuária e exploração da madeira na região. Tal contexto restringiu o habitat natural de várias espécies nativas, inibindo suas possibilidades de sobrevivência e procriação. A interação entre as espécies em época em que o aumento brusco da população da espécie humana causou, o que Worster (1991, p. 204) classificou como perturbação contínua, um desequilíbrio populacional entre as espécies. Comprometendo também a presença e sobrevivência de grupos humanos que tinham na caça total ou parcialmente a fonte de proteínas.

As circunstâncias apontadas são refletidas no percentual de florestas naturais e a dimensão agropecuária apresentadas no município no final da década de 1970, como observado no extrato de informação da utilização da área, que era de 1.015 km², do município de Chapecó-SC, constante no “Estudo Cooperalfa”, (1979, p. 33), em que se registra 12% de florestas naturais, enquanto a agricultura perfazia 63% e a pecuária 20%. Também, a soma da área utilizada pela sede da cidade, vilas e Distritos, considerada pelo estudo como centros urbanos correspondia a 1,0%, enquanto a área de reflorestamento era de 2,6%.

Esta realidade ambiental apresentou-se como um aprofundamento e mais uma etapa da despossessão do território da população nativa e naquele momento, das que não se enquadravam ao perfil capitalista iniciado com a colonização, e então revigorado com as modernas relações de interações antrópicas alicerçadas e estabelecidas na construção do animal de produção industrial. A despossessão no Oeste Catarinense, como observado por Renk e Confortin (2019, p. 143), quando da incorporação das terras da região enquanto produto comercializável, e que também nas décadas de 1960 e 1970 com a multiplicação do animal de produção e da categoria do produtor rural novamente se processou em meio as alterações ambientais intensas. Neste sentido a despossessão transgrediu o viés cultural e de uso do solo, já que este fenômeno teve desempenho extensivo aos animais não humanos, dos quais foram furtados o habitat e possibilidade de permanência e até de existência na região.

Um novo processo de despossessão dos grupos humanos se deu na região marcadamente na década de 1970, na estruturação e transição do homem do campo para produtor rural embrenhado no processo de modernização agrícola. Segundo, Hentz, Oliveira e Batella (2013, p. 48), “priorizou os médios e grandes produtores rurais que tivessem a capacidade de se adequar ao pacote tecnológico proveniente da Revolução Verde, que vinha sendo implementado em escala mundial para fortalecer o capital industrial, produtor de máquinas e insumos agrícolas”. Mais do que permanecer na terra, o que se inviabilizava para os sujeitos do campo era a forma de permanecer e interagir com a terra, e todos os elementos de seu meio natural, seus tempos e possibilidades. Para o produtor rural, atividades simples como caçar e pescar começaram a se ajustar nas brechas do rígido relógio do racionalismo produtivo, bem diferente das culturas humanas do campo com maior autonomia e sincronia ao tempo natural, como relatado a seguir.

A senhora Rosalina destacou que na família, tanto de seus pais como na que constituiu com o casamento havia cachorros. Os da família de seus pais acompanhavam seus irmãos na caça e na pesca, que segundo ela “*meus irmãos caçavam e pescavam e amanheciam na beira do rio*”. Lucia Batista, filha da senhora Rosalina e João Maria, 6 anos de idade em 1960 e 16 anos em 1970, relata: “*nós se criávamos pescando, sempre comia peixe, ia pro rio pescar de noite*”. Invariavelmente e diferente da atividade da pesca, entre os entrevistados relataram que a prática da caça era desenvolvida pela figura masculina da família, como uma naturalização de papéis e metáforas a interação entre os gêneros humanos, legitimando-se no abate pela caça. Adams (2018, p. 119), destaca a relação da caça com a ideia de masculinidade e submissão feminina, que segundo ela, “a linguagem da caça

subentende que ela é uma variação do estupro”. Adams, na página 117, aprofundou o debate ao estabelecer uma relação analítica entre o sentido de caçar e pescar aos estigmas de força inferior e força subjulgada estabelecidos socialmente à figura feminina. Caçar e pescar traduziam-se simbolicamente no ato de dominar e legitimar a suposta e cultuada superioridade da força masculina. Dona Senhorinha reforça a realidade masculina em relação à caça, quando afirmou que quem caçava era seu esposo, seu Lizário (em memória). Confluindo com a análise de Adams, posta-se naquele momento a relação do processo do abate pela caça com os espaços de convivência e de atuação estabelecidos, onde nos espaços públicos e privados haviam leis de tradição moral, diferenciando os espaços de atuação entre o feminino e o masculino. Como caçar ocorria em espaço de circulação pública e num distanciamento ao lar, não se traduzia comumente num lugar de atuação feminina, numa sociedade patriarcal como da época. Já o manuseio de armas como pistolas e espingardas usadas nas caçadas geralmente era aceitável ao protetor do lar, que pela aquela mentalidade era natural e cristianizadamente o homem.

Já seu João Maria, esposo de Rosalina, ao relatar sobre a função dos cachorros destacou: “*só pra tá fazendo bagunça, nós nunca tivemos cachorro de raça, então só pra ecoar em roda de casa, as vezes matavam tatu*”, o que denotava diferentes valores e finalidades atribuídos as diferentes raças de cachorros. No entanto, foi possível evidenciar que nem sempre o que regia a relação homem-animal, estava baseado numa relação de produção ou de ganho material, nem tão pouco somente pela necessidade de sobrevivência, já que não se comia cachorros, mas também subjetiva de sensibilidades múltiplas, o que de certa forma justifica manter cachorros que não prestavam nem um serviço aparentemente útil ao humano.

As sensibilidades em relação aos animais, enquanto fenômeno histórico como tratado por Thomas, se constituiu produto e processo das interações entre as espécies e seus contextos, portanto não fadada ao determinismo linear e homogêneo, ou ao reducionismo de causas e efeitos, mas da complexidade inerente ao percurso histórico de interações biocêntricas, nas quais animal humano e não-humano processaram-se. Neste sentido, a representação do abate em meio à construção das sensibilidades em relação aos animais pode ser entendida também a partir do reconhecimento de que as crianças participavam ativamente das atividades laborais no meio rural de Chapecó e região nas décadas de 1960 e 1970. Nisto desde cedo tinham contato com o abate de animais, já que esta atividade era inerente ao cotidiano familiar rural, mesmo num período de grandes transformações em relação à estruturação do abate industrial e dos animais de produção na região. Dona Lucia Batista, que

era criança na década de 1960, ao ser questionada sobre o que pensava quando presenciava o abate de um animal, respondeu, “*a gente nem pensava, ficava bem faceira ainda*”. Já a Dona Senhorinha (novembro de 2018) contou que seus filhos viam e ajudavam matar os animais, embora sentindo dó, “*viam, ajudavam, depois que ficavam grandinhos ajudavam [...] quando eram pequenos corriam tudo de dó*”. E ao falar de si, afirmou: “*eu também tenho dó, sempre tive dó*”. Seu João Maria, que cresceu vendo seu pai abater animais acrescentou: “*eu custei a começar, tinha muita dó de matar, mas depois de em diante u mesmo matava*”. Nesta fala, além do elemento da construção da sensibilidade, podemos destacar a característica da tradição de sucessão de funções dentro das famílias, que era regrada pelo uso e costumes determinante pela moralidade social da época. Assim, seria leviano afirmar que devido à rotina do meio rural inserir, nos aspectos levantados até então, o abate na dimensão cotidiana da subsistência, sobrevivência e sociabilidade, que os sujeitos deste período e ambiente não possuíam preocupação ou nem sensibilização em matar animais para se alimentar, pois como já levantada por Claude Lévi-Strauss (2009, p. 211), quanto a visão geral desta questão na humanidade, “*tenham eles consciência ou não desse fato, um problema filosófico que todas as sociedades tentaram resolver*”. No outro polo acerca do abate estiveram afirmações, gerando antíteses de contestação em produções científicas, de que o racionalismo técnico, o volume de produção, a regrada e acentuada diminuição do tempo de convívio, a relação de produção oriunda da modernização advinda dos frigoríficos modernos e os complexos agroindustriais, extinguiriam a possibilidade de sensibilização e afeto por parte do homem para com o animal a ser abatido. Aparentemente opostos, estas duas situações bastante questionáveis estão em confluência com os diversos elementos que constituíram a concepção e percepção da pluralidade de interações antrópicas no ambiente, envolvendo a relação entre as espécies.

Reforçando a constatação do abate como parte intrínseca ao cotidiano, os relatos dos entrevistados apontaram que as ferramentas utilizadas para este fim nas famílias no meio rural eram as mesmas utilizadas em qualquer outra atividade do dia a dia, como disse Dona Senhorinha (novembro de 2018), “*faça dessas que o homem usava na cintura sempre*”. Mesa, forno (panelão de ferro ou de cobre usado para esquentar a água, fritar carne, cozinhar morcelas, fazer banha e torresmo), facões, vasilhames e outros, que eram usados nos abates de animais, eram utilizados para as demais atividades que necessitassem. O forno, por exemplo, poderia ser utilizado por diversas famílias. Com a expansão das relações capitalistas e racionalistas esta realidade modificou-se. As décadas de 1960 e 1970, também em Chapecó,

foram marcadas por profundas transformações no campo produtivo e das percepções de homem e de mundo, muitas vezes erroneamente tratadas de forma separadas. Estas percepções abrangem também a construção e transformação das sensibilidades em relação aos animais e ao universo de elementos que a engendraram em diferentes etapas, inclusive no abate.

Atualmente, a prática do abate na forma tradicional, no seio das famílias nas comunidades rurais de Chapecó, diferentemente de décadas anteriores, nem sempre está presente e não representa a principal fonte de obtenção de proteína para alimentação familiar. No entanto, mesmo que de forma esporádica e pontual, em algumas famílias se preserva o abate de animais comuns e nos moldes de uso e costumes antigos, seja por saudosismo, pelas características de texturas e sabores ou pela procura de uma alimentação mais próxima a natural, que ganhou adeptos a partir das contemporâneas discussões acerca dos danos à saúde humana e bem estar animais pela forma moderna de criar e abater o animal de produção. Contudo, na região e Chapecó, a discussão acerca do bem estar animal é fortemente marcada pela busca de qualidade de produtos cárneos, sendo que as novas sensibilidades em relação aos animais denotam um conservadorismo especista e categorizador, bem como de subordinação aos interesses de mercado, não sendo capaz de se estender a discussão aos animais que historicamente foram utilizados para alimentação humana, constituindo um cenário que não ameaça a soberania dos frigoríficos agroindustriais, neste espaço que ainda tem no abate animal em grande escala sua mola propulsora da economia e relações de produção e dependência cidade e campo. Então não há absurdo algum em identificar que a possibilidade de reflexão filosófica tendo no centro a abolição do abate animal e consumo de sua carne não encontre espaço e eco nesta sociedade ambiental e culturalmente desenvolvida sob os paradigmas do predomínio humano.

3 CAPÍTULO III – NOVAS SENSIBILIDADES

Percorrer um campo tão intenso e, por vezes, contraditório, que é o da construção das sensibilidades torna-se arriscado, e necessário na medida em que envolve a busca pela compreensão da formação histórica da representação do abate no meio rural em Chapecó – SC, décadas de 1960 a 1970 e a construção de novas sensibilidades em relação aos animais. Vale lembrar, que o município de Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, alavancou sua industrialização e polarização de influência e status, a partir de uma cadeia produtiva intrínseca ao abate animal em grande escala, a qual exponencialmente nas décadas de 1960 e 1970 permaneceu crescendo e se especializando, expandindo-se enquanto complexo agroindustrial, subordinando as relações do meio rural da região Oeste.

Tal trajetória não ficou a margem de sensibilidades locais e globais, inerentes à relação animal humano e não humano, ou como habitualmente é impregnado de juízo de valores em diferenciação especista, nos referimos à relação homem e animal. As sensibilidades em relação aos animais configuram amplo universo, o qual emergiu enquanto debate mundial principalmente a partir da década de 1970.

Debate urgente e repleto de permanências, embates, rupturas e diversidade, que em sua gênese, de forma mais localizada nos países ricos, foi protagonizado por movimentos sociais ecológicos e de bem-estar animal, geralmente compostos ou liderados por intelectuais, mas que ao longo dos anos foi assumindo, em resposta as contradições e desafios contemporâneos como a sobrevivência global, um formato de muitas faces enquanto questão de interesse internacional. Ora, uma história ambiental de Chapecó e da região Oeste que possibilita uma historiografia regional numa direção mais complexa e ampla, carece em suas conexões ter presente e atuante, recortes que contemplem a relação homem-animal no viés de uma interdependência ecossistêmica local e global, da qual emergem questões como a prática e representação do abate na configuração dos processos históricos, que estão moral e fisicamente marcados no território. Reciprocamente, discutir a construção de novas sensibilidades em relação aos animais, perpassa também em identificarmos o lugar do abate no cenário de concepções de mundo e de interações, suas normatizações legais e morais das décadas deste recorte temporal, em confronto aos debates atuais, e tendo em consideração paradoxos estabelecidos com Bentham, ainda no século XIX, Fraser, Singer, Regan e Francione, nos séculos XX e XXI, entre outros, que colocaram em foco elementos como animal na mente humana, o utilitarismo, a senciência, a dor e o sofrimento, princípios da solidariedade, do valor inerente a vida, etc. Por outro lado e amparado na reflexão de Levi

Strauss em *A lição de sabedoria das vacas loucas*, a urgência, frente a super população, escasses e degradação de espaços de produção, de repensarmos nossas fontes de proteínas, deixando de legar a produção e consumo de carne animal prioridade, já que alinhando-se ao pensamento deste autor, foi notório ambientalmente e socialmente os males do paradoxo de canibalismo instituído nas sociedades industriais.

Na procura de estabelecer tal paralelo, se apoiar em Thomas tornou-se relevante e possível, pois ele demonstrou as raízes da construção e transformações das sensibilidades inglesa em relação aos animais, no bojo das transformações dos processos históricos daquela sociedade, o que nos ampara na conclusão pela análise e não por anacronismo, que as sensibilidades dominantes, inclusive nas décadas de 1960 e 1970 em Chapecó, são frutos da trajetória histórica dos sujeitos deste espaço em sua dialética formação com a ambiência, colaborando e construindo-se em estruturação sócia econômica, cultural e no caso de Chapecó, legitimando a soberania do abate em grande escala dos frigoríficos modernos. Chapecó colocou o abate animal como força motriz de sua urbanização e civilidade, dinamizando sua espacialidade e crescimento, diferentemente de Chicago, berço dos frigoríficos modernos, e da Inglaterra, pois ambas já descreviam a espacialidade física e conceitual urbana industrial amplamente constituída. Como afirma Bosi (2014, p. 288), “em resumo, diferentemente dos EUA, no Brasil (e no restante do Cone Sul), os frigoríficos surgiram interiorizados, próximos aos rebanhos”. No caso de Chapecó e região, a oferta abundante de rebanhos de porcos.

A sociedade inglesa, segundo Thomas, nas instalações de matadouros modernos já haviam desenvolvido novas sensibilizações em relação aos animais e seu abate, na qual como Thomas, Dias observa ao dissertar sobre os abatedouros modernos a busca do afastamento da ideia do animal vivo, resguardando os sentidos da visão, do olfato e da audição do consumidor da cena da morte, pois não se queria vender a ideia da morte, mas de carne manipulada e comercializada, o que possibilita que o conceito de carne se configure na mente humana com status de produto assepticamente construída. Assim, o uso e definição do termo carne assumiram inúmeras conotações a partir de diferentes contextos, indo muito além da descrição fisiológica e etimológica, com origem na palavra grega *sarx*, a qual se refere a substância do corpo vivo, que reveste os ossos e é permeada por sangue.

Fora das cidades, [...] os matadouros estão ao mesmo tempo fora do campo, nas margens da humanidade urbana e da humanidade rural, igualmente separado [sic] do consumidor e do criador. Aquele pode ignorar de onde provém a carne que ele consome e este pode, simetricamente, ignorar para onde vai o animal que ele cria. (THOMAS, 1996, apud DIAS 2009, p. 23).

Na sociedade inglesa, Thomas apontou uma sociedade que foi construindo e reconstruindo as formas de se perceber, representar e legitimar suas interações, legando as transformações de sensibilidades em relação aos animais proporcional as transformações de si enquanto fenômeno coletivo, que envolve diferentes dimensões da sociedade. Com isso, a representação do abate situa-se num campo complexo envolvendo o lugar do animal na coexistência humana, de distanciamentos e aproximações, de bem estar, interesses e de direitos. À exemplo da Inglaterra pensada por Thomas, Chapecó sofreu transformações históricas que marcaram as sensibilidades em relação aos animais, e também não de forma homogênea. Então primeiramente, há de se considerar a coexistência de diferentes sensibilidades simultâneas em relação aos animais num mesmo dado espaço e época, observando forças desproporcionais, mas que marcaram diferenças ao padrão predominante. É identificável tal situação ao confrontarmos duas matérias de jornais de circulação em Chapecó e região, sendo uma da década de 1950 no jornal “Imparcial”, a outra da década de 1960 do jornal “A Folha D’Oeste”.

No jornal “O *Imparcial*”, a matéria atribuída a Newton Marques, de 11 de março de 1951, p. 2, intitulada “*Sirene – Aparelho de Tortura*”, um cidadão reivindica a suspensão do toque da sirene do cinema, cujo nome do cinema era “*Ideal*”, argumentando sobre o quanto o barulho produzido por ela era prejudicial aos cães. Na matéria, ao mesmo tempo em que demonstra interação e atualização com conhecimentos científicos e identificação com a preocupação do bem-estar dos animais, expressão presente explicitamente no texto, reforça a ideia de diferenciação especista entre homem e animal com base na detenção do raciocínio, “os mesmos possuem sensibilidade, sendo suscetível a dor e ao prazer e mesmo por serem, em algumas coisas parecidas a nós, pois que deles apenas diferenciamos, porque temos raciocínio”. Em outro trecho, emerge características de um utilitarismo e de contratualismo moral da relação homem e cão, com alguns traços de afeto recíproco, o solicitante caracteriza funcionalmente o animal aos interesses materiais e afetivos humanos, pois:

na classe zoológica encontramos uma série de animais que nos são uteis...temos o cão esse nobre e digno amigo...tem que merecer toda a nossa consideração, tanto pelo serviço que ele nos presta, cuidando de nossa casa contra ladrões, ajudando-nos no campo, no trato do gado, enfim em muitas coisas, como pela admiração que ele tem por nós, quando somos seus donos. (O IMPARCIAL, 1951).

Também é possível identificar a aceitação pelo autor da matéria, a ideia de cães como sujeitos de interesses, embora legando a eles a incapacidade de protegê-los, a não ser, como transcrito da reportagem, pelas “lamentações cruciantes dos pobres cães”, o que o filósofo

Ton Regan autor de “Direitos dos Animais e Obrigações Humanas”, de 1989, certamente atribuiria aos cães indistintamente a condição de pacientes morais. O autor da matéria atribuiu a proteção a um dever institucional às sociedades filantrópicas de proteção aos animais e o respeito a um dever moral da sociedade de uma cidade, no caso Chapecó, a qual ironicamente o autor atribui os adjetivos de cidade pequena e cidadezinha. Buscou-se também a sensibilização para o bem-estar dos cães a partir de informações clínicas sobre o aparelho auditivo canino, como legitimação científica a seu exposto.

Já na reportagem do dia 10 de fevereiro de 1968, no jornal Folha D'Oeste, sob a chamada “*Médico Chapecoense vai transplantar coração de cachorro*”, o que chama a atenção além da prática de vivissecção, que ampliou seu espaço e discussões no cenário laboratorial científico próprio do tecnicismo das décadas de 1960 e 1970, a prevalência do ufanismo científico racionalista e empoderamento técnico do homem em relação às demais espécies, foram os termos utilizados na descrição do ato, que retrata características da sensibilidade local predominante da época.

A exemplo do que acontece em diversos locais da orbe...famosos médicos estão efetuando transplantes de corações humanos, em Chapecó o doutor Rubens Carvalho Ruen, deverá durante mês de março próximo, efetuar o enxerto do coração de um cachorro, usando poucos recursos que conta a medicina em nossa região... veterano médico operador acentou que já prepara clinicamente dois cachorros gêmeos que servirão de cobaias para experiência inédita em Santa Catarina, quando auxiliado por seu filho, estudante de medicina, arrancará o coração de um dos animais para enxertar no outro. (FOLHA D'OESTE, 1968).

Este fato que representaria para época avanço civilizatório, um fruto da modernidade aos olhos da sociedade e da sensibilidade local, poderia ter uma repercussão muito negativa nos dias de hoje numa sociedade chapecoense que segundo o jornal Sul Brasil, de 29 de setembro de 2018, o poder público anunciou a inauguração do Vercão, um espaço destinado para o lazer animal, matéria de capa do jornal com a chamada “*Interação entre cães e seus donos*”. Então, atualmente os termos arrancar e enxertar, tanto quanto o próprio ato de utilizar animais como cobaias, poderia ganhar a conotação de barbárie frente as novas sensibilidades, para uma gama da sociedade, em especial participantes da era do Bem-Estar Animal, pois preparar clinicamente os cães para algo alheio a seus interesses e para uso da ciência feriria os princípios morais dos direitos dos animais defendidos por Regan. Ao contrário do princípio do valor inerente a vida de todos os seres e da dimensão paradigmática evocada por Regan, parte das pessoas envolvidas nas sensibilidades desenvolvidas na era das discussões do Bem-

Estar Animal, não aportam o mesmo sentimento quanto ao consumo de produtos com origem de abate animal.

Mais do que antagônico, tal circunstância mostrou-se reveladora de marcas importantes de sensibilidades na interação homens e animais, que se desdobram em permanências de elementos constituintes das sensibilidades presentes nas décadas de 1960 e 1970 no interior e cidade de Chapecó. Destas marcas, pela convergência com análise proposta na pesquisa, se destacaram três, as quais o final do século XX e ainda na segunda década do século XXI altercam a pauta de discussões filosóficas e jurídicas. A primeira, o especismo como princípio do utilitarismo e legitimador do predomínio humano. A segunda, uma categorização atribuindo diferentes níveis, valores e sensibilidades em relação aos animais de mesma espécie, demonstrando um dever moral desproporcional diferenciando-os entre níveis como domésticos, de estimação, de consumo, animais de produção, de tração, selvagens, entre outros, se comunicando com uma categorização escalar dentro da própria espécie humana presentes em inúmeros eventos históricos. A terceira, em torno da negação, manipulação ou ocultação sensorial que incidem diretamente na construção e representação mental dos fenômenos, no caso de construção e desconstrução do animal na mente humana. Ocultar e minimizar estrategicamente sofrimento e dor, em especial no abate, ancora fundamentos para negar ou não relacionar o ato do abate a um ato de arbitrariedade e crueldade, no entanto não muda sua factualidade, neste sentido, o racionalismo técnico dos frigoríficos e da modernização da produção fizeram uso de diferentes terminologias e linguagens em torno do abate e oferta da carne. “A morte, nesse caso, é uma condição produtiva em meio a inúmeras atividades necessárias para a produção da carne. Sendo assim, a morte do animal não é tida como um crime, nem uma fatalidade, mas uma operação produtiva”. (PERROTA, 2016, p. 156).

Sobre o especismo enquanto princípio do utilitarismo e legitimador do predomínio humano, Thomas, embora analisando a sociedade inglesa, inspira caminhos para identificar e entender o especismo na construção das diferentes sensibilidades em relação aos animais em Chapecó a partir das décadas de 1960 e 1970, já que ele identificou e trouxe à superfície os diferentes alicerces que sustentaram na sociedade Inglesa em quatro séculos a ideia de distinção e superioridade da espécie humana frente às demais, com construção de diferentes sensibilidades nesse percurso. Em tempos distintos, assim como na Inglaterra, em Chapecó houve a prevalência da ideia do predomínio humano no decorrer de sucessivas transformações no bojo de suas sociedades. Em ambas, se identificou um percurso de sociedades estruturadas

com bases em uma sólida moral cristã que gradativamente foi agregando a busca de se organizar no âmbito do racionalismo científico e produtivo, uma sociedade agrária para uma sociedade industrial. No entanto o especismo prevaleceu amparado pelas duas lógicas, seja a moral religiosa legitimando a superioridade humana por atributo divino, ou pela lógica científica racionalista que legou a faculdade da razão atribuída somente aos humanos a característica legitimadora deste especismo.

Nas décadas de 1960 e 1970 em Chapecó, a lógica produtiva rural e o processo de urbanização estavam em trânsito para um viés racionalista científico, no qual emergiu em grande escala o conceito e figuração do animal de produção e o produtor especializado na região, aprofundando ainda mais a ideia do predomínio humano religiosamente consolidado, pois naquele momento, em pungente “Grande Aceleração”, o homem descobria-se mais poderoso, já que ao criar para abater no intuito de capitalizar-se com a morte destes animais, tecnicamente modificava características, excluía espécies, transgredia o tempo natural de crescimento com a aceleração produtiva inversamente proporcional ao tempo de vida dos animais e a possibilidade de afetividade entre produtor e produto.

O especismo prevaleceu, tornou-se presente como uma das permanências do passado, transpôs oceanos, séculos e processos, não apenas até Chapecó e sim na sociedade ocidental como um todo, embora seus fundamentos nem sempre fossem os mesmos, continuou regando a conduta antrópica na relação com o meio natural, fauna e flora, seja a nível de cultura moral ou a nível legalmente constituído. No entanto, e diferentemente da percepção da sociedade chapecoense e oestina das décadas de 1960 e 1970, atualmente frente a grande desafios ecológicos, resultados de pesquisas de comportamento e inteligência e senciência animal, bem como ampliações de sensibilidades que abominam qualquer tipo de sujeição entre as espécies, a legitimação do especismo tornou-se uma questão de grande debate mundial, pois não houve um consenso do que realmente diferencia o homem dos outros animais e nos credencia a ignorar seus interesses e a interdependência entre as espécies. Tal debate atinge e prescreve revisões e reestruturações na sociedade, na qual pelas relações de poder, sobremaneira no econômico, não encontraram os ecos necessários.

A segunda marca, tão presente nas décadas de 1960 e 1970 no interior e na sociedade chapecoense como um todo, e que não deixou de estar intimamente relacionada com o especismo, refere-se à categorização e atribuição de diferentes valores e sensibilidades em relação aos animais, demonstrando um dever moral desproporcional, diferenciando-os em categorias a partir da relação de valor utilitário atribuído pela espécie humana,

independentemente da acepção biológica de espécie enquanto conjunto de organismos semelhantes entre si, capazes de se cruzar e gerar descendentes férteis.

Esta premissa pode ser identificada na matéria do jornal Folha D'Oeste de agosto de 1974, com o título “*Malvadeza*”, referindo-se à ação de agentes da prefeitura de Chapecó para eliminar cães de rua, categorizados por vira-latas, no meio urbano:

É triste, meus senhores, termos que fazer este apelo às nossas autoridades, ao Sr. Prefeito Municipal para que cessem com essa arbitrariedade contra os cães, o melhor amigo do homem. Julgamos que o Sr. Prefeito Municipal, não sabe como os encarregados desse serviço estão dando estes venenos, aos cães. Em vez de darem para esses cachorros vira-latas que andam soltos pelas ruas, nos parece que fazem questão de darem para cachorrinhos de estimação, esses que se criam dentro de casa para entretenimento das crianças. Porque não cumprem o código de Postura, que diz “todo o cachorro solto pelas ruas seja preso e 72 horas depois será sacrificado se não for retirado”, só assim os que têm cachorros, vão mantê-los sempre presos, e não veremos mais estas malvadezas para os pobres bichos. (FOLHA D'OESTE, 1974).

Neste trecho, marca diferentes juízos de valores para elementos da mesma espécie, com diferentes obrigações morais humanas e legais sobre eles, já que lega ao cão de estimação a legítima proteção da vida, negando-a ao cão vira-lata. Fica evidente o caráter utilitarista neste episódio, pois o abate de cães pelos funcionários da prefeitura foi questionado frente ao sofrimento afetivo do humano que os possuía, neste caso as crianças que os tinham para entretenimento. Outro aspecto relevante refere-se à regularização legal de interação homem e animal nas sociedades com ordenamento jurídico constituído, em quais se ordenam e delimitam o poder de obrigações e direitos no e do Estado, traduzindo-se em ações do poder público, no caso do Brasil as leis que se referem aos animais tiveram suas trajetórias atreladas à ênfase de questões sanitárias e mais recentemente ecológicas.

Mesmo a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, de 15 de outubro de 1978, que representou um marco na história dos movimentos em prol dos direitos dos animais, não se eximiu de categorização nem se desvinculou totalmente do viés do utilitarismo e predomínio humano, o que fica evidente em seu artigo 7º que diz: “animais destinados ao abate deve sê-lo sem sofrer ansiedade nem dor”, implicitamente legitima a aceitação de diferentes categorias e tratamentos dentro de uma mesma espécie, entre elas de animais destinados ao abate para consumo humano.

A naturalização e aceitação do abate animal para consumo humano, enquanto produto dinamizador de capital, nas sociedades ocidentais ganharam forças com os avanços e especialização científica do século XIX, que com preceitos darwinistas evolucionistas, deram

sustentação a teorias que colocaram o alimento carne como elemento central no processo seguro de encefalização da espécie humana. Contudo, a quantidade de produção e consumo ampliou-se de forma extraordinária principalmente nas sociedades industriais capitalistas e urbanizadas. Thomas evidenciou na sociedade inglesa, berço da Revolução Industrial, que o abate, venda e consumo de carne era no século XIX muito superior aos estados europeus menos urbanizados. Outro aspecto discutido por Thomas foi a periodicidade e quantidade do consumo de carne como status social. Como na sociedade inglesa, em Chapecó nas décadas de 1960 e 1970 com o processo de intensificação da agroindustrialização que impulsionou sua urbanização, elevou localmente o abate animal como processo de gerar a carne enquanto um produto comercializável em grande escala, em especial para uma sociedade local e nacional cada dia mais distante da subsistência e da proximidade com os animais, bem como mundialmente pelas reorganizações do mercado mundial de produção e trabalho.

Consolidou-se a categoria do animal de produção, o que tem por finalidade a produção da carne e de existência do lucro, possível e participante em uma sociedade baseada em produção e consumo, ampliando-se na segunda metade do século XX. Neste sentido observa Adams (2018, p. 87):

o processo literal de transformar violentamente animais vivos em animais mortos consumíveis é emblemático do processo conceitual pelo qual o ponto referencial do consumo da carne é mudado. As culturas que adotam carne industrializada, como os Estados Unidos e Grã-Bretanha, exemplificam o processo pelo qual os animais vivos são eliminados da ideia de carne.

Segundo Fraser (2012, p. 25), “a produção animal dos países industrializados sofreu grande modificação quanto a uso de métodos mecanizados de produção, geralmente envolvendo sistema de ‘confinamento’”. Tal circunstância que de acordo com o autor deu-se a partir da Segunda Guerra Mundial, sendo demandada pela otimização e aceleração produtiva, uma interface da Grande Aceleração, demandando racionalização produtiva de recursos e espaços, e que gerou nesses países críticas e manifestações que influenciaram na construção de legislações específicas e posteriormente a ciência do Bem-Estar Animal. Tal sistema, ao ser transplantado para as cidades espacialmente distantes aos centros industriais mundiais, como Chapecó, que teve seu grande sopro de industrialização nas décadas de 1960 e 1970, reproduziram as condições iniciais dos países industrializados e novamente com foco apenas na racionalização e aceleração da produção.

Outro aspecto da existência da categorização semelhante a especista, foi que historicamente estendeu-se entre os membros da própria espécie humana, deixando marcas profundas de domínio e sujeição humana como a escravidão, extermínio em massa e posturas sociais sexistas, num processo de dominação, exploração, restrição, maus tratos e exclusão de acesso a bens e direitos. Nisto se concentrou diferentes referenciais para a promulgada separação entre homens e animais, bem como entre homens e homens, legando diferentes patamares de humanização e privilégios nas relações estabelecidas, que invariavelmente consideravam apenas os interesses da categoria dominadora. Neste processo, faz sentido a reflexão de Adams (2012, p. 302) sobre o tratamento sexista. Ela sugere um esquema explicativo, que já nas duas primeiras linhas deste esquema apontam profundas reflexões, as quais ao serem confrontadas com uma categorização mais ampla, ajuda entender diversas relações categorizantes que foram construídas e provocando permanências, pois resumidamente inscreve um humano humanizado que constrói em suas relações um humano animalizado e um animal humanizado. As discussões de Barrau sobre o escravo humano usado como animal de tração ou as discussões de Singer sobre os interesses dos animais e de Fraser sobre a privação de comportamento típico da espécie aos animais ou de produção, de laboratório ou de estimação, encontram alusão a essas primeiras linhas do esquema de Adams, além da animalização feminina tão discutida por ela e representada na terceira linha do esquema.

A terceira marca é a negação ou ocultação do sofrimento e dor, usado também como fundamento para distanciar o ato do abate ao de tirar a vida de um ser vivo independente de sua vontade ou do sofrimento gerado, imperando uma impossibilidade de pensar a abolição dos animais ao abate, à exploração e experimentos, construindo um conforto moral para a sociedade humana. Neste processo destacaram-se alguns aspectos, como o afastamento do público ao espetáculo do abate, o aprimoramento técnico como um instrumento moral de um tratamento ético legado a insensibilização da tensão e sofrimento envolvidas no abate do animal, provocando um conforto moral aos consumidores dos produtos resultante deste processo, e por fim a linguagem utilizada tanto no âmbito de abatedouros e frigoríficos com termos que separem a ideia de morte “humanizada”, como as estratégias audiovisuais que produzem a ideia de um certo consentimento e até satisfação do animal em ser abatido e devorado.

Além do animal de produção, os animais de laboratórios cuidados nos biotérios, são criados para viver e morrer de acordo com o tempo, modo e objetivo estabelecido pelo

humano. Para balizar a dimensão de influência do afastamento, negação e ocultação da dor e sofrimento para insensibilização humana ao sofrimento dos animais, ponderamos se a primeira sociedade francesa em defesa dos animais seria fundada em 1860 pela esposa e filha do fisiologista Frances Claude Bernard, se elas não soubessem e convivessem de forma próxima e continua com os gritos e sofrimentos dos animais, já que Claude mantinha um laboratório e um biotério no porão de sua casa?

Em sociedades em que as sensibilidades em relação aos animais estiveram mais desenvolvidas, o afastamento da ideia do abate e sofrimento animal e humano foram utilizados para construção de um conforto moral e evitar retaliações. Enquanto nas sociedades em que generalizadamente se naturalizou os maus tratos a animais e humanos no cotidiano, houve uma lenta caminhada para sensibilização mais reflexiva, empática e solidária. O Fraser (2012, p. 39) , relata sobre o artista britânico William Hogarth que no século XVIII, escancarou a crueldade para com os animais no cotidiano, com uma série de gravuras intituladas “*O Segundo Estágio da Crueldade*”. Ele buscava provocar a reflexão não apenas em relação aos maus tratos aos animais, mas à extratos humanos, bem como o melhoramento moral daquela sociedade.

Neste paralelo de naturalização e sensibilização, a segunda metade do século XX, foi sui generis, em especial pela crescente influência dos movimentos ecológicas e de Bem-Estar Animal que se estabeleceram em muitos países. Mesmo assim a segunda metade do século XX, foi palco de inúmeros experimentos envolvendo uso de animais. De acordo com a reportagem da BBC, outubro de 2002, um caso bastante famoso foi o da cadela Laika, que era de rua e tornou-se o primeiro ser vivo a orbitar nosso planeta em 1957. No entanto, a revelação de sua morte por calor e pânico horas depois do lançamento foram divulgadas apenas em 2002, contrariando a promessa e a divulgação soviética da época, de uma morte sem traumas e sofrimento. Nota-se que houve uma preocupação de afastar a ideia de sofrimento e dor, embora não foi constrangedor e foi melhor aceito pela sociedade mundial da época a ideia que ela não voltaria, mas gozaria de conforto e uma morte indolor. Também, persistindo o ideário positivista tão difundido nas guerras do século XX de dar a vida pela pátria, num cenário mundial patriótico, fundamentalista e dualista entre o bem e o mal da Guerra fria, se construiu neste episódio uma apologia ao heroísmo de morrer para o avanço da humanidade, como se a cadela pudesse escolher. Ideia amplamente questionada, em especial a partir dos movimentos ecológicos e de Bem-estar animal das décadas de 1960 e 1970, mas que perdura até os dias de hoje e configura os debates sobre o sacrifício e uso de animais

vivos pela ciência, prática identificada desde a antiguidade clássica e que não ficou a margem de discussões morais acerca de sua validade. Com os movimentos do Bem-Estar animal a partir das décadas de 1960, foram cada dia mais debatidas e refletidas no âmbito das legislações que regularam e normatizaram os procedimentos e ambiências em biotérios e laboratórios de diferentes países. Convencionando o que seria um tratamento ético humanitário e a tentativa de redução e substituição de animais para esses fins, especialmente com as possibilidades de simulação matemática, informática e uso de células armazenadas.

Mesmo longe dos grandes centros científicos, alguns experimentos com animais repercutiam em Chapecó. No jornal Folha D'Oeste de agosto de 1969, circulou na cidade de Chapecó e região a notícia “*15 meses numa gruta*”. Ela descrevia o experimento do espeleólogo Milutra Velkovic na gruta nas proximidades de Samar na Iugoslávia, que pretendia ficar no interior da gruta explorando-a por 15 (quinze) meses, tendo contato com o mundo exterior apenas por uma linha telefônica. O interessante que Milutra levou galos, galinhas, um cão e um casal de patos selvagens para, segundo o texto da notícia, “estudar também as modificações biológicas que possam ser causadas nos animais pela prolongada permanência no subsolo”.

Tal notícia incrementava o estopo e a manutenção das sensibilidades acerca dos animais nas décadas de 1960 e 1970 em Chapecó, pois corroborava com utilitarismo e com a aura cientificista e tecnicista que se desenvolvia simultaneamente a construção da predominância do animal de produção na região, a qual legava a ciência e a técnica a explicação, solução e expectativas frente a realidade. Contudo, concordando com Fraser, a ciência não substituiu os parâmetros religiosos nas sociedades ocidentais. Em Chapecó, de população majoritariamente cristã nas décadas de 1960 e 1970, os parâmetros religiosos ainda permaneciam enquanto alicerce importante da moral social dos chapecoenses e fundamentaram o predomínio humano, a diferenciação entre homens e animais, mesmo quando o ponto crucial fosse a razão, esta era atribuída a uma dádiva divina.

Se a ciência simplesmente não substituiu nossa mitologia animal de verdade como substituiu a ficção ela certamente não ficou sem influência. De fato, a ciência, como um componente valorizado na cultura ocidental, provocou mudanças importantes em nossas crenças factuais sobre os animais, e, fazendo isso, teve (eu acredito) uma influência importante na nossa crença ética. (FRASER, 2012, p. 58).

A ciência e seus avanços poderiam e por muitas vezes foram interpretados como prova da superioridade humana divinamente constituída, como evidenciado na matéria “*A Lua foi*

conquistada: o maior feito da humanidade”, de 25 de julho 1969, da Folha D’Oeste, de circulação regional, na qual ao relatar o retorno dos astronautas da lua, afirmava, “uma prova da inteligência do homem feito a semelhança de Deus. Uma oração de Deus que permite seus filhos descubram mistérios insondáveis do Universo”.

Por sua vez, a ciência carrega, possibilita e impõe um aprimoramento técnico constante, o qual no âmbito do abate e produção animal, esteve para além de padrões sanitários, exatidão e eficiência produtiva, que foram um diferencial dos abatedouros e frigoríficos modernos, mas tornou-se um instrumento moral preconizando um tratamento ético ao abate, identificado também pela eficiência na insensibilização do animal, prelúdio do abate humanitário, provocando um conforto moral aos consumidores dos produtos resultante deste processo, enquanto no meio rural o abate para consumo familiar conservou os costumes e tradições incorporando novas possibilidades de conservação com o acesso a eletricidade e eletrodomésticos. A necessidade do aprimoramento técnico, face do rigor científico como instrumento moral para um tratamento ético ao abate, firmou-se frente aos movimentos ligados ao bem-estar animal e uma maior sensibilização social mais generalizada, por outro lado foi agregando valor financeiro e garantindo mercado para as produções, que foram se adequando as exigências do cenário mundial. Segundo as médicas veterinárias Trecenti e Zappa (2013, p. 3), “cuidados que garantam o bem-estar dos animais são de grande importância em cada etapa da cadeia produtiva, promovendo a obtenção de matéria-prima de elevada qualidade e com alto valor agregado”. Se por um lado o peso do viés econômico, por outro pesaram a existência de sensibilidades atentas à dor e sofrimento, a questões ecológicas conexas ao princípio da solidariedade entre as espécies.

Não há como descartar que a preocupação com o sofrimento e dor esteve presente também nos abates domésticos rurais em Chapecó, inclusive no contexto das décadas de 1960 e 1970, já que algumas pessoas se consagravam na família ou na comunidade como bom carneador por dominar pela experiência a técnica mais eficaz e rápida de abater, acertando em uma única facada o coração ou o sangrador do animal, providenciando morte rápida ao animal e supostamente indolor. Tal prática de abate doméstico, como também a da pesca e caça, configuravam na história brasileira um ordenamento cultural a nível de costumes e de uso em comum de recursos ambientais, de onde as técnicas e instrumentos utilizados sintetizaram elementos da cultura do colonizador, estrangeiros e de nativos. No período de colonização brasileira, já haviam prerrogativas jurídicas reguladoras advindas das metrópoles, da relação entre homens e animais, sendo que os animais foram considerados bens ambientais em que o

comércio de produtos de origem animal se desenvolvia. Neste sentido, a preocupação em regular a caça dos animais foi contemplada nas ordenações Manuelinas de 1521 a 1595, que proibiam a caça de bois, lebres, coelhos e perdizes. Já nas ordenações Filipinas, segundo Grey (2018, p. 2), “foi declarada a proibição de queimadas, a matança de abelhas e de caças defesas. Ainda no que se refere a fauna, foram proibidas as pescarias com o uso de determinados métodos e em certas épocas”. Nota-se nas ordenações o caráter punitivo e econômico. Ao contrário do código civil de 1916, que tratava os animais como bens semoventes enquanto objetos de propriedade, no Decreto nº 16.590 de 1924 houve a preocupação explícita com a crueldade em relação a algumas atividades envolvendo os animais no âmbito do lazer e jogos como rinhas. Em 1934, pelo Decreto nº 24.645 de 10 de julho, houve um grande avanço quanto a preocupação e legislação de combate da crueldade e previsão de bem-estar animal. Já no artigo 1º previa multa e prisão aos que empregassem maus tratos aos animais, tanto nas vias públicas e privadas, e no artigo 3º caracterizava através de trinta e um incisos o que seriam maus tratos aos animais. Também neste decreto se normatizou a autonomia das municipalidades em estabelecer o peso da carga por veículos a ser puxado por animais. A importância do animal de tração nas cidades brasileiras na primeira metade do século XX, pode ser evidenciada, em Petille (2012) a partir dos dados do quadro 3 da página 115, sobre a cidade de Chapecó, que até a década de 1950 o meio urbano que concentrava apenas 11% da população, e contabilizava entre carroças de frete e particular puxadas a tração animal 234 unidades, confrontada com 30 automóveis, 99 caminhões, 16 jeep e 1 motocicleta. Não surpreende que neste município nas décadas de 1960 e 1970 não havia regulamentação sobre o peso da carga no veículo para cada animal de tração. Tal preocupação vai se dar no âmbito de leis que regulamentaram a circulação e a gradativa extinção desta circulação no meio urbano, sendo que em 2003 pela Lei Ordinária nº 4.583/2003 eram de até 400kg.

Embora, inovador para a época e dotado de medidas de proteção aos animais de trabalho e produção, o Decreto nº 24.645 de 10 de julho de 1934, o qual foi revogado em 1991, carregava um caráter especista com o princípio da racionalidade para diferenciar homens dos animais pela expressa categorização do artigo 17 do decreto. Também não fugiu ao utilitarismo reforçado no inciso 2º do artigo 14, o qual prescreveu o abate aos animais apreendidos e que não estivessem em condição de prestar serviço de interesse ao homem.

A caça a animais silvestres no Brasil foi proibida em 1967, pela Lei nº 5.197/1967. Sucessivamente no Brasil leis e decretos envolvendo a fauna e regulando a interação homem-

animal pairaram entre questões de direito a propriedade, ambientais e produção, por vezes incorporando ou não atenção a crueldade e maus tratos. O art. 255 de 1988 da Constituição Federal legou o poder ao Estado de vedar práticas cruéis contra animais e em 1998 a Lei de crimes ambientais reforça esta premissa. Ao longo do século XX, houve a estruturação de uma legislação específica voltada a padrões de abate animal para produção da carne, majoritariamente ligadas a questões sanitárias, sendo que entre avanços e retrocessos a legislação brasileira foi traduzindo além dos caminhos econômicos e sanitários, a incorporação das pautas de movimentos e exigências de boas práticas para o Bem Estar animal na cadeia produtiva, frente a maior sensibilização ao sofrimento animal, e teve como princípio viabilizador o conhecimento técnico científico disponível, o qual ganhou dimensão e legitimação com o desenvolvimento da ciência do Bem-Estar Animal. Segundo Fraser (2012, p. 26), “a ciência do Bem-estar animal surgiu não motivada pela curiosidade e sim para dar respostas as preocupações éticas de como tratamos os animais”.

As necessidades e padrões técnicos como as expectativas de um conforto moral frente ao abate animal se traduziram em protocolos e normativas oficiais em diversos países, legando teor de comprovação técnico-científica aos procedimentos do abate, o que se convencionou como “abate humanitário”. No Brasil, a Instrução Normativa nº 17, de 16 de julho de 1999 da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura apresentou regulamento técnico de métodos de insensibilização para o “abate humanitário” de animais de açougue, e a Portaria nº 3 de 17 de janeiro de 2000, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento definiu os parâmetros do “abate humanitário”. Em ambas ficou aparente a grande preocupação da relação do bem-estar animal com a qualidade do produto resultante.

O abate humanitário pode ser definido como o conjunto de procedimentos técnicos e científicos que garantem o bem-estar dos animais desde o embarque na propriedade rural até a operação de sangria no matadouro frigorífico. O abate de animais deve ser realizado sem sofrimentos desnecessários. Onde as condições humanitárias devem prevalecer em todos os momentos precedentes ao abate. O trabalho apresenta formas de transporte, manejo nos currais, insensibilização e sangria, para que promova garantia da qualidade do produto final, “carne” e o bem-estar dos animais. (TRECENI e ZAPPA, 2013, p. 2).

Analogamente ao rigor técnico científico empregado no abate animal, em especial ao abate humanitário, o termo rigor da morte empregado por Dias (2009) expressa de certa forma a habilidade de ludibriar e banalizar a dor ao tirar a vida de um outro ser vivo por interesse da espécie humana. No conceito e concretização do abate humanitário, são encontrados princípios que minimizam o remorso ao confortar na mente humana o afastamento da

crueledade do abate, mas ao mesmo tempo afastam possibilidades da ideia de abolir o abate sistematizado de animais para produção e consumo humano, ou seja, de pensar novas interações sem a carga mercadológica e de predomínio, o que seria uma verdadeira revolução no desenvolvimento da humanidade, e um grande desafio para as sociedades como a da cidade de Chapecó, que pautou sua cadeia econômica e modernização a partir do abate industrial, num contexto de interação da permanência do predomínio humano.

Contudo, a introdução das regras de bem-estar animal e o abate humanitário contemplam sensibilidades e revisões do próprio conceito humano em si e da natureza não de formas opostas, mas congruentes e dialeticamente correspondente e interdependente.

A ideia é que a elaboração e a introdução das regras de bem-estar animal e abate humanitário são expressão do reconhecimento de que os animais, mesmo os chamados animais de produção, possuem emoções que deveriam ser levadas em consideração. (PERROTA, 2016, p.141).

Neste sentido, na segunda metade do século XX, com ênfase a partir das décadas de 1960 e 1970, as discussões, as pesquisas e seus resultados em vários campos das ciências humanas e da natureza, em especial da ciência do Bem-Estar animal e princípios da bioética, confrontaram-se, somaram-se ou desencadearam óbice filosófico e ações em favor do bem-estar animal, conseguindo alocar no cenário coetâneo não apenas acadêmico, mas também produtivo, jurídico e social, evidências adequadas ao rigor científico quanto a senciência animal e a proximidade genética outrora desconhecida e repudiada entre espécies, abalando paradoxos fundamentais do predomínio humano, de certa forma invalidando, mesmo que parcialmente, a moralidade tradicional ocidental baseada em uso e costumes.

[...] entretanto, o contexto cultural inclui um elemento adicional que não tinha sido tão proeminente anteriormente. Esse elemento é o respeito a autoridade da ciência e a crença que a pesquisa científica pode ajudar a resolver questões atuais difíceis. Assim, confrontadas com um dilema ético antigo, as pessoas do Ocidente fizeram algo no final do século XX que não tinha acontecido nas interações anteriores do debate: elas passaram a considerar (em parte) a orientação da ciência. (FRASER, 2012, p. 47).

Foi abalado o limite que estabelecia as diferenças entre as espécies, já que a senhora ciência, com seus métodos e técnicas exigiam materialmente provas de cristalizadas verdades sobre o homem e a natureza, que eram consagradas somente pela fé e tradição, mesmo sob contestação de parte da sociedade que embora minoritariamente estiveram presentes na história da humanidade.

Caso haja aqueles que ainda acham que é possível encontrar alguma característica relevante que distingue todos os seres humanos de todos os membros de outras espécies, eu referirei...alguns humanos estão claramente abaixo do nível de consciência, autoconsciência, inteligência e senciência de muitos não-humanos. (SINGER, 1989, p. 83).

Ora, não se chegou a um denominador comum sobre se e o que diferencia homens de animais. Costumou-se pela tradição, seja pela moral religiosa ou pelo discurso naturalista, como alerta Adams, naturalizar o homem como predador e carnívoro. Ao primeiro legar o direito à premeditação sistemática da vida e da morte do segundo sem a consideração de seus interesses. Um grande passo foi balizar quem são sujeitos de interesse, então com a grande contribuição da validade de comprovação científica e desenvolvimento da neurociência, filósofos como Singer, elegeram a senciência como parâmetros para estabelecer também não humanos como sujeitos de interesses. Senciência, segundo o dicionário on-line Aurélio, é entendida com a capacidade de sentir, de entender ou de perceber algo por meio dos sentidos, e foi usada por Singer para imputar aos não humanos a sensibilidade de sofrimento nos processos que antecedem e compõe o abate.

Tais discussões durante décadas configuraram movimentos, produções, leis e documentos, segundo Campello e Barros (2018, p. 101), sobre a Declaração Universal do Bem-Estar Animal proposta no ano de 2003, na Conferência em Manila, sustentava a ideia: “é imperioso tentar que a referida declaração também milita em favor do princípio da solidariedade entre as espécies, pelo reconhecimento de que os animais são seres sensíveis [...] o animal deve ser encarado por sua parte física e pelo seu viés psicológico”. Desde sua origem e uso, a bandeira do Bem-Estar Animal e a construção de novas sensibilidades apresentou várias faces, nem sempre convergentes, e em muitas delas conservadoras de especismo e de categorização.

No entanto, nas décadas de 1960 e 1970 esses debates ficaram distantes de Chapecó e região, já que naquele contexto a repercussão foi mais localizada, por ser um movimento recente em países com cultura industrial mais desenvolvida, ao contrário atingiriam diretamente a estruturação do abate em grande escala. Chapecó, nas décadas de 1960 e 1970, como grande parte da sociedade brasileira, a morte de outros animais para satisfação dos interesses humanos era sentida como uma normalidade intrínseca ao ciclo natural. Sujeitos e grupos sensíveis a esta mentalidade representavam a exceção e eram encarados como estranhos. O contexto da sociedade chapecoense de boa parte do século XX, era de uma

sociedade onde a grande maioria ainda se escandalizava com as previsões do monge do Contestado sobre os cachorros que seriam tratadas como crianças.

O Bem-Estar Animal em uma cidade como Chapecó assumiu sua face ligada a qualidade e rendimento produtivo, que leva em consideração os conceitos gerais estabelecidos pela ciência do Bem-Estar Animal, “veterinária (doenças e lesões), questões nutricionais (sede, fome, desnutrição), questões ambientais (desconforto) e questões comportamentais (liberdade para executar comportamento natural)”. (FRASER, 2012, p. 333), bem como as portarias, decretos e normativas ligadas ao abate humanitário. Tais prerrogativas em Chapecó foram sendo incorporadas a criação de animais e o abate ligados a comercialização, no meio rural, mesmo que de forma menos periódica e não mais presente em todas as propriedades, o abate, costumeiramente chamado de carneação, para consumo familiar continuou de acordo com os costumes e tradição.

Dentro da cultura familiar, o dia da carneação de animais de médio e grande porte, como porcos e bovinos, tinha uma organização e linguagem própria na lógica do cotidiano familiar, onde cada membro da família tinha sua função de acordo com os costumes e habilidade, e para cada momento existia um termo, como sangrar, pelar, tirar o couro, degolar e no caso de animais de pequenos portes como aves o depenar e o destripar, que eram diretamente proporcional a visualização ritmada da morte pelo abate. No entanto, a linguagem utilizada tanto no âmbito de abatedouros e frigoríficos com termos que separem a ideia de morte, como as estratégias audiovisuais que produzem a ideia de um certo consentimento e até satisfação do animal em ser abatido e devorado, foram diretamente proporcional à institucionalização do abate e o desenvolvimento de novas sensibilidades e como adverte Adams, o processo com o referente ausente.

Adams (2018, p. 109) argumenta: “vivemos numa cultura que institucionalizou a opressão dos animais pelo menos em dois níveis: em estruturas formais – por exemplo matadouros, açougues, zoológicos e circos – e por meio da linguagem”. Em Chapecó e região, nas décadas de 1960 e 1970, as Feiras agropecuárias marcaram o processo de institucionalização frigorífica, pois como a EFAPI em Chapecó, funcionaram como vitrine para incorporação e exibição do animal de produção. As linguagens empregadas nos açougues e frigoríficos modernos cuidam para consolidar a esfera do referencial ausente, no caso o animal, funcionando tão bem que desassociou qualquer possibilidade do termo carne ligar-se ao animal morto, tanto que atualmente e de grande prospecção de mercado se consolida a carne vegetal, bem como um anestesiador de pretensa consciência politicamente correta, a

carne orgânica. O jogo da linguagem é hábil, ou como diz Adams (2018, p. 108), “a linguagem como máscara”.

O uso da linguagem, seja sua terminologia técnica ou suas linguagens áudio visuais, pela indústria da carne mundial foi eficaz em estabelecer uma perspectiva moral em torno do abate e consumo da carne que separem a ideia da morte de humanos e não humanos, bem como de sofrimento e dor. A manipulação da linguagem foi tão astuta em ludibriar sensibilidades que consagra a mentalidade de que houve um certo consentimento e até satisfação do animal em ser abatido. Este fenômeno pode ser identificado em comerciais da época e atuais. Em Chapecó na década de 1970 a Sadia S/A, atual BRF, lança o famoso Mequetrefe, uma alegre ave que adorava ser servida, sendo que em um dos comerciais na televisão em que uma típica dona de casa de família nuclear patriarcal burguesa, estava arrumando a mesa para servir o almoço, o feliz, bem equipado e rápido Lequetreque, empreende da Sadia uma corrida até chegar ao prato de servir, o qual estava ornamentado com legumes e saladas em cima da mesa, onde ele rápido e satisfeito deita-se para ser servido. Muito emblemático e revelador.

Figura 4 – Passe o leitor do Código QR e assista o comercial:



Fonte: disponível em: <<http://youtube.com/watch?v=EL44VFeQM2I>>. Acesso em 18 de dezembro 2018.

Muitas variáveis construíram a nível local e global as décadas de 1960 e 1970, ambas foram marcadas mundialmente pelos movimentos ecológicos e de bem-estar animal em ascendência proporcional ao avanço do abate em grande escala, representado pela consolidação dos frigoríficos e da agroindústria em detrimento as formas tradicionais como nas charqueadas e a carneação. Historicamente se construiu diferentes sensibilidades em relação aos animais, enquanto fenômeno social, entre diferentes gerações, podendo ser refletidas pelas específicas trajetórias históricas dos grupos sociais que pertencem. No entanto, algumas permanências como o predomínio humano e a lógica produtiva de maior

lucratividade crivaram as discussões frente ao bem-estar animal e abate humanitário, em especial em uma cidade que construiu sua urbanização em cima do abate em grande escala.

O foco da discussão do capítulo sobre as novas sensibilidades trouxe contrapontos importantes em relação ao abate, como as discussões do Bem-Estar Animal na construção de relações antrópicas na região no cenário urbano e rural, contudo desvelou em diferentes escalas que a prevalência da moral antropocêntrica já estabelecida a priori das décadas de 1960 e 1970, não sucumbiram ao racionalismo técnico científico incorporados nestas duas décadas na região e Chapecó, mas sim aprofundou-se, legando as relações antrópicas em especial o abate, ao distanciamento de uma ética biocêntrica preconizada por Warren Dean, ou do instituir a abolição do abate animal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adentrar na representação do abate no meio rural em Chapecó – SC, décadas de 1960 a 1970 e a construção de novas sensibilidades em relação aos animais, implicou também em entrelaçar os olhares as várias dimensões e situações das interações antrópicas, desde a possibilidade de sua existência, suas marcas e suas intersecções naturais, temporais e processuais circunscritas na temática, neste sentido a história ambiental, mesmo que recente no âmbito da historiografia mundial, desde a reivindicação de Aldo Leopoldo²⁶ e início do uso do termo pelo historiador Roderick Nash em 1972, e sua posterior estruturação epistemológica, teóricas e metodológicas principalmente alavancadas por Worster, Pádua, Drumond, Foster e Dean. Regionalmente, as pesquisas e eventos da UFSC no viés da História ambiental possibilitaram sua introdução bem como a disseminação através dos trabalhos de seus egressos, especialmente os que estiveram sob a condução da Pós doutora Professora Eunice Nodare. Tal realidade no âmbito de produção científica favoreceu para consolidar em Chapecó e região Oeste a História Ambiental a partir da implementação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, a partir de 2009, com os desdobramentos do Laboratório de História Ambiental e a linha 1 de pesquisa do recente Mestrado em História, garantindo a inserção de uma análise multifocal por viés capaz de traduzir a complexidade intrínseca em temas tão elementares à territorialidade da fronteira sul do Brasil e ao mesmo tempo multiescalar aos desafios, problemáticas e prospecções mundiais, ou seja, a história pelo prisma ambiental. Haja vista que a História Ambiental transgride o isolamento e olhar o passado pelo passado, mas em respostas e reencaminhamentos necessários a possibilidade de conhecimento e da vida planetária, já que se estende a processos também correntes e por vezes repletos de permanências. Em tal contexto a confluência e diálogo entre as produções e de diferentes ciências tornaram-se necessária. “As bases teórico-conceituais da História Ambiental apresentam como questão fundamental a sua interdisciplinaridade, visão arraigadamente interdisciplinar, interessada em tratar do papel e do lugar da natureza na vida humana” (WORSTER, 1991).

Nesta perspectiva, tornou-se salutar o olhar da história ambiental para o abate de animais e sua representação no meio rural de Chapecó, com ecos na região, em um contexto repleto de variáveis e transformações como vivenciado nas décadas de 1960 e 1970, momento de distanciamento entre o tradicional e o moderno, bem como de forças atuantes para modular

²⁶ Biólogo da vida selvagem reivindicou uma “interpretação ecológica da História”, segundo publicação de Donald Worster (2002): “*Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica da história*”.

um padrão de relação e concepção de homem e natureza que não rompeu com a mentalidade de predomínio humano, pautado na finalidade, tempos, técnicas e relações entre homens e animais, do abate familiar rural ao em grande escala agroindustrial, sendo este último com maior influência na redução e controle da manifestação biótica regional do reino animal, inferindo um novo ciclo de redução da biodiversidade, engendro das diferentes formas de ocupação e interação antrópica deste espaço.

Neste engendro, entre o fato e representação do abate no meio rural e novas sensibilidades em relação aos animais, ficou evidenciado convergências com paradigmas já apontados por Thomas ao balizar as relações históricas na interação entre humanos, animais e o mundo natural nas transformações da sociedade inglesa por séculos, contudo na região de Chapecó emergiu especificidades do contexto local, mas sustentadas por uma moralidade comunicante em ambas. Tais paradigmas transpuseram o viés econômico, religioso e cientificista, alcançando os múltiplos fatores que impeliram as interações antrópicas e sustentaram a perspectiva de predomínio humano, tão fortemente presente e com permanências na sociedade ocidental, aprofundada na sociedade industrial, disseminada globalmente nos processos de colonização e recolonização, posse e desposse, que foram amplamente questionadas nas décadas de 1960 e 1970 pelos movimentos ecológicos e de bem estar animal, na confluência de sensibilidades e posicionamento frente às contradições desastrosas ambientalmente desta perspectiva de interação e produção.

Na região Oeste de Santa Catarina e em Chapecó, as décadas de 1960 e 1970, carregadas de permanências dos processos anteriores, num ambiente já bastante modificado, foram palco de transformações, econômicas e sociais, cujas engrenagens estavam intimamente ligadas com a ideia e atividade do abate animal, conjuntamente na transformação do homem rural em produtor rural voltado ao animal de produção. Neste momento, se ampliaram o confronto, como categorizado por Thompson, os usos e costumes de práticas e valores tradicionais com vinculação de sucessividade e a modernização e racionalismo científico, o que ficou marcado na memória cultural e na memória da paisagem. Este processo gradativamente provocou a transição do abate enquanto parte inerente ao cotidiano rural para a naturalização e aceitação do abate animal para consumo humano enquanto produto dinamizador de capital.

Tal realidade mostrou-se como uma transformação conservadora, haja vista que acentuou a redução da biodiversidade animal, já oriunda das sucessivas ocupações humanas com suas diferentes interações, e manteve características do processo e sensibilidades em

relação aos animais como o especismo imbricado no princípio do utilitarismo e legitimador do predomínio humano.

Tais permanências são refletidas na categorização atribuindo diferentes níveis, valores e sensibilidades em relação aos animais de mesma espécie, demonstrando um dever moral desproporcional diferenciando-os entre níveis como domésticos, de estimação, de consumo, animais de produção, de tração, selvagens, entre outros, se comunicando com uma categorização escalar dentro da própria espécie humana presentes em inúmeros eventos históricos, e a negação, manipulação ou ocultação sensorial que incidem diretamente na construção e representação mental dos fenômenos, no caso de construção e desconstrução do animal na mente humana.

Neste cenário das décadas de 1960 e 1970, embora com permanências morais constitutivas dos sustentáculos de interação homem e animal advindo da colonização do oeste, foi um cenário de reconfiguração no ambiente do meio rural, baseado nos contornos de ocupação do solo e da rotina de trabalho a partir das demandas da inserção e consolidação do animal de produção e das necessidades agroindústrias, o que eleva gradativamente nestas décadas a morte de animais através do abate, para uma condição produtiva regada pelas questões de mercado e no caso de Chapecó e região, efetuada no âmbito urbano.

A complexidade deste contexto rural das décadas de 1960 e 1970, confluíram com as falas dos entrevistados, denotando uma amostra da representação do abate no meio rural de Chapecó e da construção histórica das sensibilidades em relação aos animais, haja vista a diversidade de interações que constituíam este espaço chamado rural, pois não podemos reduzi-lo ao rural no viés produtivo, mas territorializado nos modos de vida dos diferentes sujeitos e grupos humanos que o compõe e o eleva enquanto campo plural. Assim, foram identificados elementos com abrangência mais generalizada e de aspectos comungados nesta diversidade, contudo sem ter a pretensão de uma história total, única, homogenia e sem contradições.

Para tanto, a obra de Thomas (1996), “**O homem e o mundo Natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**”, foi primordial para a análise local da formação histórica da representação do abate e da formação das novas sensibilidades em relação aos animais, já que proporcionou, sem anacronismo, elementos comparativos e analíticos possibilitando identificar permanências conceituais imperativas dentro de sociedades em processos de transformações econômicas, políticas e sociais, em especial no que tange os alicerces morais da relação do ser humano e demais elementos da natureza.

Embora em épocas e realidades distintas, a Inglaterra de 1500 a 1800 em transição pré industrial para industrial e a cidade Chapecó das décadas de 1960 e 1970 em plena transição para o desenvolvimentismo agroindustrial com bases nas alianças dos investimentos estatais e do capital monetário e humano local, carregaram e conservaram a concepção do predomínio humano, a qual a partir do processo de colonização do Oeste Catarinense legitimou as relações antropicas locais, seja no uso dos solos ou na interação com os animais. Já com Thompson (1998), em “*Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*”, também sobre a sociedade inglesa, abriu-se a possibilidade da percepção da mobilidade e transitoriedade de conceitos. O tradicional, o ultrapassado e o moderno constituíram conceitos moveis, transitórios e repletos de simultaneamente, haja vista o referencial em que se estabeleciam as relações. Tal situação foi notória na relação com o abate e sua representação, bem como as novas sensibilidades em relação aos animais no período de construção da ideia de modernidade, progresso e desenvolvimento na região e no município de Chapecó nas décadas de 1960 e 1970, onde as formas tradicionais de produção e abate, outrora concebidas como superadoras de práticas “primitivas”, naquele momento representavam o atraso e até mesmo obstáculos para a forma moderna de produção pautada no racionalismo científico, no entanto valores do tradicional foi evocado e preponderante na construção no imaginário social dessa nova cidade progressista. Se as formas tradicionais de abate e as sensibilidades foram permeadas e regidas por usos e costumes difundidos pela prática e pela sucessão moral de responsabilidades no seio e cotidiano da família rural, passou a ser regida pela necessidade do mercado, formas e normativas técnicas, sanitárias e jurídicas espacialmente distante do campo de criação e impressa numa relação de emprego e renda, produção e capital.

No entanto, seja no abate tradicional no seio e cotidiano da família rural ou o industrial encerram inúmeras relações, em especial as que envolvem as construções das sensibilidades em relação aos animais e entre os sujeitos desse processo, que se traduzem por vezes em relações simbólicas e de poder, que vão muito além do factual ato de tirar a vida de um animal. Assim, as produções de Vergueiro e Adams ajudaram a identificar elementos de relações nem sempre perceptíveis e autodeclaradas, mas determinantes, como as características e estratégias de linguagem oral e audiovisuais, bem como do afastamento da ideia da morte e com imperativo de referente ausente.

As produções historiográficas bem como de outras ciências a nível regional, pelos diversos vieses e autores que compuseram esta pesquisa, possibilitaram construir e balizar os

contextos em que se desenvolveram as práticas do abate, possibilitando entendê-las em sua recíproca relação com a natureza, na qual o abate configura como produto e processo, inserido e constituinte de uma paisagem continuamente em movimento e imbricada na construção da cultura, mostrando-se provocante de transformações e também de mobilidades aos grupos humanos, de forma coetânea e incisiva às construções das sensibilidades entre animais humanos e não-humanos, que se deu nos processos de significação e resignificação da natureza na história do antropismo em diferentes escalas.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Carol J. **A Política Sexual da Carne: uma teoria crítica feminista-vegetariana**. São Paulo: Alaúde, 2018.
- Anchieta Progride pelo Trabalho de sua Gente**. Jornal Folha d'Oeste. São Miguel do Oeste, 16 de março de 1968, p.5. Acervo do CEOM.
- ARNO, Fernanda. Um outro olhar: o crime em Chapecó através do jornal Folha d'Oeste (1969-70). In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, p. 1-9. 2015. Disponível em: <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434399808_ARQUIVO_OcrimeemChapecoatravesdojornalFolhad'Oeste\(1969-70\).pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434399808_ARQUIVO_OcrimeemChapecoatravesdojornalFolhad'Oeste(1969-70).pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2018.
- A industrial cidade de São Miguel do Oeste**. Jornal Folha d'Oeste. São Miguel do Oeste 13 de abril de 1968. Acervo do CEOM
- BARBOSA, Vanessa. **Mundo perdeu 60% dos animais selvagens em 40 anos, alerta estudo**. São Paulo: Exame, 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/ciencia/mundo-perdeu-60-dos-animais-selvagens-em-40-anos-alerta-estudo/>>. Acesso em: 30 out. 2018.
- BARRAU, Jacques. **Animal**. In: Enciclopédia Einaudi, v.16 homo-domesticação, cultura material. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- BARROS, Caroline Vieira de; CAMPELLO, Livia Galgher Bósio. A era da informação dos direitos dos animais do cenário global e seu fundamento na solidariedade entre as species. In: **Revista Brasileira de Direito Animal**. 2018. Disponível em: <[http://www. Portalseer.ufba.br](http://www.Portalseer.ufba.br). Acesso em: 02 out. 2018.
- BATISTA, João Maria. **Entrevista concedida a Evania Muller da Rosa**. Bairro Palmital, Chapecó, 11 abr. 2019.
- BATISTA, Lucia. **Entrevista concedida a Evania Muller da Rosa**. Bairro Palmital, Chapecó, 11 abr. 2019.
- BATISTA, Rosalina Zancanaro. **Entrevista concedida a Evania Muller da Rosa**. Bairro Palmital, Chapecó, 11 abr. 2019.
- BOSI, Antônio de Pádua. Uma história social comparada do trabalho em frigoríficos: Estados Unidos e Brasil (1880-1970). **Revista História & Perspectivas**, vol. 27, n. 51, p. 277-311, 4 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/28896>>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- BRANDT, Marlon. Criação de porcos “à solta” na floresta ombrófila mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. **História**. vol. 34, n. 1, p. 303-322, 2015.
- BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi; SILVA, Claiton Marcio. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian et al (orgs). **Chapecó 100 anos: história plurais**. Chapecó: Argos, p. 181-214, 2018.

BRASIL. Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 10 jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 03 jan. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 12 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em 10 out. 2018.

_____. Ministério da Agricultura. Secretaria de Defesa Agropecuária. **Instrução Normativa nº 17, de 16 de julho de 1999**. Oficializa os Métodos Analíticos Físico-Químicos, para Controle de Produtos Cárneos e seus Ingredientes - Sal e Salmoura, em conformidade ao ANEXO desta Instrução Normativa, determinando que sejam utilizados no Sistema de Laboratório Animal do Departamento de Defesa Animal. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/470907/RESPOSTA_PEDIDO_Instrucao%20Normativa%20SDA-MAPA%2020%20de%2021.7.1999.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

BULLIET, Richard. **Hunters, herders and hamburgers: the past and future human-animal relationships**. New York: Columbia University Press, 2005.

BUZZI, Arcângelo R. **A identidade humana: modos de realização**. Petrópolis: Vozes, p. 46, 2002.

CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; LINO, Jaisson Texeira. Um passado distante, um patrimônio presente: o povoamento pré-colonial de Chapecó. CARBONERA, Mirian et al. (orgs). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, p. 19-58, 2018.

CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RADIN, José Carlos; RENK, Arlene; SALIN, Miguel. CARBONERA, Mirian et al. (orgs). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, p. 118, 2018.

CARSON, Rachel. **Silent Spring**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1962.

CHAPECÓ. Lei nº 4.583 de 07 de julho de 2003. Regulamenta a circulação de veículos de tração animal e dá outras providências. **Leis Municipais**, Chapecó-SC, 07 jul. 2003. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/chapeco/lei-ordinaria/2003/459/4583/lei-ordinaria-n-4583-2003>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

Chapecó cresce a ritmo de Brasil grande. Jornal Folha d'Oeste. São Miguel do Oeste de 13 de abril de 1968. Acervo do CEOM

CHITOLINA, Valdirene. **Velho Xaxim:** a colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito (1920-1954). Xanxerê: News Print, 2013.

Cooperchapecó ajuda impulsionar o Brasil. Folha d'Oeste. São Miguel do Oeste, 16 de março de 1968, p. 2. Acervo do CEOM.

DEAN, Waren. Ecological and Economic Relationships in Frontier History: São Paulo, Brazil. In: WOLFSKIILL, George, and PALMER. **Stanley, Essays on Frontiers in World History.** Texas A & M University Press: College Station, p. 71-100, 1981.

DIAS, Juliana Vergueiro Gomes. **O rigor da morte: a construção simbólica do animal de açougue na produção industrial brasileira.** UNICAMP, Campinas, 2009.

DRUMOND, José Augusto. História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 177-197, 1991. Disponível em: <<http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/Hist%F3ria%20Ambiental%20Drumond.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Em Campo Erê existe administração e Progresso. Jornal Folha d'Oeste. São Miguel do Oeste, 30 de agosto de 1969. Acervo do CEOM.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa.** 2ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986.

FERREIRA, Sandro de Souza. O conceito de pessoa e a sua extensão a animais não-humanos. **Revista Controversia.** São Leopoldo, vol.1, n.1, p.74-89, 2005. Disponível em: <<http://www.revista.unisinos.br>>article>view>1808>. Acesso em: 12 jul. 2019.

FITZGERALD, Amy J. A social History of the Slaughterhouse: From Inception to Contemporany Implications. **Human Ecology Review.** Canadá, vol.17, n.1, p.58-69, 2010. Disponível em: <<http://w.humanecologyreview.org/pastissues/her171/Fitzgerald.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRASER, David. **Compreendendo o bem-estar animal:** a ciência no seu contexto cultural. Londrina: Eduel, 2012.

FROEHLICH, Graciela. **Carne(ar), no passado e no presente:** hábitos e práticas alimentares entre descendentes de imigrantes alemães. Brasília: UNB, 2011.

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE – FUNDESTE. **Estudo cooperalfa.** Chapecó-SC, 1979.

_____. **Estudo de viabilidade de implantação do Distrito Industrial de Chapecó.** Chapecó-SC, 1978.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento.** Fundo da Cultura. Rio de Janeiro. 1964.

_____. **Formação econômica do Brasil.** 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina.** São Paulo: Cidade Futura, 2002.

GOULARTI, Juliano Giassi. Migrações, desruralização, urbanização e violência em Santa Catarina. Florianópolis. **Revista NECAT**, ano 4, n.7, p.55-74, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/3626>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

GREY, Amanda Elizabeth de Faria Correa. O histórico das leis ambientais brasileiras e a evolução da proteção a fauna. **Revista Jus Navigandi**. Teresina, ano 23, n.5381, março. 2018. Disponível em: <<HTTPS://jus.com.br/artigos/587>>. Acesso em 05 abr. 2018.

HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer.** Chapecó: Argos. 2000.

HENTZ, Carla; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; BATELLA, Wagner. Modernização Agrícola, Integração Agroindustrial e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural do Oeste de Santa Catarina. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, vol. 1, n.35, p. 41-59, jan./jul. 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2086>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

Interação entre cães e seus donos. Jornal Sul Brasil. Chapecó, 29 de setembro de 2018.

Industrialização é nova meta da SAC. Folha d'Oeste. São Miguel do Oeste, 18 de outubro de 1969, p.1. Acervo do CEOM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<HTTP://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 23 ago. 2018.

KUSBICK, Fabrício André; TARTAS, Rubieli Leandra. Fatores que influenciaram a implantação e desenvolvimento da agroindústria, sob a ótica de Alfred Weber: o caso do oeste catarinense. **Revista Cadernos de Economia**, Chapecó, vol. 19, n. 35, p. 47-64, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/view/3452/1984>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

LIMA, Viviane. Homem-animal: a construção de uma metáfora na cultura popular brasileira. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 1, p. 121-145, mai. 2010. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/12141/9456>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

LUTZENBERGER, José. **Manual de ecologia: do jardim ao poder** – vol. 1. São Paulo: L&PM Pocket, 1992.

Malvadeza. Jornal Folha d'Oeste. São Miguel do Oeste, 16 de agosto de 1974, p.5. Acervo do CEOM.

MARQUES, Newton. **Sirene – Aparelho de Tortura.** Jornal O Imparcial. Chapecó, 11 de março de 1951, p. 2. Acervo do CEOM.

MCNEILL, John e ENGEKE, Paul. **The Great Acceleration: An environmental history of the Anthropocene since 1945.** Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 2016.

Médico Chapecoense vai transplantar coração de cachorro. Jornal Folha D'Oeste. São Miguel do Oeste, 10 de fevereiro de 1968. .Acervo do CEOM.

MELLO, João. **Historiador gaúcho fala sobre a formação do Rio Grande do Sul.** (Entrevista com Tau Golin). Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/historia/historiador-gaucho-fala-sobre-a-formacao-do-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 07 mai. 2019.

MOLINA, Monica Castangn; CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo.** Ed. Vozes. Curitiba- PR. 2004

Membros do Consulado alemão impressionados com o desenvolvimento do Oeste. Jornal Folha d'Oeste. São Miguel do Oeste, 30 de março de 1968. Acervo do CEOM.

MOREIRA, Antonio Carlos. **CONQUISTA NA FRONTEIRA: desenvolvimento territorial com sustentabilidades.** URI. Frederic Westphalen. 2013.

MORETTO, Samira Peruchi. Meio ambiente e sociedade: as transformações na paisagem do oeste catarinense, na segunda metade do século XX. **Revista de Faculdade de História do Programa de pós-graduação.** Goiás, vol. 22, n. 2, p. 107–120, mai./ago. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/47211/24854>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e a modernização agrária.** São Paulo. HUCITEC, 1989.

OLIVEIRA, Rogerio Ribeiro de; MONTEZUMA, Rita de Cassia Martins. HISTÓRIA AMBIENTAL E ECOLOGIA DA PAISAGEM: CAMINHOS INTEGRATIVOS NA GEOGRAFIA FÍSICA (environmental history and landscape ecology: integrative tracks in physical geography). **Mercator**, Fortaleza, vol. 9, n. 19, p. 117-128, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/376>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

O mapa da fome no Mundo. Folha d'Oeste. São Miguel do Oeste, 20 de abril de 1968, p. 2. Acervo do CEOM.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 24, n. 68, p. 91, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009>. Acesso em: 20 ago. 2017.

PERROTA, Ana Paula. Abate humanitário e bem-estar animal: a incorporação das contestações em torno da vida e morte de “animais que sentem” nos frigoríficos industriais. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 41, p. 139-172, 2ºsem. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/491/296>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em santa catarina: o processo de produção de carnes no oeste catarinense**. Tese de Doutorado em cumprimento aos requisitos parciais do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis-SC, 17 set. 2008.

PORTELA, Senhorinha. **Entrevista concedida a Evania Muller da Rosa**. Linha Nossa Senhora de Lourdes, Chapecó, 08 nov. 2018.

Promoção da Comarca de Chapecó é homenagem a região. Folha d'Oeste São Miguel do Oeste, 30 de março de 1968. Acervo do CEOM.

15 meses numa gruta. Jornal Folha d'Oeste. São Miguel do Oeste, 10 de agosto de 1969, p.5. Acervo do CEOM.

RADIN, Jose Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó: Ed. Universidade Federal Fronteira Sul, 2018. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/editora-uffs/dicionario-historico-social-do-oeste-catarinense>. Acesso em: 12 nov. 2018.

RADIN, José Carlos; SALINI, Ademir Miguel. **O Instituto Nacional do Pinho e a Indústria Madeireira no Oeste de Santa Catarina**. Professare, Caçador, vol. 4, p. 21-46, 2015.

RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José. **A guerra do Contestado e a expansão da Colonização**. Revista Esboços, Florianópolis, vol. 19, n. 28, p. 127-150, dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

REGAN, Ton. O caso do Direito dos Animais. In: **Direitos dos animais e obrigações humanas**. Englewood Cliffs, New Jersey Prentice Hall. 1898.

RENK, Arlene; CONFORTIN, Priscila Fernanda Rech. Territorialidade e minorias sociais na construção da história local. In: **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. 2 ed. Ed. Argos, Chapecó, p.137-155, 2018.

RIBEIRO, Thiago. **Questão de Palmas**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Mapa-da-Questao-de-Palmas-Fonte-Readaptado-de-BARROS-1980-p-59_fig5_329454328> Acesso em: 13 ago. 2018.

RODRIGUES, Tereza Wilma Picolli Sachet. **Entrevista concedida a Evania Muller da Rosa**. Linha Rodeio do Erval, Chapecó, 15 nov. 2018

ROSA, Isabel Figueró Muller da. **Entrevista concedida a Evania Muller da Rosa**. Linha Cachoeira, Chapecó, 04 set. 2018.

ROSALEN, Eloisa. A comemoração do Cinquentenário de Chapecó (1967). In: **Cadernos do CEOM – Documentos: da produção à historicidade**, Ano 25, n. 36, p. 16-43, 2012. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1151/645>>. Acesso em: 30 out. 2018.

ROSSETO, Santo. Síntese histórica da região oeste. In: **Cadernos do CEOM**. Ano 4, n. 12, p. 9-14, 1989.

SANTA CATARINA. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. **Atlas geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: DEGC/SC, 1958. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/atlas/atlas1958.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

_____. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/atlas/AtlasVerde.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, p. 122, 1978.

SCHEIBE, Luiz Fernando, A Geologia de Santa Catarina - Sinopse Provisória. **Revista Geosul**. Florianópolis, n. 91, p. 1-32, 19 sem. 1986. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12542/11811>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 1990.

SILVA, Claiton Marcio da. Uma contribuição para o desenvolvimento de uma comunidade e da Pátria: Juventude rural e Clubes 4-S durante a ditadura militar na região oeste de Santa Catarina (1975-1985). **Cadernos do CEOM: Dossiê 20 anos do curso de História da Unochapecó**. Ano 24, n. 33, p. 36-65. Chapecó: Unochapecó, 2000. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/744>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

_____. **Saber, Sentir, Servir e Saúde: a construção do novo jovem rural nos clubes 4-S, SC (1970-1985)**. Dissertação de Mestrado. UFSC, 2002. Disponível em: <<http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-141722/saber-sentir-servir-e-saude--a-construcao-do-novo-jovem-rural-nos-clubes-4-s-sc-1970-1985>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

SILVA, Claiton Marcio da; BRANDT, Marlon; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. Uma História Ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agroecossistemas. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (org). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2010.

SINGER, Peter. Todos os animais são iguais. In: **Direitos dos animais e obrigações humanas**. Englewood Cliffs, New Jersey Prentice Hall, 1989.

SIQUEIRA, Gustavo Henrique de. Uma comemoração para o futuro: aceleração e progresso no cinquentenário de Chapecó (1967). **Cadernos do CEOM: História e Imprensa** – v. 30, n. 47, p. 94-103. Chapecó: Unochapecó, 2017. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/3775>>. Acesso em: 10 out. 2017.

SOARES, Adão da Luz. **Entrevista concedida a Evania Muller da Rosa**. Bairro Vila Páscoa, Chapecó, 18 jan. 2019.

STRAUSS, Claude Lévi. **A lição de sabedoria das vacas loucas**. Estudo avançado. Vol. 23. n.67, p. 211. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4014200900030019>. Acesso em: 12 jan. 2018.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo Natural**: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Cia das Letras, 1996.

THOMÉ, Nilson. Caminhos de tropeiros nos séculos XVIII e XIX como fatores pioneiros de desbravamento do Contestado. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 2, n. 1, p. 5-30, 31 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/174>>. Acesso em: 08 out. 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRECENTI, Anelize de Souza, ZAPPA, Vanessa. Abate humanitário: revisão de literatura. **Revista Científica eletrônica de medicina veterinária**, ano XI, nº21, julho de 2013. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/rPx536I69W7dqwh_2013-8-13-16-38-27.pdf>. Acesso em 10 de agosto 2019.

Uma indústria de profundo alcance Socio-Econômico. Folha d'Oeste São Miguel do Oeste São Miguel do Oeste, 30 de março de 1968, p. 2. Acervo do CEOM.

VALENTINI, Delmir José. O tropeirismo de suíno na região do Contestado e sua influencia no incipiente processo agroindustrial. In: ZOTTI, Solange Aparecida (org). **História faz História**: Contribuições a estudo da história regional. Concórdia. Ed. da UnC, 2006.

_____. **Memórias da Lumber e da guerra do Contestado**. Letra&Vida. Porto Alegre, 2015.

VENSON, Leticia Maria. Jose Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Chapeco. **Anais do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-SC**, Joinville, 21-24 ago. 2018. Disponível em:

<https://www.encontro2018.sc.anpuh.org/resources/anais/8/1537538653_ARQUIVO_ANPUH.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

VIOLA, Eduardo; BASSO, Larissa. O sistema internacional no Antropoceno. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo, vol. 31, nº 92, p. 10, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v31n92/0102-6909-rbcsoc-3192012016.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <<http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/Para%20fazer%20hist%F3ria%20ambiental.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

_____. **Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica da história**. Ambiente & Sociedade. Vol. 5, nº 2, p. 23-44. ANPPAS. 2002. <http://www.scielo.br/script=_arrttext&pid-S1414-753X2003000200003.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

ANEXO I – QUESTÕES DA ENTREVISTA

1. Dados pessoais
Nome:
Naturalidade:
Endereço:
Idade:
2. Local que residia nas décadas de 1960 e 1970?
3. Como era a rotina da sua família naquela época?
4. Havia convívio com animais? Como? Quais? Para quê?
5. Fale um pouco desse convívio:
6. Vocês abatiam (matavam) animais? Quais? Por quê? Para quê? Como? Quem participava do abate? Fazendo o quê? Como era distribuído a função de cada um nesse momento? Como e com quem aprendiam?
7. O que pensava quando presenciava o abate de um animal?
8. Não tinha dó? E hoje? Alguém da família não gostava de ver abater? E hoje?
9. Conte um pouco do consumo da carne no seu dia a dia naquela época e hoje?